

ISSN 1415-8701

Fronteiras

Revista Catarinense de História

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 14, pp. 1-150. (maio 2006)

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História é uma publicação anual editada pela Associação Nacional de História - Núcleo Santa Catarina (Anpuh-SC) e pelo Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão Editorial: Rogério Souza (Editor Chefe - UFSC); Êmerson Cesar de Campos (UNIVALI); Eunice Nodari (UFSC); Janice Gonçalves (UDESC); Joana Maria Pedro (UFSC); José Roberto Severino (FURB); Marcos Montysuma (UFSC); Marlene de Fáveri (UDESC).

Conselho Consultivo:

Ângela de Castro Gomes (UFF); Artur César Isaia (UFSC); Augustin Wernet (USP); Bárbara Weinstein (New York); Carlos Humberto Corrêa (IHGSC); Chyntia Machado Campos (UFSC); Euclides Marchi (UFPR); Janice Gonçalves (UDESC); Joana Maria Pedro (UFSC); João Eduardo Pinto Basto Lupi (UFSC); José Augusto Drummond (UFF); Maria Bernardete Ramos (UFSC); Maria Célia Paoli (USP); Maria Teresa Santos Cunha (UDESC); Rogério Luiz de Souza (UFSC); Rosângela Miranda Cheren (UDESC); Sandra Pesavento (UFRGS); Waldir José Rampinelli (UFSC).

Composição e editoração: Jô Klanovicz

Tiragem: 500 exemplares.

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História (UFSC) e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). - n.14 (2006) -. - . impresso em 2006. v.; 28 cm

Anual

Continuação de: Revista Catarinense de História, [199-]/1997, n.1-5.

ISSN 1415-8701

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para assinatura/Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina/CFH/Depto de História
Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-900 - Florianópolis/SC
e-mail: anpuhsc@cfh.ufsc.br
Fone/Fax: (48)331-9359 ramal 05

Sumário

Editorial - Histórias plurais e função propedêutica dos estudos históricos.....	005
<i>Jó Klanovicz</i>	
História demográfica, História da cultura material e Geo-História: um panorama teórico e crítico.....	009
<i>José D' Assunção Barros</i>	
Nativismo ou nativismos?.....	023
<i>Ricardo Luiz de Souza</i>	
Trabalho e indolência: os cientistas viajantes em contato com outra cultura.....	037
<i>Luciana Rossato</i>	
A crise da emigração alemã para o Brasil e para a região platina nos escritos de Johann Jacob Sturz.....	055
<i>Tânia Regina Zimmermann</i>	
O despertar do monstro: depressão, ciência e divindade em <i>Frankenstein</i>.....	075
<i>Diogo Albino Benoski</i>	
Na tela e na vida: cinema e modernização urbana em Criciúma nos anos 50 e 60.....	091
<i>Braulio Moraes Neto e João Batista Bitencourt</i>	
Discursos do Poder: a epidemiologia como controle social.....	107
<i>Carla Francielle Kurz</i>	

Projeto histórico e formação docente no Maciço do Morro da Cruz.....	123
<i>Jéferson Dantas</i>	

RESENHAS

Uma análise crítica do turismo.....	137
<i>Aldonei Machado</i>	

A Segunda Guerra Mundial vivida e sentida em Santa Catarina.....	142
<i>Onice Sansonowicz</i>	

Vida Kaingáng: natureza e tradição.....	145
<i>Delta Maria de Souza Maia</i>	

Normas para publicação.....	149
-----------------------------	-----

Editorial

Histórias plurais e a função propedêutica dos estudos históricos

A História nos bate à porta e se apresenta plural, tanto àqueles que a consomem como produto acabado do conhecimento como àqueles que a produzem de forma consciente (como pesquisa e ensino) ou até mesmo involuntária (no ato de contar histórias).

Estudos históricos são plurais em métodos, em opções teóricas, em usos. A pluralidade os desloca, os impele, os aproxima de regiões fronteiriças entre a História e outros campos. Na fronteira, ela está raramente guarnecida contra invasões ou contribuições que se infiltram no seu território. Da mesma forma, pode experimentar suas próprias invasões e infiltrações em terrenos exteriores.

É na fronteira entre as formas do conhecimento humano (dos quais o conhecimento histórico contribui para dar respostas à carência de orientação das sociedades no tempo), que se tecem as formas da própria História. Na fronteira ela é, ao mesmo tempo, o ato de contar histórias; a interpretação consciente de feitos, agora transformados, pela narrativa histórica, em fatos que ocorreram num tempo denominado de passado e que incide sobre o presente das questões elaboradas por historiadores e historiadoras (conhecimento histórico) e, finalmente, a metodização do conhecimento histórico, a crítica do campo específico e especializado de interpretação das relações entre grupos sociais e tempo (historiografia).

Pensar História no plural, na multiplicidade de opções teórico-metodológicas e temáticas dentro da fronteira significa transitar e dever transitar entre o centro de um saber sólido, estabelecido e sua periferia, repleta de porosidades. Justamente as porosidades que permitem ao conhecimento histórico se transformar, de tempos em tempos e a transformar o ofício da História. A essa transformação, alguns já denominaram de crise, outros até de fim da História como campo legítimo e particularizada no rol acadêmico-científico.

Os estudos históricos são plurais e é salutar que permaneçam assim, mantendo-se dinâmicos para atender à demanda dos “como”, dos “porquê”, dos “quem”, dos “onde” ou dos “quando”, questões que suprem nossa orientação no tempo. São essas questões que fazem de cada estudo de História um estudo em particular. Elas são os “referentes circulantes” de qualquer estudo histórico, que dão unidade na multiplicidade, particularidade na pluralidade.

Outro referente circulante da História é sua função propedêutica, especialmente presente neste volume da *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. A função de apresentar conceitos, métodos, casos, abordagens, categorias de análise, que auxiliem na formação de futuros historiadores e historiadoras, que atualizem procedimentos didáticos e de pesquisa daqueles que já trabalham no campo (independente do tempo de atuação), que testem a porosidade das barreiras entre saberes, entre temas, entre abordagens e que promovam o deslocamento de mão-dupla entre opiniões, experiências, juízos, raciocínios simples ou complexos dentro do conhecimento histórico.

Fronteiras n. 14 é o resultado da porosidade do conhecimento histórico. Em oito artigos e três resenhas, ela percorre temas da teoria da história em direção a casos específicos, onde o leitor observa a aplicabilidade de categorias de análise peculiares.

José D'Assunção Barros, no artigo *História Demográfica, História da Cultura Material e Geo-História: um panorama teórico e crítico* discute, historiograficamente, a especialização do ofício da História. O autor discutirá três domínios da História, que, de certa forma, se referem à interação do Homem com a própria materialidade que envolve sua existência. Cada campo é atravessado por uma preocupação fundamental, respectivamente com a *população* (materialidade humana), a *matéria*, e o *espaço*. Trata-se, portanto, de um artigo voltado à discussão de uma das formas dos estudos históricos, que envolve a consciência de si como disciplina acadêmico-científica.

Nativismo ou nativismos?, de Ricardo Luiz de Souza discutirá, via Brasil colonial, até que ponto é viável falarmos na existência de um sentimento nativista naquele momento. Souza delimitará a presença do antilusitanismo, suas origens e reflexos, suas ligações com instituições e indivíduos e as diferenças fundamentais entre nativismo, antilusitanismo, nacionalismo.

Luciana Rossato transitará nas representações elaboradas por cientistas viajantes que visitaram a Ilha de Santa Catarina entre o século XVIII e XIX e que teceram relatos sobre a organização do trabalho de homens e mulheres na região. A autora discutirá as oposições entre exuberância natural e pobreza da população, entre a riqueza do território e a indolência das pessoas. *Trabalho e indolência: os cientistas viajantes em contato com outra cultura* está inserido no rol da discussão sobre o etnocentrismo e corresponde ao esforço de especialização voltado à história de Santa Catarina.

Tânia Regina Zimmermann discute a obra de Johann Jacob Sturz, grande crítico prussiano da emigração alemã para o Brasil e para a

região platina. *A crise da emigração alemã para o Brasil e para a região platina nos escritos de Johann Jacob Sturz* aborda o projeto civilizador de Sturz, seus ideais humanitários e a invenção de uma Alemanha não européia.

O cinema vem a reboque da pluralidade teórico-temática deste volume. *O despertar do monstro; depressão, ciência e divindade em Frankenstein*, de Diogo Albino Benoski, discutirá o sentido da doença mental, da loucura na narrativa cinematográfica do filme *Frankenstein*, de 1931. Benoski analisará a produção do filme, a relação do filme com o cinema da época, as relações entre a obra cinematográfica e a obra original e a representação da loucura.

No quinto artigo, os historiadores Bráulio Moraes Neto e João Batista Bitencourt discutem os usos do cinema dentro da modernização do espaço urbano de Criciúma/SC entre as décadas de 1950 e 1960. O cinema estaria inserido no contexto da riqueza oriunda do carvão, portanto, moderno, progressista, necessário à cidade moderna.

Discursos do poder: a epidemiologia como controle social, de Carla Francielle Kurz, estudará o controle epidemiológico do ponto de vista das questões históricas relacionadas à saúde e ao desenvolvimento do município de Cascavel/PR.

O artigo de Jéferson Dantas, *Projeto histórico e formação docente no maciço do Morro da Cruz*, remete-nos à irrefutável relação entre teoria de História e ensino, que não é diferente entre teoria e prática desse campo do conhecimento. Dantas buscará discutir como o currículo escolar constitui-se em Projeto Histórico na formação continuada de profissionais da Educação Básica, objetivando a eliminação das fronteiras disciplinares e uma intervenção pedagógica sistemática oferecida ao público escolar inserido nos morros e encostas de Florianópolis. Trata-se de interpretar a presença do conhecimento histórico e de seu ensino numa parcela de mais de 30 mil habitantes que vivem, diariamente, sob a presença do medo, da violência e da insegurança do narcotráfico.

Além de artigos, há três resenhas neste volume de Fronteiras. São leituras qualificadas sobre temas atuais que envolvem nosso ofício.

Aldonei Machado nos apresenta obra que discute criticamente o fenômeno do Turismo na cidade de Florianópolis, a construção de uma série de discursos e imagens que suas relações com meios de comunicação e agências de viagens, que incidem sobre os poderes público e privado e sobre a constituição de representações da população local.

Onice Sansonowicz apresenta obra de referência sobre a Segunda Guerra Mundial, como foi vivida em algumas regiões catarinenses, tema recente de preocupação da historiografia esta-

...sonowicz lê o texto que trata da “outra” guerra, daquela
cotidiano distante do teatro de guerra europeu e asiático.
...a Maria de Souza Maia lê obra inédita voltada à história dos
...Kaingang em Santa Catarina, do seu ciclo de vida, das
...ações contínuas das relações entre indígenas e não-indígenas
...o processo de construção de uma história indígena catarinense.
...bca leitura a todos!

Jô Klanovicz
Historiador
Doutorando em História (PGHST-UFSC)

HISTÓRIA DEMOGRÁFICA, HISTÓRIA DA CULTURA MATERIAL E GEO-HISTÓRIA: um panorama teórico e crítico¹

José D'Assunção Barros*²

Resumo:

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados às três modalidades historiográficas que lidam mais diretamente com os aspectos materiais e vitais da Sociedade: a História Demográfica, a História da Cultura Material e a Geo-História. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto, cujo principal objetivo é o de elaborar uma visão panorâmica das diversas modalidades da História nos dias de hoje.

Abstract:

This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the three historiographic modalities which works most directly with the materials and vital aspects of a Human Society: the Demographic History, the History of Material Culture and the Geo-History. The article refers to a recently publicized work of the author of this text, with principal subject was to elaborate a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays.

Palavras-chaves: História Demográfica, História da Cultural Material, Geo-História.

Keywords: Demographic History; History of Material Culture; Geo-History.

Quando estendemos sobre a historiografia ocidental do século XX um olhar panorâmico e crítico, talvez um dos fenômenos mais significativos a serem percebidos seja a crescente especialização do historiador moderno, que passou a se auto-representar a partir de inúmeros campos, abordagens e domínios historiográficos. Assim, se até o século XIX o historiador pôde construir uma imagem de si mesmo até certo ponto una, é um dado bastante sintomático deste “século de especializações” o de que a partir daqui começam a se definir como domínios bem próprios e específicos as mais diversas modalidades internas ao Campo Histórico. Setores do saber historiográfico como a História Econômica, a História Social, a História das Mentali-

¹ O presente artigo remete, como referência principal, a um livro publicado recentemente pelo autor, e que se refere a um estudo das várias modalidades da História. Referências: BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, 222p.

* ² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombras (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História.

dades, a História Regional, a Micro-História e inúmeros outros irão como que requisitar de aqui em diante os seus próprios especialistas. Esta hiper-especialização do conhecimento histórico tem sido na verdade simultaneamente objeto de culto e objeto de crítica - e refletir permanentemente sobre o que significa cada um destes inúmeros campos que hoje se abrem ao profissional de História tem surgido como uma tarefa particularmente importante para o próprio historiador que reflete sobre o seu ofício.

Neste artigo abordaremos três campos históricos que de certo modo se referem à interação do Homem com a própria materialidade que envolve mais diretamente a sua existência: a *História Demográfica*, a *História da Cultura Material*, e a *Geo-História*.

Conforme veremos, cada um destes campos é atravessado por uma preocupação fundamental, respectivamente com a *população* (materialidade humana), a *matéria*, e o *espaço*.

Começaremos discutindo a *História Demográfica*, campo que enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere mais ou menos diretamente à 'População': as suas variações quantitativas e qualitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios, e assim por diante.

É de fato a noção de "população", com tudo o que ela implica, o que atravessa a constituição desta sub-especialidade da História. Assim, a História Demográfica, ao estudar o homem nas suas relações mais vitais - o nascimento, os círculos da vida, a procriação e o casamento, a morte, mas também as migrações e os deslocamentos no espaço - pode ser examinada como aquele campo histórico através do qual o Homem é visto como matéria de si mesmo. Se a História da Cultura Material estuda a matéria em suas apropriações humanas, e a Geo-História estuda o homem no confronto com a materialidade natural, a História Demográfica estuda a própria materialidade humana.

À medida que vai conectando os aspectos mais especificamente relacionados às categorias populacionais (como a mortalidade ou a natalidade), com frequência obtidos através de métodos estatísticos e da abordagem quantitativa, para depois relacionar estes aspectos de modo a dar a perceber a vida social de uma determinada comunidade, a História Demográfica estabelece interfaces com a História Social.

Para utilizar uma imagem mais eloqüente, pode-se dizer que a História Demográfica vai se convertendo muito claramente em um tipo de História Social na razão direta em que a 'história da mortalidade', por exemplo, vai derivando para uma 'história da morte'. Este contraste entre o que seria uma mera "História da Mortalidade" e o que seria uma autêntica "História da Morte" requer alguns esclarecimentos.

Um historiador que esteja preocupado em coligir informações sistemáticas a respeito de uma determinada população historicamente localizada - ou, ainda mais especificamente, sobre os níveis e tipos de mortalidade desta população - estará realizando na verdade uma História Demográfica de caráter ainda descritivo, em que pese a sua importância para estudos posteriores. Poderá dar a perceber - através de gráficos construídos com informações cuidadosamente extraídas de fontes seriadas - aspectos relativos à idade média com que costumavam morrer os indivíduos deste ou daquele grupo social, os tipos de morte que mais freqüentemente sofriam (oriundas de doenças, de envelhecimento ou de violência social), os bens que costumavam testar para seus herdeiros, os valores monetários que eram habitualmente despendidos nos seus enterros, os tipos de destino que tinham seus corpos (cremados, enterrados, engavetados), a qualidade da madeira empregada nos ataúdes, a presença ou não de epitáfios, a ocorrência de extrema unção, ou sabe-se lá quantos outros aspectos que poderiam compor um panorama informativo sobre a morte na sociedade examinada.

Este seria obviamente um grande panorama descritivo, objeto possível de uma História da Mortalidade no sentido em que esta pode ser definida precisamente pela recolha deste tipo de informações. A "Morte" propriamente dita é contudo um fenômeno social. Ela gera representações, comoções, expectativas espirituais para os que irão partir e expectativas materiais para os que vão ficar. A incidência de um determinado número de mortes através da Peste Negra, comprovada para períodos como o do século XIV, pode ter gerado na época um certo imaginário, ter produzido transformações na religiosidade, ter modificado formas de sociabilidade, ter dado origem a novos objetos da cultura material (como as velas de sétimo dia ou os caixões da madeira menos nobre para atender à demanda de um número crescente de mortos). Um enterro pode ser examinado no que se refere a certos usos sociais, como por exemplo a presença de carpideiras ou a ocorrência de determinado tipo de discursos de despedida, ou ainda a forma de luto e resguardo oficialmente aceita que a viúva deverá observar para não correr o risco de transgredir as normas aceitas pelo grupo.

Os ritos, costumes, tabus, sentimentos, carências e representações gerados pelo fenômeno da morte são obviamente objetos de uma História Social, ou podem ser também objetos de uma História Cultural, de uma História Econômica, ou mesmo de uma História Política (dependendo da importância simbólica do morto). O historiador da demografia que pretenda fazer uma história que não seja simplesmente

te informativa ou descritiva, mas também problematizada, certamente encontrará caminhos para estabelecer conexões entre as informações numéricas ou padronizadas e as inferências sociais e culturais. Dito de outro modo, ele se empenhará em realizar não só uma História da Mortalidade, mas também uma autêntica História da Morte.

A Demografia Histórica atravessa hoje estes dilemas. Já inexistente aquela novidade da estatística histórica que justificava na década de 1950 a feitura de teses mais descritivas - meras cole-toras de informações sobre a mortalidade, a natalidade ou a nupcialidade. Hoje se espera que o historiador "problematize" a morte, o nascimento ou o casamento; que não apenas contabilize os movimentos migratórios, mas que também fale sobre as expectativas culturais e sociais dos migrantes, que recupere um pouco da sua vida da aparente aridez a partir de uma documentação que, se utilizada com finalidades meramente estatísticas, não trará para os leitores de história mais do que um número, verdadeiro mas abstrato, preciso mas patético, matematicamente desencarnado.

Os problemas relativos ao risco de que um estilo 'quantitativo não-problematizado' comprometa uma obra de História Demográfica são comuns também a outros campos que se utilizam eventualmente das técnicas estatísticas e de quantificação, como a História Econômica. Na verdade, estes são riscos comuns a todos os campos historiográficos que se sintonizam com a chamada História Quantitativa (expressão que se relaciona a uma 'abordagem' específica de tratamento das fontes). Da mesma forma que é um ato meramente descritivo registrar gratuitamente uma variação secular nos preços de um certo produto, compilar aspectos referentes a uma população sem uma problematização correspondente é um gesto historiográfico vazio de um conteúdo maior. Voltaremos a esta questão quando discutirmos os horizontes e os limites da História Quantitativa.

Postos estes cuidados, a História Demográfica é uma dimensão importante a ser examinada pelos historiadores que se dedicam aos vários períodos, e muitos deles têm prestado contribuições inestimáveis à compreensão da vida rural, da vida urbana, das oscilações nos níveis populacionais gerais e localizados com as suas devidas implicações sociais. Os problemas mais comuns pertinentes a este campo de estudo estão associados à compreensão da relatividade do próprio número. Historicamente, nunca se pode dizer por exemplo que uma cidade é populosa ou pouco habitada, a não ser que seja avaliado o contexto da informação numérica a que chegou o historiador demográfico. Assim, na Antigüidade Grega o filósofo Aristóteles já idealizava para uma cidade um efetivo

populacional de no máximo cinco mil cidadãos (excluindo as mulheres e escravos que também a habitariam). Trata-se de certo modo de uma crítica àquilo que lhe parecia ser uma excessiva população urbana para a cidade de Atenas, que no tempo de Péricles havia chegado a possuir 40.000 cidadãos. Roma, alguns séculos depois, atingiria um milhão de habitantes, o que faria da Atenas clássica uma cidade comparativamente pequena (isto é, se os parâmetros de uma época pudessem modelar a leitura de uma outra). Mas em compensação, a antiga capital do Império Romano teria a sua população reduzida a menos de cem mil habitantes no período medieval. Este período conhece portanto um rebaixamento no limiar populacional urbano: lugares com dois ou três mil habitantes tenderiam a receber o *status* de uma “cidade” de dimensões consideráveis, conforme estes novos parâmetros.

Hoje em dia, quando vivemos o drástico problema da superpopulação mundial e quando consideramos que a maior parte da população de quase todos os países mais importantes vive em cidades (fenômeno específico do século XX) estes limiares de população urbana oriundos de outras épocas tornam-se irrisórios para o homem comum. Mas não para o historiador. Tudo isto vem nos mostrar simultaneamente a importância e a relatividade do aspecto populacional para uma caracterização da Cidade enquanto tal. Ou seja, o número tomado isoladamente não deve ter grande importância para o historiador, a não ser quando ele pode contextualizá-lo, produzir a partir dele inferências socioculturais, conectá-lo a outras informações e estabelecer hipóteses para a compreensão de uma sociedade.

Outro problema a ser referenciado, além da ‘relatividade do número’, refere-se ao da ‘problematização do número’. Um campo fértil de aplicações da demografia histórica aparece quando começamos a relacionar padrões de comportamento populacional com as necessidades políticas e sociais desta população. Malthus, já no século XIX, fazia notar que diversas sociedades controlavam os seus limites populacionais face aos recursos alimentícios e materiais através da adoção de um padrão de ‘casamento tardio’ (na faixa etária de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens), em uma época em que havia poucos meios de controle da natalidade.

O ‘casamento retardado’ adicionado à ‘precariedade de recursos anticoncepcionais’ podia exigir o desenvolvimento de determinados padrões de abstinência entre os jovens (já que não eram desejados nestas sociedades os filhos ilegítimos que, de resto, comprometeriam com uma maior demanda por alimentos as possibilidades de sobrevivência do grupo).

Conexões como estas formaram um campo significativo para os historiadores associarem certos dados demográficos a aspectos ideológicos. A valorização da vida ascética, as associações entre amor e sexo, a moralização do sexo a partir de interditos, ou mesmo o surgimento de movimentos artísticos que valorizaram o “amor casto” (como ocorre com o Amor Cortês entre os trovadores da Idade Média)... tudo isto pode ter uma outra ponta nas necessidades vitais de contrabalançar nascimentos em uma sociedade que tem poucas alternativas anticoncepcionais. Torna-se necessária nestas sociedades a criação de ocupações dignas para o jovem que terá de retardar a constituição da família: daí, na Idade Média, o engajamento em aventuras como ‘cavaleiro andante’ ou cruzado, a valorização do santo, a alternativa do eremitismo. Surgem também as necessidades de criar um sistema para a distribuição do patrimônio familiar entre os herdeiros de um chefe de família que morreu - algumas sociedades adotarão o sistema da primogenitura masculina, para evitar que a propriedade fragmente-se entre vários herdeiros. Resultado disto: novos marginalizados no seio familiar, novas necessidades de práticas comportamentais específicas, novas necessidades de ideologias que obriguem todos a estas práticas. O dado demográfico está sempre preso a uma teia complexa: uma variação em um aspecto populacional pode produzir a necessidade de um grande rearranjo na organização política, nos traços ideológicos e nos bens culturais a serem produzidos pela sociedade. A estas conexões o historiador demográfico deve estar atento. São apenas alguns exemplos, entre tantos, que mostram que a dimensão cultural ou política e a dimensão demográfica devem ser postas a dialogar pelo historiador.

Com os exemplos mencionados, fica claro que a História Demográfica $\frac{3}{4}$ a boa História Demográfica - obriga-se a dialogar com aspectos que a ultrapassam. O historiador não deve se transformar em um mero recenseador retroativo, como estamos tentando demonstrar. É preciso que, mesmo partindo dos fatos demográficos, ele esteja atento aos fatos da cultura, aos fatos econômicos, aos fatos políticos, às ideologias, aos aspectos antropológicos. A História Demográfica reafirma hoje o seu lugar no campo histórico precisamente estabelecendo interfaces com os outros campos historiográficos: com a História Econômica, com a História Social, com a História Política, com a História Cultural, ou com qualquer outra dimensão a ser examinada pelo historiador. Eis aqui um exemplo marcante de que, mais do que nunca, o historiador deve evitar se deixar trancafiar no isolamento de seu compartimento historiográfico de maior interesse. A tendência do historiador do século XXI, pode-se prever, será a

de trabalhar cada vez mais habitualmente em um campo de interconexões, mesmo que ele conserve a sua especialidade. Assim como o otorrino-laringologista não deveria deixar de ser um clínico geral em todas as horas, um historiador demográfico não pode deixar de se preparar para dominar satisfatoriamente o *métier* do historiador da cultura, do historiador social, do historiador político.

Com relação a obras historiográficas voltadas para o aspecto demográfico, elas começaram a aparecer na década de 1950 - sob o impulso do método da “reconstituição familiar” desenvolvido pelo demógrafo Louis Henry, que começou a aplicá-lo a sociedades do passado. O método propunha vincular as informações relativas a nascimentos, casamentos e mortes em uma determinada região, e pode ser apreendido no manual escrito por Louis Henry com o título de *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*.³ A partir daí surge uma profusão de teses. Algumas vinculam a História Demográfica a um campo novo, a História Regional (divisão que se refere ao critério ‘abordagens’ mais especificamente no sub-item ‘campo de observação’). O historiador regional, como veremos oportunamente, é aquele que trabalha com uma determinada região, e neste trabalho, dependendo do seu problema historiográfico específico, ele pode realizar uma História Demográfica (como também uma História Econômica, uma História Cultural, e assim por diante).

Para o caso do entrelaçamento entre História Demográfica e História Regional, os pioneiros foram os historiadores franceses da década de 1950 e 1960, sobretudo Goubert com seu *Beauvais et le Beauvaisis* (1960), que focaliza uma região francesa no século XVII. É esta, talvez, a primeira obra de ‘demografia social’. Além de ser uma História Regional cuidadosamente articulada com uma Demografia Histórica, trata-se de uma verdadeira análise social, também atenta aos aspectos econômicos.

Uma segunda modalidade da História que examina mais diretamente a base da vida humana é a *História da Cultura Material* - campo que estuda fundamentalmente os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da mora-dia e das condições materiais do trabalho humano. A noção que atravessa este campo é a da “matéria” (ou do ‘objeto material’, que pode ser tanto o de tipo durável, como no caso dos monumentos e dos utensílios, como do tipo perecível, como no caso dos alimentos). Contudo, este campo

³ HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural. Afinal, a noção de “cultura” também não deixa de atravessar este campo.

Desta forma, o historiador da cultura material não estará atento apenas aos tecidos e objetos da indumentária, mas também aos modos de vestir, às oscilações da moda, às suas variações conforme os grupos sociais, às demarcações políticas que por vezes se colam a uma determinada roupa que os indivíduos de certas minorias podem ser obrigados a utilizar em sociedades que aproximam os critérios da “diferença” e da “desigualdade”. Com relação aos alimentos, o historiador buscará não um exaustivo inventário dos vários gêneros alimentícios, mas uma compreensão dos seus modos de consumo, dos regimes alimentares que predominam nos diversificados grupos sociais e profissionais, das expectativas simbólicas de cada alimento; das formas de armazenamento e intercâmbio dos gêneros alimentícios. Da variedade de habitações, procurará extrair uma compreensão da vida familiar, das relações entre público e privado, da segregação social que pode ser estabelecida a partir de determinadas configurações de espaço, dos regimes imaginários que podem estar associados a certos padrões habitacionais, da correlação entre os vários tipos de bens imóveis e os grupos sociais a que pertencem os seus possuidores.

Ao perceber a materialidade de uma cidade - os seus monumentos, os seus espaços de circulação, os seus espaços de trancafiamento, os seus compartimentos lícitos e ilícitos - o historiador estará buscando perceber os modos de vida da sociedade que a habita, as expectativas dos seus habitantes. Ao examinar uma cidade murada, como aquelas que eram tão típicas da Idade Média e do princípio da modernidade, tentará compreender o que significa este tipo de “viver murado”, que medos aparecem a reboque desta espécie de enclausuramento urbano ou, na contrapartida, que sensações de segurança contribuirão para o alívio do habitante murado frente aos riscos de invasão externa. A cidade aberta, com outros tipos de problemas, inspirará reflexões distintas, e darão dar a conhecer outros tipos de sociedades. O historiador da cultura material que trabalha com a História Urbana tem muito a perceber dos seus objetos citadinos.

Móveis, objetos decorativos, ferramentas, máquinas, matérias primas que darão luz a objetos manufaturados, veículos que os transportarão ao longo de grandes avenidas e estradas, com destino a determinados grupos de consumidores que por estes bens terão de pagar em moeda sonante... tudo pode ser objeto de uma História da

Cultura Material. Pode-se perceber que, além da noção de “materialidade”, uma outra noção marcante que muito freqüentemente atravessa este campo histórico é a de “cotidiano”. O historiador da cultura material estará freqüentemente estudando os domínios da vida cotidiana, da vida privada, embora estes domínios também possam ser partilhados por historiadores voltados predominantemente para outras dimensões ou enfoques, como é também o caso da História das Mentalidades.

O estudo atento dos objetos da cultura material faz com que esta especificidade da história esteja intimamente associada à *Arqueologia*, mas esta última designação refere-se preferencialmente a uma ‘abordagem’ relacionada ao levantamento e à decifração de fontes da cultura material, e não tanto à ‘dimensão’ de vida social que é trazida por estas fontes.⁴ Deste modo, ao se mostrar relacionada a um ‘modo’ de desvendar vestígios materiais e de conectá-los para reconstruir a História, a Arqueologia vincula-se mais coerentemente a uma segunda ordem de critérios que se definem pelas ‘abordagens’ utilizadas pelo historiador. Neste sentido, para um historiador, a Arqueologia remete sobretudo aos ‘métodos arqueológicos’ que eventualmente serão empregados para levantar fontes e dados empíricos no decorrer da pesquisa - fontes e dados sobre os quais o historiador fará incidir depois um determinado enfoque que pode ou não ser o da História da Cultura Material. Mas, de qualquer maneira, a História da Cultura Material e a Arqueologia freqüentemente andam juntas.⁵

Também a História da Cultura Material pode atuar na conexão com campos historiográficos definidos por outras dimensões ou enfoques. Assim, a “matéria” e a “imagem” podem ser examinadas nas suas interrelações, e conseqüentemente um historiador pode associar os campos da História da Cultura Material e da História do Imaginário. Segundo Gaston Bachelard (1943), “a imaginação de um movimento reclama a imaginação de uma matéria.”⁶ A partir de um enfoque que não deixa de ser similar, os objetos e artefatos são encarados como complexos de tendências ou “redes de gestos” por Leroi-Gourhan - que de algum modo não deixa de ser simultanea-

⁴ Tradicionalmente, a Arqueologia vinha sendo tratada como ciência distinta da História, gerando uma dimensão corporativa própria (a dos arqueólogos). Mas é precisamente a entrada em cena de uma História da Cultura Material que atua no sentido de incorporar a comunidade arqueológica na comunidade historiadora. Rigorosamente, todo bom arqueólogo é também um historiador da Cultura Material, não se limitando a coletar resíduos de civilizações.

⁵ PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In : LE GOFF, Jacques (org.) A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.202.

⁶ BACHELARD, Gaston. *L'Air et les songes*. Paris: Corti, 1943.

mente um antropólogo da cultura material e do imaginário que se dedicou mais particularmente às culturas paleolíticas. O vaso, por exemplo, seria uma materialização da tendência geral de conter fluidos.⁷ Relacionando gestos, imagens e objetos materiais, Leroi-Gourhan analisa determinados objetos, como a “casca”, visando estabelecer curiosas interconexões. “As tendências para “conter”, “flutuar”, “cobrir” particularizadas pelas técnicas do tratamento da casca dão o vaso, a canoa ou o telhado. Se este vaso de casca é cozido, implica imediatamente uma outra clivagem possível das tendências: coser para conter dá o vaso de casca, coser para vestir dá a veste de peles, coser para abrigar dá a casa de pranchas cozidas.”⁸

Estas divagações podem parecer demasiado abstratas à primeira vista, mas devemos aprender com elas. As relações entre os objetos da cultura material e o imaginário podem ser exploradas criativamente pelos historiadores de um ou outro destes campos. Independente de ser um símbolo bélico, a ‘espada’ também se abre imagisticamente para o gesto do ‘ordenamento social’. Ela estende-se para o gesto que corta, que discrimina, que separa, que compartimenta — que ordena o social, enfim. Neste sentido, o símbolo incorpora com a sugestão do ‘ordenamento social’ mais esta outra função representativa, para além do enfrentamento do inimigo. A espada torna-se um símbolo polissêmico, representação da força mas também, da justiça.

As interrelações mais imediatas da História da Cultura Material afirmar-se-ão provavelmente com a História Econômica, que, conforme veremos mais adiante, terá como um dos seus três setores básicos de preocupações o estudo da esfera da Produção. Neste caso, os objetos materiais privilegiados para estudo serão as ferramentas, as máquinas, a matéria prima - ou, para utilizar a terminologia marxista, os ‘meios’ e ‘instrumentos de produção’. Sem contar as ‘técnicas’, que também se tornam objeto de interesse da História da Cultura Material (usos que se incorporam a determinados objetos, ou que até mesmo os definem). Na esfera econômica da Circulação, teremos como objetos da cultura material importantes as “moedas”, pontos focais para estudos de cultura material, de história econômica e novamente do imaginário (se o historiador ocupar-se também do estudo da simbologia de suas efígies). Quanto aos objetos ligados ao Consumo, são infinitos.

⁷ LOREI-GOURHAN, A. *Evolution et Technique: l'homme et la matière*. Paris: A. Michel, 1943. p. 18.

⁸ _____. *Op.cit.*, p. 340 sqs, *apud* DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989, p. 38.

Um exemplo de História da Cultura Material foi concretizado por Braudel, em um dos volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1967).⁹ Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, levando-se em conta que teria empreendido uma modalidade de História da Cultura Material ao analisar a 'paisagem rural' na medievalidade francesa.¹⁰

Enfim, o tratamento historiográfico da Cultura Material pode ser identificado através de um longo desenvolvimento, no decurso deste último século, que vai desde estas obras pioneiras até as obras mais recentes, como a *História das Coisas Banais* de Daniel Roche¹¹ - obra que examina para a sociedade europeia do século XVII ao XIX diversificados aspectos como a alimentação, o vestuário e aparência, o fornecimento de água, luz e aquecimento, os móveis e utensílios e, de uma maneira geral, a produção de objetos e o seu consumo. Eis aí, portanto, uma história do ocidente moderno através dos objetos e dos seus usos, inscrevendo-os em uma teia de relações humanas que deve ser captada para que a História da Cultura Material não se transforme em um mero inventário descritivo de bens diversos e de suas formas de consumo.

No Brasil, registraremos o pioneirismo dos estudos de História da Cultura Material com a obra *Caminhos e Fronteiras* (1956) de Sérgio Buarque de Holanda. Se em *Visões do Paraíso*¹² o sociólogo-historiador aborda o Imaginário, em *Caminhos e Fronteiras*¹³ o seu enfoque é precisamente a 'vida material' da região de São Paulo no período colonial. Na verdade, Sérgio Buarque focaliza a vida material como meio para perceber a interação entre colonizadores de origem europeia e ameríndios (o confronto cultural é a sua preocupação básica desde 1936, com *Raízes do Brasil*). Trata-se, portanto, de uma História da Cultura Material motivada por uma preocupação típica da História Social da Cultura, compreendida aqui no seu sentido mais específico. As técnicas rurais, a produção de alimentos, a paisagem rural assinalada pelos trigais, a indústria caseira e o artesanato urbano, os utensílios (como a rede de dormir) ou os instrumentos (como o arado utilizado no trabalho rural)... Eis aqui os materiais para uma

⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁰ Marc BLOCH, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952 (original de 1931). Existem também artigos de Marc Bloch que examinam os instrumentos e as técnicas utilizados pelos camponeses medievais ("Avènement et conquête du moulin à l'eau" e "Les inventions médiévales", *Annales d'histoire économique et sociale*, t.VII, 1935).

¹¹ ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: nascimento do consumo (sec. XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

mente um antropólogo da cultura material e do imaginário que se dedicou mais particularmente às culturas paleolíticas. O vaso, por exemplo, seria uma materialização da tendência geral de conter fluidos.⁷ Relacionando gestos, imagens e objetos materiais, Leroi-Gourhan analisa determinados objetos, como a “casca”, visando estabelecer curiosas interconexões. “As tendências para “conter”, “flutuar”, “cobrir” particularizadas pelas técnicas do tratamento da casca dão o vaso, a canoa ou o telhado. Se este vaso de casca é cozido, implica imediatamente uma outra clivagem possível das tendências: coser para conter dá o vaso de casca, coser para vestir dá a veste de peles, coser para abrigar dá a casa de pranchas cozidas.”⁸

Estas divagações podem parecer demasiado abstratas à primeira vista, mas devemos aprender com elas. As relações entre os objetos da cultura material e o imaginário podem ser exploradas criativamente pelos historiadores de um ou outro destes campos. Independente de ser um símbolo bélico, a ‘espada’ também se abre imagisticamente para o gesto do ‘ordenamento social’. Ela estende-se para o gesto que corta, que discrimina, que separa, que compartimenta — que ordena o social, enfim. Neste sentido, o símbolo incorpora com a sugestão do ‘ordenamento social’ mais esta outra função representativa, para além do enfrentamento do inimigo. A espada torna-se um símbolo polissêmico, representação da força mas também, da justiça.

As interrelações mais imediatas da História da Cultura Material afirmar-se-ão provavelmente com a História Econômica, que, conforme veremos mais adiante, terá como um dos seus três setores básicos de preocupações o estudo da esfera da Produção. Neste caso, os objetos materiais privilegiados para estudo serão as ferramentas, as máquinas, a matéria prima - ou, para utilizar a terminologia marxista, os ‘meios’ e ‘instrumentos de produção’. Sem contar as ‘técnicas’, que também se tornam objeto de interesse da História da Cultura Material (usos que se incorporam a determinados objetos, ou que até mesmo os definem). Na esfera econômica da Circulação, teremos como objetos da cultura material importantes as “moedas”, pontos focais para estudos de cultura material, de história econômica e novamente do imaginário (se o historiador ocupar-se também do estudo da simbologia de suas efígies). Quanto aos objetos ligados ao Consumo, são infinitos.

⁷ LOREI-GOURHAN, A. *Evolution et Technique: l'homme et la matière*. Paris: A. Michel, 1943. p. 18.

⁸ _____. *Op.cit.*, p. 340 sqs, *apud* DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989, p. 38.

Um exemplo de História da Cultura Material foi concretizado por Braudel, em um dos volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1967).⁹ Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, levando-se em conta que teria empreendido uma modalidade de História da Cultura Material ao analisar a 'paisagem rural' na medievalidade francesa.¹⁰

Enfim, o tratamento historiográfico da Cultura Material pode ser identificado através de um longo desenvolvimento, no decurso deste último século, que vai desde estas obras pioneiras até as obras mais recentes, como a *História das Coisas Banais* de Daniel Roche¹¹ - obra que examina para a sociedade europeia do século XVII ao XIX diversificados aspectos como a alimentação, o vestuário e aparência, o fornecimento de água, luz e aquecimento, os móveis e utensílios e, de uma maneira geral, a produção de objetos e o seu consumo. Eis aí, portanto, uma história do ocidente moderno através dos objetos e dos seus usos, inscrevendo-os em uma teia de relações humanas que deve ser captada para que a História da Cultura Material não se transforme em um mero inventário descritivo de bens diversos e de suas formas de consumo.

No Brasil, registraremos o pioneirismo dos estudos de História da Cultura Material com a obra *Caminhos e Fronteiras* (1956) de Sérgio Buarque de Holanda. Se em *Visões do Paraíso*¹² o sociólogo-historiador aborda o Imaginário, em *Caminhos e Fronteiras*¹³ o seu enfoque é precisamente a 'vida material' da região de São Paulo no período colonial. Na verdade, Sérgio Buarque focaliza a vida material como meio para perceber a interação entre colonizadores de origem europeia e ameríndios (o confronto cultural é a sua preocupação básica desde 1936, com *Raízes do Brasil*). Trata-se, portanto, de uma História da Cultura Material motivada por uma preocupação típica da História Social da Cultura, compreendida aqui no seu sentido mais específico. As técnicas rurais, a produção de alimentos, a paisagem rural assinalada pelos trigais, a indústria caseira e o artesanato urbano, os utensílios (como a rede de dormir) ou os instrumentos (como o arado utilizado no trabalho rural)... Eis aqui os materiais para uma

⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁰ Marc BLOCH, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952 (original de 1931). Existem também artigos de Marc Bloch que examinam os instrumentos e as técnicas utilizados pelos camponeses medievais ("Avènement et conquête du moulin à l'eau" e "Les inventions médiévales", *Annales d'histoire économique et sociale*, t.VII, 1935).

¹¹ ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais*: nascimento do consumo (sec. XVII-XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

autêntica História da Cultura Material que procura reconstruir, a partir de uma problematização sociocultural mais ampla, uma rede complexa que envolve objetos, técnicas e consumo. Horizontes abertos para que a historiografia brasileira continue a elaborar trabalhos ligados a esta modalidade histórica.

*

A História da Cultura Material não é o único campo historiográfico que examina as relações mais diretas da vida humana com a materialidade que o cerca. Se existe uma materialidade criada culturalmente pelo homem, e que se concretiza nos seus diversificados ambientes, objetos e utensílios, existe também uma 'materialidade natural' a ser considerada. Qualquer sociedade deve necessariamente estabelecer contato e formas de apropriação relativamente a um mundo material que já estava lá antes de sua intervenção. O homem, já se disse algures, está destinado a se relacionar dialeticamente com a Natureza que o cerca, com a matéria que encontra à sua disposição, com os espaços onde edificará os seus ambientes sociais, com as condições climáticas com as quais terá de se defrontar. Tudo isto também fará parte de sua realidade concreta, da sua materialidade imediata, e também aqui existirá uma história a ser contada.

A *Geo-História* estuda precisamente a vida humana no seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço concebido geograficamente. É ainda com Fernando Braudel (1949) que este campo começa a se destacar, passando a se definir e a se encaixar nos estudos históricos de "longa duração."¹⁴ Por outro lado, a *Geo-História* pode se dedicar mais especificamente ao estudo de um aspecto transversal no decurso de uma duração mais longa, como fez Le Roy Ladurie ao realizar uma *História do Clima* (1967).¹⁵ Nestes casos, ocorre muito freqüentemente que o geo-historiador tome para fontes, além da documentação mais tradicional, os próprios vestígios da Natureza (Ladurie esteve atento aos "anéis" que se formam nos caules das árvores de vida longa, considerando que, de acordo com conclusões já estabelecidas pelos botânicos, um anel estreito significa um ano de seca, e um anel largo um ano beneficiado por chuvas abundantes). Conforme se vê, a *Geo-História* deve dialogar necessariamente não só com a Geografia, como também com outras ciências da natureza (a exemplo da Botânica ou da Ecologia).

¹⁴ A obra-prima de Braudel nesse campo é *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.

¹⁵ LADURIE, E. LE ROY. *Times of Feast Times Famine*. New York: 1971.

História Demográfica, História da Cultura Material e Geo-História constituem um fundo histórico primordial. Respectivamente a “materialidade humana”, a “materialidade cultural”, e a “materialidade natural” - é disto que tratamos nestas dimensões primordiais do conhecimento historiográfico.



NATIVISMO OU NATIVISMOS?

Ricardo Luiz de Souza¹

Resumo:

O texto faz uma síntese do desenvolvimento do sentimento nativista no Brasil, articulando-o ao antilusitanismo presente já no período colonial. Faz uma breve análise dos principais movimentos nativistas ocorridos no período, demonstrando como não é possível falarmos em um sentimento nativista que abarçasse a nação como um todo, e sim em nativismos regionais nascidos de dinâmicas específicas.

Palavras-chaves: nativismo - colônia - rebelião.

Abstract:

The text makes a synthesis of the development of the nativist feeling in Brazil, articulating it to the present antilusitanism colonial period. It makes one brief analysis of the main nativistas movements occurrences in the period, demonstrating as it is not possible to speak in a nativist feeling that accumulated of stocks the nation as a whole, and yes in been born regional nativisms of specific dynamic.

Keywords: rebellion - colônia - nativismo.

Até que ponto é viável falarmos na existência de um sentimento nativista durante o período colonial? Pasquins e sátiras revelam claramente, durante estes anos, um ressentimento difuso da população contra membros da administração colonial. Sátiras como esta, endereçada a um governador:

*A peste já se acabou
Alvíssaras, ó gente boa,
O Xumbergas embarcou
Ei-lo vai para Lisboa.²*

E Braudel situa a existência, durante o período colonial, de um sentimento antilusitano, com as decorrentes piadas de português:

Os donos do Brasil são os mercadores do reino, o rei primeiro, a seguir os comerciantes de Lisboa e do Porto e suas colônias mercantis instaladas em Recife, na Paraíba, na Bahia, a capital brasi-

¹ Doutorando em História na UFMG. E-mail: <ricl Souza@uol.com.br>

² OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília. Ebrasa/INL, 1971, p.191

leira, depois no Rio de Janeiro, nova capital a partir de 1763. Esses portugueses, detestados, com grandes anéis nos dedos, sua baixela de prata- caçoar deles é um prazer para os brasileiros.³

De fato, o camponês de origem portuguesa torna-se, já neste período, alvo preferencial das piadas elaboradas pelos brasileiros, que ressaltam sempre sua ingenuidade, sua infantilidade e, também, sua potência sexual;⁴ um retrato ambíguo, não necessariamente negativo.

Mas o antilusitanismo não surgiu apenas como expressão popular. Já encontramos na obra de um poeta como Gregório de Matos versos nos quais se constata

*Que os brasileiros são bestas,
e estarão a trabalhar
toda a vida por manter
maganos de Portugal.*⁵

Dominadores no Brasil, os portugueses sofreram perseguições em outros países da América Latina, vítimas de um antilusitanismo precoce. Em Lima, por exemplo

A cada ano aumentava a prevenção contra os portugueses (não pouco contribuindo para isso o Santo Ofício) até que, tendo eles dirigido uma representação, em 1646, à Audiência Real, o vice-rei ordenou que se apresentassem portando as armas de que dispunham e em seguida abandonassem o país.⁶

O antilusitanismo no período colonial não significou ainda, como ressalta Silva, a negação da situação colonial, referindo-se antes ao elemento português, e relacionando-se com uma disputa por papéis, recompensas e prestígio social a ser travada no contexto de tal situação.⁷

Mas o antilusitanismo está presente já nas revoltas nativistas (um sentimento bem diferente do nacionalismo, inexistente no período por não existir, ainda, uma idéia de nação) do século XVIII, especialmente em Minas e na Bahia. Como acentua Mota, *nesta atmosfera*

³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, vol. II, p.181.

⁴ Cf. FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1971, p. 48.

⁵ BARROS, Hígino (org.). *Escritos de Gregório de Matos*. Porto Alegre, L&PM, 1986, p. 170.

⁶ PALMA, Ricardo. *Anais da Inquisição de Lima*. São Paulo: EdUSP/Giordano, 1992, p. 33.

⁷ Cf. SILVA, Rogério Forastieri. *Movimentos nativistas: a história como biografia da nação*. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXXIII. São Paulo, USP, 1984, p. 132.

*ra de agitação, fortalecem-se opiniões, como aquela segundo a qual “tudo o que fosse homem do reino havia de morrer.”*⁸

De onde veio este sentimento? Como dimensioná-lo e como compreendê-lo? Não nasceu de um sentimento precoce de brasilidade. Nativismo implica na idéia de pertencer a uma nação, idéia que não concretizou-se no período colonial. Como define Pinsky, *a idéia de nação brasileira não tinha maior significação para a população; os proprietários de terra estavam limitados territorialmente à área que controlavam e não há evidências de que se sentissem ligados a proprietários de outras regiões do país.*⁹

Em termos religiosos, por exemplo, criou-se, durante a colônia, uma estrutura hierárquica centralizada, com um só bispado durante mais de cem anos, mas tal centralização foi aparente. Na realidade, adotou-se uma descentralização religiosa que seguiu o modelo social no qual imperavam os senhores locais, e é neste sentido que Hoornaert fala em *conglomerado de cristandades* para definir o Brasil religioso deste período.¹⁰ Neste contexto, torna-se muito difícil falarmos em qualquer nativismo impulsionado pela idéia de nacionalidade.

Sequer a expressão brasileiro era utilizada no período colonial, com os “brasileiros” chamando e sendo chamados pela sua região de origem ou pelo nascimento: havia baianos, mineiros, paulistas, mazombos, mamelucos. Mas ainda não havia brasileiros tais como os conhecemos hoje: brasileiros eram, simplesmente, os comerciantes de pau-brasil. A criação ou descoberta da condição de brasileiros por parte destes diferentes colonos foi um processo longo; uma metamorfose que situa-se, segundo Novais, no cerne da identidade nacional.¹¹ Criou-se, enfim, uma confluência de identidades regionais igualmente mencionada por Chacon, que situa a existência, durante a colônia, de uma Paulistanidade, de uma Pernambucanidade, de uma Mineiridade e de uma Baianidade, e conclui: *Nestas quatro grandes fontes se gera a torrente da Brasilidade, que se espalharia pelo país inteiro, fazendo frutificar as sementes dos apóstolos e precursores.*¹²

⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 23.

⁹ PINSKY, Jaime. A formação do Estado nacional: origens do problema. In: BRUIT, Héctor Hernan (org.). *Estado e burguesia nacional na América Latina*. São Paulo/Campinas: Ícone/Editora da Unicamp, 1985, p. 70.

¹⁰ HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Paulinas/Vozes, 1992, vol. II/1, p. 247.

¹¹ Cf. NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*. vol. 1. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 23.

¹² CHACON, Wamireh. *O humanismo brasileiro*. São Paulo, Summus, Secretaria da Cultura, 1980, p. 96.

Se os nativismos foram invariavelmente de origem regional, eles buscaram, porém, adesões nas demais províncias. Não foram movimentos meramente locais nem tiveram intuítos separatistas. Mas em momento algum conseguiram sequer esboçar uma articulação a nível nacional, nem conseguiram pensar um projeto que envolvesse a nação como um todo. Não tiveram tempo para tal, abortados que foram no nascedouro, mas pesa, também, a origem local das insatisfações que deram origem aos movimentos nativistas. Suas gêneses foram sempre as diferentes dinâmicas das diferentes províncias que os gerou, e eles, em momento algum, conseguiram transcendê-las.

Segundo Ianni, enfim, *o nativismo é um fenômeno permanente no desenvolvimento histórico da sociedade colonial, estando presente em muitos momentos cruciais*.¹³ Mas, ao invés de nativismo, talvez seja mais prudente falarmos em nativismos coloniais, já que a utilização do termo no singular pressupõe uma unidade de sentimentos ainda inexistente, ao passo que as revoltas coloniais- mesmo as mais radicais, como as conjurações mineira e baiana- foram movidas por interesses e objetivos regionais, não tendo em seu horizonte a construção de uma nação brasileira.

Menciona-se a ocorrência, antes delas, da resistência à ocupação holandesa como forma de nativismo, e Handelman, por exemplo, acentua as consequências nativistas da guerra contra os holandeses: criou-se, a partir dela, *a orgulhosa consciência de haver por suas próprias forças reconquistado a terra, de novo restituindo a mesma à Coroa de Portugal*.¹⁴

Ao mesmo tempo, a lealdade ao monarca português expressa na reconquista de Pernambuco ocupado pelos holandeses é vista como prova da capacidade de iniciativa nativa. Cria-se o mito da fidelidade voluntária e do heroísmo nativo, superior mesmo ao dos portugueses.¹⁵

É a perspectiva de Varnhagem, uma espécie de patrono da história oficial brasileira, que vê na luta contra os holandeses um elemento aglutinador das três raças, segundo Guimarães, que conclui sua análise da perspectiva do autor: *De quebra, a luta ainda propiciou a coesão das capitanias do Nordeste. Vista por esse prisma, a restauração converte-se numa espécie de gênese do sentimento nativista*.¹⁶

¹³ IANNI, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1963, p. 53.

¹⁴ HANDELMAN, Henrique. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1931, p. 365.

¹⁵ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates em Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 139.

¹⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. Francisco Adolfo de Varnhagem. *História Geral do Brasil*. In:

Em relação ao nativismo gerado pela ocupação holandesa, contudo, é preciso termos cautela. A reação se deu não em nome da libertação brasileira propriamente dita, mas para libertar terras portuguesas das mãos holandesas, o que deveria ser feito- e o foi- em nome do rei de Portugal. E temos, neste tópico, um dos fatores da incompatibilidade entre as instituições coloniais e holandesas. Como acentua Mello, *a ausência de monarca na cúpula do sistema intrigava os colonos luso-brasileiros; e eles viam nesta circunstância razão adicional para repudiar os holandeses, que, ademais de heréticos, eram também homens sem-rei*.¹⁷

O nativismo gerado pela ocupação holandesa nasceu, por outro lado, de um efeito comparativo a partir do qual os pernambucanos refletiam sobre o que consideravam a superioridade material da civilização holandesa sobre a portuguesa. Os holandeses se foram, mas os efeitos da comparação ficaram e germinaram. O tempo dos flamengos tornou-se lendário e o renitente nativismo pernambucano que geraria a revolta dos mascates e a revolução de 1817 teria uma de suas origens na ocupação holandesa e em seus efeitos. No caso dos mascates, contudo, o conflito foi mais entre comerciantes e fazendeiros que entre colonos e a metrópole mas, em 1817, o nativismo foi o sentimento que esteve na raiz da revolta.

Se o combate ao holandês foi fator- talvez o primeiro- de união nacional, a lembrança da ocupação holandesa gerou, assim, o que Mello chama de *intuição nativista da superioridade material da civilização holandesa*:¹⁸ uma certa percepção, tanto popular quanto erudita, de uma idade de ouro que poderia ter sido e não foi. Uma nostalgia por caminhos não percorridos que levou a que obras não executadas por holandeses, inclusive, fossem a eles atribuídas. O fato de Portugal ter aceito como fato consumado a ocupação do Nordeste pelos holandeses, não incentivando nem favorecendo a resistência, gerou uma luta que não se opôs à dominação portuguesa, mas se fez a partir do Brasil, não a partir da Coroa, embora lutasse em seu nome. Criou-se, pela primeira vez, um movimento de luta contra um ocupante de terras brasileiras. A lição ficaria, e frutificaria no caráter relativamente mais radical adotado pelo nativismo nordestino.

Já a Guerra dos Mascates significou o protesto de uma elite patriarcal ainda dominante, mas que sentia os sinais da decadência,

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um Banquete nos trópicos*. vol. II. São Paulo: Editora SENAC, 2002, vol. II, p. 88.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002. p. 149.

¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p. 350.

contra a ascensão de uma elite urbana composta por portugueses, ligada ao comércio e possuidora de uma mentalidade mercantil oposta aos valores patriarcais. Neste caso, o nativismo assumiu feição nitidamente conservadora, de resistência às novas orientações econômicas. Como salienta Scwhartz, *essa Guerra dos Mascates revelou as tensões naturais entre os comerciantes e os fazendeiros e também o fato de que, dentro da orientação cada vez mais mercantilista da colônia, a classe dos comerciantes poderia desempenhar um papel importante*.¹⁹

Mas ela foi relevante para a construção do nativismo. Na Guerra dos Mascates estruturou-se, pela primeira vez, um conflito que dividiu portugueses e colonos em campos opostos: por uma questão de competência e atribuições ligadas à instalação do pelourinho, como bem acentua Araripe Júnior.²⁰

Antes dela, outra revolta já havia eclodido mais ao sul. Anastasia menciona um manifesto ao governador publicado por ocasião das revoltas de 1660-1661, no Rio de Janeiro, no qual os limites das revoltas coloniais são traçados com nitidez. Não se trata de romper os vínculos com a metrópole, mas de rechaçar determinados governantes e de recusar medidas consideradas injustas e arbitrárias. Lemos, então:

Em primeiro lugar protesta o dito Povo que são muito leais vassallos a el Rei Nosso Senhor Dom Afonso que Deus Guarde e mui obedientes ao Senhor Governador Tomé Correia de Alvarenga e mais ministros reais [...] mas, “que em nenhum caso querem que governe esta praça e mais distritos o governador Salvador Correia de Sá e Benevides pelas muitas fintas, tributos e tiranias com que tiraniza este cansado Povo destruindo suas Fazendas.”²¹

A rebelião de 1660 teve como incentivo características pessoais de Salvador Correia de Sá, sempre interessado em auferir benefícios pessoais dos cargos por ele ocupados, o que terminou por indispor-lo com as elites cariocas. Mas teve como fator, também, os pesados encargos que incidiam sobre o Rio de Janeiro; encargos que penalizavam as elites e prejudicavam seus interesses, culminando em uma rebelião que transformou a cidade, durante alguns meses, em cidade autônoma. Mas uma autonomia que baseou-se no domínio destas

¹⁹ SCWHARTZ, Stuart B. O Brasil colonial, c. 1580-1750. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume II. São Paulo/Brasília: EdUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1999. p. 410.

²⁰ ARARIPE JR.. *Obra crítica*. Volume 2. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1960, p. 346.

²¹ ANASTASIA, Carla. *América Portuguesa: mais direitos, menos revoltas*. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antônio (org.). *1500/2000: trajetórias*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999. p. 106.

mesmas elites, sempre preocupadas em restringir ou eliminar a participação da população que, por esse motivo, manteve-se alheia a todo o movimento. Era, afinal, negócio de brancos.

Tomando-se, enfim, a revolta de 1661 como exemplar, podemos buscar algumas de suas causas: o conflito entre interesses locais e metropolitanos gerado por medidas como a proibição de produzir e vender aguardente e agravado pelo nepotismo e corrupção implantados por Salvador de Sá, os encargos financeiros e militares que afligiram o Rio de Janeiro por ocasião da ocupação holandesa, agravados por um novo imposto- a finta- criado por Salvador de Sá e que incidia especificamente sobre os homens de posses.²² A revolta partiu da reação das elites, que nomearam Agostinho Barbalho após a deposição do delegado nomeado por Salvador Correa, então em São Paulo. Sufocada a rebelião, seus líderes foram presos e enviados para Lisboa, mas Barbalho, especificamente, foi indultado e agraciado, mais tarde, com a doação da ilha de Santa Catarina e, depois, com o governo de Paranaguá.

E é de se notar, mesmo no caso desta rebelião, a solidariedade prestada pelos paulistas a Salvador de Sá, oferecendo a ele uma força militar para acompanhá-lo até o Rio e ajudá-lo no combate aos revoltosos.²³ Constata-se a inexistência, neste episódio, de vínculos provinciais cimentados pelo nativismo.

A partir da breve síntese do episódio é preciso e possível, em relação às revoltas coloniais, colocarmos a questão: até que ponto elas visavam à derrocada do poder colonial ou almejavam apenas melhores condições de sobrevivência sob a tutela deste poder? As revoltas geravam negociações conduzidas por membros das elites locais, ciosos em afirmarem sua lealdade à coroa,²⁴ e nasceram, inicialmente, não da contestação ao status colonial, mas da negação, por parte da metrópole, de direitos que os colonos acreditavam ser inerentes à sua situação de súditos da monarquia portuguesa.

Do mesmo modo, as revoltas antifiscais estruturaram-se a partir de dois determinantes:

Aqueles em que a ampliação da carga tributária era insuportável diante de uma alegada miséria absoluta nas condições materiais,

²² Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; ARAUJO, Paulo Henrique da Silva. *Rio de Janeiro*. Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, .p. 86.

²³ Cf. VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1948, vol., III, p. 255.

²⁴ Cf. BOXER, C.R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo, Nacional, 1973, p. 344.

e aqueles que condenam a legitimidade de determinado imposto, contra a intromissão do poder público temporal, em razão de uma noção de bitributação ou mesmo do reconhecimento de que não cabia ao grupo seu pagamento.²⁵

A revolta de Beckman exemplifica a contestação derivada deste processo. Monopolizando as relações comerciais e asfixiando uma estrutura econômica já frágil, as companhias de comércio foram fatores de revoltas como esta, ocorrida no Maranhão, em 1648, e que se visava mais diretamente aos jesuítas — tinha como um de seus objetivos, também, a libertação em relação ao poderio da Companhia do Comércio.

As revoltas coloniais no período anterior às Inconfidências mineira e baiana funcionaram, portanto, antes como mecanismos de negociação que como tentativas efetivas de eliminação do poder colonial. Este era aceito, sua legitimidade não chegava a ser contestada, mas buscava-se uma inserção vantajosa dos colonos dentro do sistema colonial de produção e dominação.

As revoltas coloniais foram predominantemente urbanas, o que realça sua fragilidade e escassa capacidade de articulação com uma sociedade majoritariamente rural e uma população que estabeleceu conexões relativamente precárias com os núcleos urbanos nos quais elas ocorriam. Daí, entre outros fatores, o caráter invariavelmente local que tais revoltas assumiam, sem nunca conseguirem — ou mesmo pretenderem — espalhar-se por uma área mais ampla. Mesmo quando os moradores do campo participavam das revoltas urbanas ao reunirem-se nas cidades, tal participação se dava em ocasiões que não faziam parte de seu cotidiano; ocasiões festivas, por exemplo, daí a frequente conexão entre revolta e festa ocorrida no período.

Como e quando as coisas mudaram? O nativismo ampliou-se e ao mesmo tempo transformou-se em luta pela emancipação a partir da progressiva diversificação da estrutura social brasileira, que já não comportava mais a dicotomia senhor-escravo. Novos setores sociais sentiram-se alijados pelo predomínio lusitano em vários setores da economia, o que reforçou, por sua vez, o antilusitanismo e tornou divergentes os interesses destes setores e os interesses metropolitanos.

Tal processo gerou consequências irreversíveis. O final do século XVIII foi o momento em que as revoltas nativistas passaram da negociação dentro de estatuto colonial para sua negação sem retorno.

²⁵ Cf. FIGUEIREDO, Luciano. *Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa*. In: Revista USP, n. 57. São Paulo: USP, 1989, p. 19.

Estruturou-se ainda que de forma incipiente, a partir desse século, uma classe média majoritariamente urbana na qual iria fermentar o sentimento nativista. Os membros dessa nova classe social tinham pouco ou nada a perder com a ruptura com a metrópole e, pelo contrário, tinham muito a ganhar. Sua hostilidade ao estatuto de colônia era natural, e vinha acompanhado de um crescente desencanto de uma parte das elites coloniais, derivada de uma constatação nascida da exposição ao ideário iluminista que influenciava cada vez mais sua mentalidade.

Exemplar em relação à este processo é a famosa carta que um estudante brasileiro enviou a Thomas Jefferson, e que motivou um encontro entre ambos. Nela, seu signatário afirma:

Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer nossa pátria. Cada dia se torna mais insuportável nosso estado, depois da vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes.²⁶

Os sentimentos expressos na carta dão conta de um autêntico intuito de romper com Portugal, o que é compreensível dada a situação específica de Minas Gerais. Ali, durante o século XVIII, pela primeira vez as elites atribuem a Portugal um papel de mera rapina e exploração em relação às riquezas da província, e percebem não haver nenhuma vantagem, para eles, na manutenção do estatuto colonial, o que geraria a Inconfidência: sinal de uma ruptura que se mostraria definitiva entre a dominação portuguesa e os interesses das elites brasileiras. A tributação colonial adquiriu um peso opressivo ao longo do século XVIII, especialmente em Minas, onde a cobrança do quinto tornou-se inviável. Mas não é possível, mesmo no caso específico desta província, o estabelecimento de uma divisão sem nuances entre brasileiros e reinóis já que ocorreram, neste período, muitos casamentos entre ambos e portugueses chegaram a participar das revoltas ocorridas.²⁷

A mesma constatação geraria nova rebelião na Bahia em 1798 mas, agora, eram membros da população mais humilde - dos quarenta e nove suspeitos encarcerados, a maioria era composta por mulattos livres, inclusive seu líder - que buscavam a ruptura, o que ajuda a

²⁶ FIGUEIREDO, Luciano. Protestos, revoltas fiscais e fiscalidade no Brasil colonial. In: LPH: Revista de História, n. 5. Ouro Preto: Ufop, 1995, p. 67.

²⁷ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos políticos da História do Brasil. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, vol. I, p. 112.

explicar o caráter consideravelmente mais cruel da repressão desencadeada, bem como o tom pejorativo no qual seus líderes foram tratados. No Relatório de D. Fernando José a D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviado em 20 de outubro de 1789, eles são descritos como *todos quatro homens pardos, de péssima conduta e faltos de religião*.²⁸ Isto embora os conspiradores negros e mulatos de 1789 tenham sido pessoas relativamente instruídas. Dos 9 escravos, só um era analfabeto e os livres eram todos letrados. Conheciam, assim como os membros das elites, os ideais franceses, transmitidos por oficiais franceses que foram seus companheiros de presídio.²⁹

Criou-se um liberalismo radical: na expressão de Faoro, *o liberalismo irado terá sua expressão no Norte*.³⁰ Irado no sentido de ir além de uma alternativa que implicasse em mudanças políticas que mantivesse intacto o arcabouço sócio-econômico baseado no domínio dos grandes proprietário, agindo, assim, no sentido posto ao adotado pela Inconfidência Mineira que foi, essencialmente, uma sedição promovida por estes mesmos proprietários.

Mas foi exatamente por ter sido um movimento conduzido por grandes proprietários que a Inconfidência Mineira possuiu um sentido ainda mais amplo; por sinalizar uma ruptura entre elites nativas e domínio colonial; uma ruptura, portanto, que já não poderia ser tratada à base de mera repressão por significar, precisamente, a ruptura do pacto colonial.

Nem todo nativismo é revolucionário, ou seja, anticolonial. O nativismo, pelo contrário, pode significar- e significou, diversas vezes, uma tomada de consciência da colônia enquanto entidade dotada de existência própria, com suas características, interesses e peculiaridades a serem respeitadas (e reverenciadas na obra de autores como Botelho de Oliveira e Cláudio Manoel, para citar dois entre tantos), mas cria-se uma constatação que não implica, ainda, em necessidade de ruptura, que seria sinalizada, apenas, nas rebeliões abortadas do final do século XVIII. Aqui, completa-se a transição entre o nativismo descritivo de Botelho de Oliveira e o nativismo revolucionário de Cláudio Manoel da Costa (se não o nativismo literário, pelo menos a ação revolucionária do poeta).

Mas a Inconfidência Mineira em momento algum colocou em questão a manutenção das elites nativas no poder. Já a Inconfidência Baiana apontou, nesse sentido, para o ensaio de uma aliança de clas-

²⁸ Cf. BOXER, C.R. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 224.

²⁹ INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tânia Resende de. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p. 171.

³⁰ Cf. BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira/EdUSP, 1971. p. 141.

ses afinal inviabilizada ou, quem sabe, inviável desde o início mas é aí, e não necessariamente em seu caráter mais popular, que reside sua especificidade.

A Inconfidência Baiana inspirou-se nos ideais da Revolução Francesa e inspirou-se em seu radicalismo. Buscou mimetizar a ruptura radical ali acontecida, com o insucesso inevitável onde não havia condições para que ela ocorresse. Autores franceses foram lidos pelos inconfidentes mineiros, mas o exemplo veio dos Estados Unidos. Já no caso da Bahia lemos no depoimento de um dos prisioneiros: *porque o dito João de Deus trazia calçados uns chinelines com bico muito comprido e a entrada muito baixa, e calções tão apertados que vinha muito descomposto, lhe estranhou a testemunha, ao que respondeu “cale a boca, esse trajar é francês; muito brevemente verá vossa mercê tudo francês.*³¹

A Coroa proibiu, durante todo o período colonial, o uso de máscaras durante as festas ou em qualquer outra ocasião: um exemplo, entre tantos, do desejo de vigiar da forma mais minuciosa possível o que os colonos faziam, pensavam, liam. Apesar disso, as idéias revolucionárias- as *abomináveis idéias francesas*- chegaram ao Brasil. Eram o fermento de seu tempo- um tempo revolucionário do qual a França e o Brasil fizeram parte- e que só encontraria paralelo em amplitude e radicalismo em 1848. Aportaram em Minas e desembarcaram na Bahia, onde se fizeram mais visíveis. Catalogando os livros e manuscritos ali encontrados nesse período, Mattoso menciona *os que influenciaram diretamente esse movimento e que são os constituídos pelos manuscritos traduzidos dos originais franceses, de caráter nitidamente revolucionário como: “O Orador dos Estados Gerais de 1789”, a Fala de Boissy”, e o “Aviso de Petersburgo.*”³²

A Inconfidência Baiana quebrou o padrão até então usual de revoltas lideradas por membros das elites que tinham o máximo cuidado manter as hierarquias sociais nas quais elas eram o setor dominante; de não comprometer seu domínio com uma contestação que terminasse por contestá-las, fugindo a seu domínio. A igualdade racial foi um anseio partilhado pelos participantes da revolta, que sentiam-se excluídos exatamente pela cor de sua pele. Nos depoimentos, o objetivo do levante é definido como *reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos, sem distinção de cores, somente de capacidade de mandar e governar.* Ou ainda: *É para respirar mais livres: pois vivemos sujeitos, e*

³¹ FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo: Ática, 1994. p. 42.

³² SOUSA, Octávio Tarquínio de. Fatos e personagens em torno de um regime. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988. p. 101.

*por sermos pardos não somos admitidos a acesso algum, e sendo República há igualdade para todos.*³³

As rebeliões haviam sido, até então, promovidas pelas elites. Daí seus limites e daí, também, a postura geralmente negociada e relativamente comedida mantida pela Coroa, que partilhava, com os revoltosos, interesses e mentalidades. Punições exemplares eram indispensáveis, mas uma punição generalizada seria perigosa. Mesmo no caso da Inconfidência Baiana- de todas a mais radical e com o mais amplo caráter popular-, um líder como Cipriano Barata agiu antes como elemento moderador, aconselhando paciência, buscando contemporizações ou mesmo sugerindo o adiamento da revolta em busca de maior número de adesões.³⁴ E se membros das elites baianas também foram citados pelos prisioneiros como participantes da rebelião, não foram, como lembra Ruy, investigados nem arrolados como informantes.³⁵ Seletiva, a repressão abateu-se sobre seus participantes mais humildes.

Isto embora rebeliões contra a Coroa não tivessem sido exclusivamente negócios de brancos e acontecimentos urbanos, o que é certificado pela rebelião sertaneja ocorrida em Minas, nas bordas do São Francisco em 1736, ocorrida durante as festas consagradas à Santana, e a revolta de Ajuricaba, ocorrida na Amazônia, liderada por um índio e contando com a participação de tribos indígenas. Contra eles, uniram-se sertanistas, jesuítas, soldados portugueses e mamelucos:³⁶ aqui, a repressão foi generalizada. Não havia pacto possível.

A chamada conjuração carioca de 1794, finalmente, foi bem mais tímida, a ponto de não implicar em condenações, e sim na libertação dos envolvidos após dois anos e meio de confinamento. Consistiu em encontros noturnos na casa de um professor de retórica, onde a ruptura com Portugal não foi cogitada a partir de qualquer plano de ação, que sequer foi colocado em pauta. Antes que o domínio português, contestou-se o conceito de monarquia absoluta, chegando-se a partir de uma discussão embasada nos ideais da Revolução Francesa, enfim, à crítica ao rei português. Foram partidários do regicídio e defensores de uma igualdade idealizada nos moldes fran-

³³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969. p. 12.

³⁴ MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1998. p.148-9.

³⁵ Cf. RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970. p. 57.

³⁶ Idem. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. p. 95.

ceses. Ideais que não levaram à prática mas que encerraram promessas, em um percurso sintetizado por Villalta:

Não comportando nenhuma ação quer contra o governo local, quer contra a Coroa portuguesa, quer contra o domínio colonial, a Inconfidência do Rio de Janeiro, contudo, encerrou utopias. Utopias que possuíam a peculiaridade de levantar a bandeira da liberdade como o avesso do Antigo Regime.³⁷

Todo o processo de desenvolvimento do nativismo encontraria sua síntese radical na revolução de 1817, da qual já não tratarei. Francisco Muniz Tavares define como inevitável, mecânica, a eclosão das forças revolucionárias em 1817: *A revolução era uma consequência fatal das extorsões e desprezos do governo, e vivia não como um mito heróico do patriotismo provinciano, segundo inculcam lisonjeiros e artesãos; mas como o movimento popular de uma força mecânica.*³⁸ Não existem forças mecânicas em história, mas o autor soube intuir, ainda assim, alguns dos fatores que transformaram nativismos em uma idéia de nacionalidade cujo parto seria difícil, e cujo nascimento situa-se bem além do período que eu me propus a estudar.

³⁷ Cf. JOBIM, Anísio. *O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo: Nacional, 1951, p. 130-5.

³⁸ VILLALTA, Luis Carlos. *Liberdades imaginárias*. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 326.



TRABALHO E INDOLÊNCIA: os cientistas viajantes em contato com outra cultura*

Luciana Rossato¹

Resumo:

Utilizando as falas dos cientistas viajantes que estiveram na Capitania de Santa Catarina entre o final do século XVIII e o início do século XIX temos o objetivo de discutir neste artigo a organização do trabalho na região. Além disso, analisaremos as representações veiculadas sobre a indolência das populações locais nos relatos produzidos por esses viajantes europeus.

Palavras-chaves: representação - trabalho - indolência.

Abstract:

Quoting the traveling scientists who were in Santa Catarina between the end of the 18th century and the beginning of the 19th we aim at discussing the organization of labor in the region through this article. Besides we will analyze the linked representations about the local population's shiftlessness in the reports produced by these European travelers.

Keywords: representation - labor - shiftlessness.

Os indivíduos que habitavam a Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX dedicavam-se a inúmeras atividades econômicas. A principal era a agricultura que, muitas vezes, era combinada com outras atividades como o trabalho nas armações de caça à baleia, a pesca, o fabrico de tecidos no tear, entre outras. Podemos enumerar algumas das atividades desenvolvidas na região a partir dos produtos exportados pelo porto da vila de Desterro, que no ano de 1820 foram “*a farinha de mandioca, o arroz, o óleo de baleia, o cal, o feijão, o milho, o amendoim (arachis hypogea), o melado, a madeira para a construção e carpintaria, couros, potes de barro, peixe salgado, tecidos de linho e tecidos feitos com uma mistura de cânhamo e algodão (riscados)*.”²

* As discussões presentes neste artigo foram desenvolvidas em minha tese de doutorado: *A Lupa e o Diário: História Natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Para a realização da mesma contei com o financiamento da Capes.

¹ Doutora em História pela UFRGS. E-mail: <lucianarossato@yahoo.com.br>

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 172.

A lista acima foi elaborada por Auguste de Saint-Hilaire, a partir de dados coletados na ocasião de sua passagem pela vila de Desterro no ano de 1820. É importante lembrar que ele redigiu seu relato anos após a viagem que realizou pelo Brasil, quando já estava na França, e utilizando como material de apoio outros relatos e também documentos administrativos e memórias históricas. Essas informações precisariam ser confrontadas com outras fontes, mas infelizmente, quando elas existem, não se referem ao mesmo período histórico. Para fazermos essas análises, o primeiro material que pensamos foram os livros onde era registrado o movimento do porto de Desterro, tais como os Livros da Alfândega. Mas esse material, da mesma forma como os Livros dos Tesouro Provincial, as Falas e Relatórios dos Presidentes de Província, que encontram-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, não permitem elaborar uma série de dados que possibilitariam o acompanhamento do que foi produzido e comercializado na Capitania, depois Província de Santa Catarina. As fontes são esparsas e não se referem a períodos longos.³ Além disso, a maioria dessas fontes dizem respeito a um período posterior ao da passagem dos cientistas viajantes, entre os anos de 1840 e 1889. Esse é o período contemplado pela historiadora Laura Machado Hübener em seu estudo sobre o comércio na cidade de Desterro no século XIX, com ênfase na década de 60, período de maior atividade comercial. Mesmo tendo presente a incompatibilidade temporal entre essa pesquisa e as falas dos viajantes que pesquisamos, utilizaremos algumas das suas informações para entendermos a realidade econômica na qual estavam envolvidos os habitantes de Desterro e da Província. Tomando como base a lista citada anteriormente, elaborada por Saint-Hilaire poucos anos antes do processo de Independência do Brasil, podemos constatar que a Capitania dedicava-se à atividades variadas. Além da agricultura, dedicava-se à pesca, à produção de utensílios em barro, ao fabrico de tecidos, bem como ao trabalho com madeira e couro. Na listagem não são encontrados aqueles produtos nos quais o país havia se especializado, como por exemplo o açúcar, e

³ Segundo Walter Piazza conjuntos de documentos sobre o período colonial e imperial referentes à Santa Catarina encontram-se dispersos em vários arquivos, entre eles o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Nacional de Lisboa, o Arquivo Histórico Militar, todos localizados em Portugal. Também no exterior, o National Archives de Washington (EUA) possui correspondências referentes à Província, enviadas entre os anos de 1834 e 1874 pelo consulado sediado em Desterro. No Brasil, ele cita o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, os Arquivos dos estados de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Vários outros arquivos são citados por possuírem pequenas coleções de documentos interessantes para a História de Santa Catarina deste período. Ver: PIAZZA, Walter Fernando. Fontes Arquivais para a História de Santa Catarina. In: SOARES, Iaponan (org.) Arquivos & Documentos em Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, 1985. pp. 35-42.

que tinha como objetivo o abastecimento do mercado externo, principalmente o europeu.

O trabalho de Darcy Pacheco sobre a Junta da Real Fazenda de Santa Catarina, apesar de contemplar o período de 1817 a 1831, traz um quadro comparativo mostrando a produção e exportação nos anos de 1796 e 1810 na Capitania de Santa Catarina. Para isso ele utilizou os dados citados nas obras do Governador Miranda Ribeiro e de Paulo Joze Miguel de Brito.⁴ A partir dos dados encontrados, foi possível determinar que produtos tiveram um crescimento em sua produção e exportação e quais os que, ao contrário, tiveram redução. Alguns dos produtos não puderam ter sua taxa de crescimento determinada porque os dados foram citados com medidas diferentes. Entre os produtos que tiveram aumento na produção e na exportação estavam a farinha, o feijão, o trigo, a cebola e o peixe seco. O único que teve um decréscimo, tanto na produção como na exportação, foi o gravatá, um tipo de fibra. As favas e a aguardente obtiveram um aumento na exportação, mas sua produção diminuiu. Outros produtos tiveram um crescimento em sua produção, mas como não existem dados sobre a exportação no ano de 1796, não foi possível estabelecer se seu crescimento foi devido à demanda externa, ou se esta produção era voltada para as necessidades internas. Estes produtos são os couros, as tábuas de madeira, o melado, o algodão, o café, e o fumo, que eram exportados no ano de 1810, alguns em grandes quantidades como o café.⁵

Georg von Langsdorff também fez uma listagem do que poderia ser encontrado na Ilha de Santa Catarina. Além de algumas plantações que ele estava habituado a ver, como “coqueiros e bananeiras, plantações de café, açúcar, arroz e algodão”, pode admirar também outras árvores, como “a Peroba, o Óleo, a Figueira, a Garabisi, a Garaberi, a Garaxuba, a Garabrura, o Cedro, etc.”⁶ Não especificou se todos esses produtos eram comercializados regularmente com outras regiões ou se sua extração era voltada para o consumo interno. O que Langsdorff especificou foi que “os produtos desta terra são

⁴ Os dados para a elaboração da tabela foram retirados do Relatório do Governador Miranda Ribeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1959. Volume 245 e de BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória Política da Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis: Sociedade Literária/Biblioteca Catarinense, 1932.

⁵ Na tabela elaborada por Darcy Pacheco podem ser encontrados dados sobre outros produtos não citados, além dos números relativos dos produtos citados. Ver: PACHECO, Darcy. *Um estudo sobre a junta da Real Fazenda de Santa Catarina*. Período 1817-1831. Florianópolis: Dissertação de mestrado/UFSC. 1979. p. 32.

⁶ LANGSDORFF, Georg Heinrich von. In: PALMA DE HARO, Martim Afonso (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1996. p. 172.

*muito variados e podem ser usados como fontes inesgotáveis de um rico comércio, se este não fosse tão limitado e dependente do Rio de Janeiro, pois, os moradores daqui só podem vender seus produtos para esta cidade.*⁷

Langsdorff esteve em Santa Catarina no ano de 1803. Em 1807, John Mawe passou pela região e registrou que o comércio não era tão restrito assim, uma vez que os produtos da terra eram exportados não só para o Rio de Janeiro, mas também para o Prata. Entre esses produtos estavam os potes de barro, e outros utensílios de cozinha feitos com argila vermelha. O contrabando de mercadorias entre as regiões foi citado por vários autores que escreveram sobre história econômica, tais como Caio Prado Júnior e Laura Hübener. Alguns dos fatores que facilitavam e muitas vezes incentivavam estas contravenções foram o monopólio das empresas de comércio na época pombalina,⁸ as taxas impostas sobre vários produtos, como por exemplo o sal, os impostos de importação e exportação, a obrigatoriedade de comerciar somente com a metrópole, além de inúmeras outras regras criadas a fim de garantir a cobrança das taxas. Esses fatores dificultavam o comércio entre as regiões coloniais que não estavam inseridas no comércio externo de grande monta, voltado para o abastecimento da metrópole. Além disso, os portos “periféricos” enfrentavam outras dificuldades, uma vez que suas instalações eram precárias, com poucos fiscais e recursos materiais, tais como embarcações, guindastes, balanças, pesos e medidas. Até o final do Império existiam quatro ancoradouros em Desterro. Estavam localizados na Praia de Fora, na Ilha de Santa Cruz, onde está localizada a Fortaleza de Anhatomirim, e os outros dois em frente a região central da cidade. Somente os dois últimos tinham condições de fazer a devida fiscalização. A proximidade com a região do Prata, de colonização espanhola, combinada com a fiscalização precária por parte do governo português, facilitava o comércio ilegal.⁹

O comércio praticado entre o Brasil e a região do Prata foi incrementado em decorrência da União Ibérica (1580-1640), e manteve-se posteriormente durante o governo de D. João IV. O Estado

⁷ *Ibidem.* p. 166.

⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, foi ministro entre os anos de 1750 e 1777, durante o reinado de Dom José I. Sua administração teve como objetivo tornar mais eficiente a administração portuguesa, modificando o relacionamento entre a metrópole e suas colônias. Criou as Companhias Gerais de Comércio do Estado do Grão-Pará e do Maranhão (1755-1778) e de Pernambuco e Paraíba (1759-1779) que possuíam o monopólio nestas regiões. Estabeleceu privilégios que prejudicaram outros setores comerciais, coibiu o contrabando de ouro e diamantes, expulsou os jesuítas de Portugal e das colônias, entre outras medidas.

⁹ HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. pp. 20-21.

Português, a fim de fortalecer sua independência após a restauração, precisava contar com o apoio de outras potências européias. Dessa forma, teve que ceder às exigências internacionais relacionadas ao comércio, permitindo-o sob reservas. Os negociantes ingleses foram os mais favorecidos, principalmente os que já viviam em Portugal. Autorizou-se a instalação de famílias de comerciantes ingleses em portos do Brasil, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Suas mercadorias tinham um regime de tributação diferenciado em relação aos comerciantes de outras nacionalidades. Em relação à Espanha, mantiveram-se os tratados anteriores, que liberava o comércio entre os dois países, com a exigência de que os navios obtivessem uma permissão, expedida pelo monarca. Exceção aos barcos que viessem da região do Prata trazendo metais preciosos. Eles poderiam comerciar livremente nos portos da colônia brasileira, pagando em moeda e adquirindo os produtos e gêneros necessários. Apesar de Portugal criar obstáculos ao intercâmbio com os vizinhos na América, o comércio com a região do Prata continuou e em alguns momentos foi incentivado, já que era do interesse de ambas as partes. Em 1711, com o intuito de reprimir os abusos que ocorriam por parte dos navios estrangeiros, baixaram-se ordens proibindo sua aceitação nos portos, a menos que tivessem vindo junto com as frotas de Portugal, ou então que houvessem chegado devido às tempestades, a falta de água e de alimentos. Após receber a ajuda necessária, deveriam prosseguir viagem, sem autorização para fazer negócios. Apesar do esforço do governo metropolitano, o comércio clandestino continuou existindo, em algumas regiões mais intenso do que em outras. As dificuldades de controle por parte da Coroa Portuguesa acarretou grandes perdas para seus cofres.¹⁰

Feliciano Nunes Pires,¹¹ presidente da Província de Santa Catarina de agosto de 1831 a novembro de 1835, registrou em seu relatório de governo que, no ano de 1834, os portos de Desterro, Laguna e São Francisco receberam 408 embarcações, e dentre estas, 45 eram estrangeiras. O montante importado pela província foi de 132:615\$241 réis,

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O comércio colonial e as companhias privilegiadas. In: *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial*, t. 1, v. 2, São Paulo: Difel, 1968. pp. 311-316.

¹¹ Feliciano Nunes Pires nasceu em 21 de dezembro de 1775. Natural da Ilha de Santa Catarina, era filho de Antônio Nunes Ramos, intérprete de inglês e lavrador, e de Maria Joaquina de Jesus Pires. Foi professor de primeiras letras na vila de Desterro. Aos 35 anos foi nomeado professor público de latim em Rio Grande, onde desenvolveu também a atividade como advogado provisionado. Foi eleito deputado por Santa Catarina, e nomeado em 5 de maio de 1831 presidente da Província de SC. Empossou-se em 6 de agosto de 1831 e governou até 4 de novembro de 1835. Exerceu posteriormente o cargo de Inspetor da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro e foi presidente da província do Rio Grande do Sul entre 06 de junho de 1837 e 03 de novembro de 1837.

enquanto que a exportação foi de 57:262\$038 réis para portos de fora do Império e de 287:293\$330 réis para portos do Império Brasileiro. Acrescentou, no mesmo relatório, que esses números só não eram maiores devido ao “atrazo da nossa industria agricola”, principal fator por “*não termos em maior cópia generos em que façamos com o estrangeiro hua permuta mais ampla e mais directa [...]*”¹²

Entre as atividades desenvolvidas na Ilha de Santa Catarina e regiões continentais próximas, estava a fabricação de peças de barro, uma vez que eram encontradas na região continental, “esplêndida argila vermelha, com a qual se fabricam jarros, utensílios de cozinha, grandes potes para água, etc., exportados em quantidades consideráveis para o Prata e para o Rio de Janeiro.”¹³ Segundo Mawe, a quantidade de terras utilizadas no plantio havia aumentado nos últimos tempos, devido ao corte de árvores que eram utilizadas em inúmeros produtos, inclusive para a construção de navios, tanto que madeira de boa qualidade escasseava no início do século XIX. Os habitantes locais dedicavam-se também ao cultivo do linho, utilizado para fazer linhas, redes e cordames pelos pescadores, pois “no mar, em redor, há abundante variedade de ótimo peixe e saborosas lagostas; o suprimento do mercado é tal que se obtém por um shilling quantidade de peixe suficiente para alimentar doze pessoas.”¹⁴ Outros alimentos que Mawe encontrou com facilidade e baratos foram a carne, “mais ou menos da mesma qualidade da de Montevidéu, mais dura e magra [...] porcos, perus, patos, galinhas e ovos, bem como viçosas hortaliças e excelentes batatas encontram-se com fartura e baratos.”¹⁵ Se esses produtos eram consumidos regularmente pela população ou reservados para o comércio, principalmente com os barcos que passavam pela região, não temos condições de especificar. Podemos, no entanto, comparar a relação de produtos feito em 1807 por Mawe com outra listagem, esta do ano de 1803 feita por Urey Lisiansky, capitão do navio “Neva”. Além dos produtos e da quantidade adquirida, ele registrou também os preços, uma vez que os estava comprando para abastecer o navio. Segue abaixo a listagem:

um porco grande	8.000 réis
de tamanho médio	4.000 réis
recém-nascido	1.000 réis

¹² PIRES, Feliciano Nunes. Relatório e fala no Governo de Santa Catarina 1833/1835. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1985. pp. 36-37.

¹³ MAWE, John. In: Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Op. cit. p. 190.

¹⁴ Ibidem. p. 190.

¹⁵ Ibidem. p. 190.

um boi de corte	7.000 réis
ave doméstica	320 réis
um pato	480 réis
uma réstia de cebola	60 réis
mil limões	1.000 réis
uma libra de açúcar grosso	75 réis
cinquenta e oito abóboras	3.480 réis
um peru	480 réis
um cacho de bananas	60 réis
144 libras de arroz	4.000 réis
144 libras de trigo	1.600 réis
1 alqueire ou	
72 libras de milho indiano	640 réis
1 arroba ou	
32 libras de café	1.600 réis
1 medida ou	
4 garrafas de rum	320 réis
1 alqueire de mandioca	480 réis ¹⁶

O que podemos constatar é que os produtos adquiridos eram bastante variados, alguns comprados em grandes quantidades. Muitos desses, principalmente as frutas e as verduras, podiam ter sido adquiridas em maior ou menor quantidade devido à época e sua oferta para a compra. Os animais eram normalmente comprados e transportados vivos, devido às dificuldades de conservação da carne. Podemos constatar que o capitão do navio deu preferência à aquisição de produtos frescos, tanto os de origem animal como os de origem vegetal. Exceção para os cereais e para o rum.

Além do trabalho na terra, as outras atividades as quais os homens dedicavam-se eram a pesca e o serviço militar. Sobre o primeiro, Saint-Hilaire comentou que dois fatores os levavam a ser pescadores, vivendo a maior parte do tempo no mar: o pendor natural, uma vez que estavam habituados “desde a infância a enfrentar um mar agitado em suas frágeis canoas”, e o temor do serviço militar. Esses dois fatores acabavam causando uma desproporção populacional entre homens e mulheres, com um número maior destas.¹⁷ Pelo que podemos constatar pelas falas de Saint-Hilaire e de René Lesson, o trabalho como miliciano era combinado com a atividade de agricultor. O primeiro, que participou das festividades de comemoração do aniversário do rei D. João VI em Desterro, comentou que “os milicianos

¹⁶ LISIANSKY, Urey. In: Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Op. cit., p. 153.

¹⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 175.

*- todos eles agricultores - que estavam na cidade havia vários dias, gastando dinheiro e sem trabalhar, apressaram-se a voltar para suas terras tão logo terminou a cerimônia, e durante toda a tarde dezenas de canoas atravessavam velozmente o canal.*¹⁸

Além dos milicianos, que eram convocados em momentos específicos, como festas cívicas, batalhas e guerras, havia os soldados que estavam locados nos quartéis e na guarda das fortalezas e dos fortes. Lesson chamava esses indivíduos de “soldados-cidadãos”. Em função da falta de regularidade no pagamento dos soldos feito pelo governo, eles *“cultivam ao redor de suas moradias, hortas que fornecem o sustento a suas famílias. Criam alguns animais de terreiro, e galinheiros com aves domésticas, que eles vendem aos navios que passam, em troca de algum lucro.*”¹⁹

Em 1738 foi criada a Capitania de Santa Catarina e nomeado o brigadeiro José da Silva Paes como capitão-mor. Silva Paes tinha como função criar um sistema defensivo para a Ilha de Santa Catarina, ponto estratégico na ocupação da região meridional da Colônia Portuguesa na América, pois ficava a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a foz do Rio da Prata, onde localizava-se a Colônia do Sacramento. Mas as fortificações e o deslocamento de militares não foram suficientes para garantir a posse dessa região. Era necessário povoá-la com uma população que ao mesmo tempo a defendesse e produzisse os alimentos necessários para o sustento dos soldados. O edital do Rei de 8 de agosto de 1746 especificava seus objetivos ao incentivar a emigração de famílias açorianas para a região sul de sua colônia na América. A vinda de famílias jovens e numerosas visava a ocupação, e desta forma a posse desses territórios, garantindo assim sua defesa e seu desenvolvimento econômico. O edital também especificava as regras: homens com menos de 40 anos e mulheres com menos de 30 anos. Também davam preferência às famílias com filhos e que fossem experientes com o trabalho na terra e no trato de animais. Já as mulheres deveriam, além de conhecerem as lidas domésticas, ser hábeis na arte da fiação.²⁰

Ao chegarem às novas terras, os que haviam se aventurado na travessia do Atlântico eram recebidos pelas autoridades locais que deveriam assentá-los e suprir suas necessidades iniciais, cumprindo as promessas feitas antes do embarque. As famílias recebiam terras, que deveriam ser limpas das matas e cultivadas, e também os utensí-

¹⁸ Ibidem. p. 184.

¹⁹ LESSON, René Primevère. In: *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Op. cit., p. 268.

²⁰ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da Fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. p.38-41.

lios necessários para o início da nova vida: uma espingarda, que não poderia ser vendida, instrumentos de trabalho, como enxada, enxó, martelo, facão, entre outros, alguns animais, como vaca e égua, e farinha em quantidades que variavam conforme o número de membros da família. A doação de uma espingarda para cada família era para ser utilizada na defesa pessoal, devido aos ataques dos animais bravos e dos indígenas, mas também para ser utilizada em caso de invasões de estrangeiros, principalmente espanhóis.

As mulheres que viviam na região também se dedicavam a alguns trabalhos específicos, entre eles o trabalho com o algodão e o fabrico de tecidos. Antoine Joseph Pernetty, em 1763, descreveu as portuguesas dedicadas ao trabalho de separar o algodão das sementes manualmente, algo que nas Antilhas era feito com máquinas. Deduziu que “as portuguesas que vi ocupadas neste trabalho faziam disto uma pura diversão, pois, elas o separavam pouco a pouco, pinçando-os somente com os dedos.”²¹ Após essa etapa, o algodão era fiado e tecido. Era uma atividade desenvolvida em muitas casas. O algodão, antes de ser fiado, deveria ser separado das sementes, pinçando-as como falou Pernetty, ou então batendo-o com martelos, como presenciou Mawe, em uma de suas excursões pelo interior da ilha. Saint-Hilaire encontrou em “todos os sítios” a presença de teares, com os quais eram fabricados panos, um “tipo de trabalho que é comum a todas as famílias.”²² Mais do que providenciar o tecido necessário para a família, muitas “mulheres procuram ganhar algum dinheiro com o seu trabalho. Quem passa diante de suas casas ouve-as batendo o algodão; elas fiam e tecem.”²³ Como ocorre também em outras passagens do relato de Saint-Hilaire, ele generalizou suas informações. Não falou que encontrou teares nos sítios que visitou, mas em “todos” os sítios. Não eram algumas, ou a maioria das famílias que se dedicavam à produção de tecidos, mas “todas” as famílias.

Mawe comentou que os habitantes de Desterro eram muito urbanos e corteses com os estrangeiros, e que aqui se encontravam todos os tipos de artífices, tais como alfaiates, sapateiros, funileiros, marceneiros e ferreiros. Também encontrou mulheres que se dedicavam ao trabalho de fazer renda.²⁴ Descreveu de forma muito positiva a ilha, dizendo que o clima é ótimo, que tudo o que é plantado produz, sendo inclusive conhecida pelas “deliciosas frutas”.

²¹ PERNETTY, Antoine Joseph. In: *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Op. cit., p. 106.

²² SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 173.

²³ *Ibidem*, p. 174.

²⁴ MAWE, John. Op. cit., p. 190-191.

O algodão, utilizado nas roupas, era por eles mesmo plantado, fiado e tecido. Construía suas próprias casas, bem como as canoas com as quais se deslocam pela região em busca do peixe. Em suma, “pode-se dizer, em verdade, que todo homem é mais ou menos um artesão.”²⁵ Esse foi o relato de uma viagem realizada no ano de 1807. Menos de quatro anos antes, Langsdorff afirmou que “os teares estão em estado nascente, os moinhos são escassos; mas, com todas estas imperfeições, não devo me esquecer de que em Nossa Senhora do Desterro são fabricados excelentes objetos de barro [...] e chegam a exportar para o Rio Grande e até para o Rio de Janeiro. Existem aqui ótimas olarias.”²⁶

Um dos produtos mais exportados durante o século XIX pelo porto de Desterro foi a farinha de mandioca. Vários viajantes comentaram que na região era plantada mandioca, juntamente com outros produtos como café, cana de açúcar, trigo e arroz. Tudo em pequenas quantidades que normalmente eram consumidas na própria localidade ou então se prestavam para uma exportação em pequena escala para a cidade do Rio de Janeiro. No caso da farinha de mandioca, foi produzida em grandes quantidades e com o objetivo de exportá-la para outras regiões do Brasil. Esse produto também era produzido em outras regiões do país, e Santa Catarina sofria a concorrência com o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo na disputa pelo abastecimento do principal mercado, o Rio de Janeiro.²⁷ Com o passar do tempo, e com a demanda pelo produto, a tecnologia para seu processamento aprimorou-se. Construíram-se engenhos de farinha, espalhados por várias localidades do interior da ilha e no litoral da Capitania.

Quando os viajantes tratavam do trabalho e das atividades desenvolvidas na Capitania de Santa Catarina, de um modo em geral falavam da pouca tecnologia existente, da diversidade de produtos que a região produzia e da dificuldade de comercialização. Outro aspecto que chama a atenção são os discursos que transformam o trabalho em diversão, como na fala de Pernetty. Ao invés de falar da dificuldade e do tempo gasto no trabalho de retirar as sementes do algodão, afirmou que as mulheres transformavam a atividade numa diversão. Os trabalhos coletivos, em mutirão, onde várias pessoas estavam envolvidas, muitas vezes cantando, pode ter confundido a percepção dos viajantes.

²⁵ Ibidem. p. 195.

²⁶ LANGSDORFF, Georg Heinrich von. Op. cit., p. 178.

²⁷ HÜBENER, Laura Machado. Op. cit., p.77.

Natureza exuberante versus a pobreza e a indolência dos habitantes locais

As descrições de encantamento com a natureza exuberante intercalam-se com outras nas quais é salientada a insalubridade da área devido às águas estagnadas. As representações de que os trópicos eram uma região de fartura e abundância natural dividem-se com falas nas quais os viajantes salientavam sua pobreza. Essa combinação entre fartura natural e pobreza humana ajudou a propagar uma imagem de preguiça e de indolência de seus habitantes, uma vez que na região, por causa da abundância, não era necessário trabalhar tanto como na Europa para garantir o sustento.

Langsdorff, em seus inúmeros passeios, conheceu alguns sítios, nos quais era recebido e lhe ofereciam algo para beber e para comer. Essas casas, de propriedade dos colonos, eram bem situadas, mas geralmente pequenas. Langsdorff reparou na ausência de aldeias, ao moldes das que existiam na Europa. No entorno das “choupanas”, os agricultores possuíam suas terras, o que fazia com que as moradias estivessem distantes umas das outras. Ainda segundo o viajante, “a maior parte das casas está ao longo da costa, com plantações de laranja, café, bananas e algodão em sua volta. Nas proximidades de cada choupana encontra-se, geralmente à sombra dos pés de laranjas, uma fonte de águas cristalinas.”²⁸

Alguns anos depois, também por causa de seus passeios para coletar plantas, Saint-Hilaire conheceu o interior da ilha. Descreveu os inúmeros caminhos que levavam aos sítios, “de casas muito pequenas, feitas de barro e madeira, cobertas de telhas e em mau estado de conservação, ao redor delas vêem-se laranjeiras e bananeiras e uma plantação de mandioca.”²⁹ Uma das casas onde ele esteve pertencia a uma viúva, que passava necessidades. Como seus filhos eram pequenos e seus familiares moravam longe, não tinha como conseguir o peixe para alimentar sua família. Os únicos utensílios que encontrou na casa da pobre senhora eram feitos de barro.

Lesson escreveu sobre a pobreza das moradias encontradas no interior, que “anuncia o pouco cuidado em que vivem as famílias que as habitam, ou mais ainda, indica a carência de recursos em que se encontram estes habitantes por não possuírem alguns destes pequenos luxos que permitem maior conforto e bem-estar.”³⁰ As casas ti-

²⁸ LANGSDORFF, Georg Heinrich von. Op. cit., p. 176.

²⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 150.

³⁰ LESSON, René Primevère. Op. cit., p. 267.

nam “paredes de estuque”, a porta era uma “abertura para a rua”, o telhado era feito com “barrotes de madeira” que sustentava uma cobertura de “folhagens”, o chão, “sem assoalho” e coberto de “imundícies”, junto com os “objetos grosseiros de uso diário” completavam o quadro descrito por Lesson. Um quadro onde se misturavam a pobreza e o descuido. No entanto, no mesmo trecho, ele descreveu o aposento da dona da casa que, “por sua limpeza e pelos simples arranjos que o decoram, tais como alguns utensílios de cobre, uma estampa colorida ou uma madona”, era utilizado para receber. Em pequenos detalhes como esse, constatamos como as populações que eram descritas pelos viajantes, no caso Lesson, escapavam ao estereótipo pré-construído sobre elas. Num lapso do discurso, surgia uma imagem estranha àquela construída e reproduzida sistematicamente sobre as populações locais. A imagem de desleixo, associada algumas vezes à pobreza, outras não, era momentaneamente substituída por outra, a de uma dona de casa que, apesar da pobreza, mantinha seu aposento aseado, inclusive enfeitado com objetos, alguns de culto religioso, outros de trabalho.

Mawe, que esteve na região alguns anos antes de Lesson, comentou que os habitantes não eram ricos. Como a produção local não era superior ao consumo, o “comércio nesta praça é insignificante”. Os quadros de produção e exportação da Capitania elaborados por Darcy Pacheco nos mostram o contrário. A produção de alguns produtos era superior à necessidade local, o que gerava um comércio com outras regiões da colônia e inclusive com portos do Prata. Continuando as descrições, Mawe salientou que as dificuldades não eram maiores porque, apesar do ganho líquido de uma família ser baixo, suas necessidades e seu consumo também eram reduzidos. Além disso, os habitantes locais não tinham “incentivos para reduzir os entretenimentos do presente, na expectativa de aumentarem as futuras fortunas,”³¹ o que significava que a região continuaria, na previsão desse viajante, entregue a inércia econômica ainda por muitos anos. Num outro trecho de seu relato, retomou uma representação recorrente quando se trata dos habitantes locais: “os habitantes cultivam arroz em grande quantidade, assim como café e cana-de-açúcar, mas sua indolência e pobreza são tais que só empregam, na fabricação do açúcar, moendas a mão, formadas por dois rolos horizontais.”³²

³¹ MAWE, John. Op. cit., p. 191.

³² Ibidem. p. 194.

Em poucas linhas podemos constatar como algumas imagens são fortes. Ao mesmo tempo em que citou os vários produtos que eram cultivados “em grande quantidade” pelos agricultores locais e que eram beneficiados com máquinas mais antigas e menos eficientes do que as utilizadas na Europa, o que nos faz deduzir que era empregado mais trabalho humano, o viajante concluiu que os habitantes eram indolentes. Indolência e pobreza. O não fazer nada, o não trabalho, somente é um problema quando está vinculado com a pobreza. A fala do viajante, quando afirmou que o ganho de uma família era baixo, mas que isto não era um problema pois as necessidades também eram reduzidas, nos permite uma reflexão: qual era o parâmetro de riqueza utilizado pelos viajantes? Como em outras comparações, sua referência era européia. Mawe nos dá a entender que uma vila desenvolvida era aquela que tinha uma vida urbana movimentada. A ausência de cafés, de hotéis, de um comércio movimentado e sortido foi um dos aspectos comentados. Para um indivíduo nascido na Grã-Bretanha e que havia conhecido o movimento e a agitação de sua capital, Londres, Desterro deveria era uma pequena vila. E em alguns aspectos encontrava-se em piores condições do que as vilas do interior da Inglaterra, devido às dificuldades de transporte. e de intercâmbio com uma cidade maior.

Saint-Hilaire também reproduziu o discurso, no qual a indolência e a pobreza estão estreitamente vinculadas. No entanto, em algumas passagens de seu relato, preocupou-se em buscar outras explicações para a situação econômica em que vivia a população local. Uma delas era o abandono ao qual foi submetida a região pelo governo português. Segundo ele

os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda, e a tirania do governo português pesou por muito tempo sobre eles. Essas são as causas mais antigas da pobreza da região, ajudadas mais tarde pela paixão das mulheres pelo luxo, bem como pelo sistema de agricultura adotado em quase todo o Brasil e pelas dificuldade de comunicação.³³

Para ele, eram vários os motivos da pobreza na região. Apesar da viagem de Saint-Hilaire ter contado com a ajuda do governo português no Brasil para se realizar, através de autorizações e cartas de recomendação, o que lhe facilitava o livre trânsito pelo interior, seu relato foi escrito alguns anos depois, já na França e com o Brasil

³³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. cit.*, p. 134.

independente de sua antiga metrópole. Nesse contexto era mais fácil expressar sua opinião sobre a atuação da Coroa Portuguesa no que se refere a suas colônias. Outro motivo elencado por ele seria engraçado, se não contivesse um tom tão misógino. As mulheres e seu gosto exagerado pelos enfeites também contribuía para a pobreza, uma vez que tudo o que elas ganhavam (ao menos ele reconhece o trabalho feminino) de “um modo geral empregam [...] unicamente para satisfazer o seu gosto pelas roupas bonitas.”³⁴ Se as mulheres eram coquetes, levianas a ponto de gastar tudo o que ganhavam com enfeites, os homens pobres também não tinham o hábito de guardar, de economizar. Quando conseguiam algum dinheiro com o trabalho na caça da baleia, ao invés de guardar para o futuro, e cultivar suas terras nos momentos de folga, “eles ficavam à toa quando terminava a pesca e passavam a vida bebendo cachaça, cantando e tocando violão até que o dinheiro acabasse.”³⁵ Esse estereótipo que recaí sobre os pescadores manteve-se e aprofundou-se na segunda metade do século XIX, com o incentivo à ocupação de outras regiões da província a partir da imigração de populações européias, majoritariamente de alemães e italianos. Segundo Wilson Farias, entre os vários estereótipos correntes entre os ítalo-germânicos sobre o homem do litoral, o mais comum é que este é malandro, preguiçoso e que não quer trabalhar. O autor não analisa em que momento e como esses discursos foram construídos, em contraposição à imagem do italiano e alemão trabalhador, mas vai por outro caminho, no qual busca mostrar a inverdade desse juízo de valor. Segundo ele, os pescadores-agricultores, descendentes de açorianos, por causa de sua atividade no mar, tinham outro ritmo de trabalho, que não coincidia com os horários comerciais e industriais dos centros urbanos, ou mesmo com o horário de atividade dos agricultores. Acordavam antes do amanhecer, por volta da 4 ou 5 horas da madrugada, dependendo da estação do ano, para preparar a canoa e os apetrechos de pesca. Trabalhavam sem interrupção até o meio da tarde, almoçando no próprio barco. Como acordavam cedo, encerravam o trabalho mais cedo e recolhiam-se também mais cedo. Dessa forma, o horário que podiam freqüentar o boteco, ou a venda, quando aproveitavam para encontrar os amigos era ao final do trabalho, por volta das 4 ou 5 horas da tarde. No horário em que um pescador estava terminando sua jornada de trabalho, que havia iniciado de madrugada, um agricultor ainda teria muitas horas de labuta.³⁶

³⁴ Ibidem. p. 174.

³⁵ Ibidem. p. 163.

³⁶ FARIAS, Wilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2000. p. 105.

Essa representação que recaiu sobre o homem do litoral, principalmente na segunda metade do século XIX e durante o século XX (e que, remodelada, ainda persiste na atualidade), era corrente também nos discursos dos viajantes. De Pernetty (1763) a Lesson (1822), todos falaram que os habitantes locais, independente de serem pescadores ou agricultores, viviam na ociosidade, na indolência. Nos relatos de viagens escritos por ingleses sobre a Itália, Peter Burke constatou que a imagem de indolente também era utilizada para descrever os *lazzaroni*, habitantes das cidades italianas descritas pelos viajantes ingleses do século XVIII e XIX. Os nativos da América também receberam essa pecha, como as populações nativas de outras regiões do mundo. A prática de ver o outro a partir de conceitos e de concepções de sua própria cultura não está restrita aos relatos dos viajantes. O etnocentrismo extrapola o texto e fundamenta-se nas relações que são estabelecidas entre os indivíduos, que podem ser de uma mesma região ou de uma mesma etnia. Os viajantes construíram um discurso, no qual salientavam a diferença, não com o objetivo de analisá-la ou mesmo compreendê-la, mas de uma forma que reforçasse seus valores e sua cultura como os valores, a cultura, que deveria ser difundida e seguida pelos outros.

Saint-Hilaire salientou a pobreza dos sitiante quando comentou que eles alimentavam-se normalmente de farinha de mandioca, peixe cozido na água e de laranjas, uma fruta muito comum na ilha. Concluiu sua explicação com a seguinte frase:

de acordo com o que já foi dito acima sobre a Ilha de Santa Catarina, tudo indica que essa ilha tende a empobrecer cada vez mais, uma vez que sua população cresce sem parar e que, devido ao errôneo sistema de agricultura adotado na região, assim como em todo o Brasil, as terras produzem cada vez menos. Além do mais, o dinheiro obtido com as exportações é logo gasto, seja em objetos de luxo que são trazidos de fora e têm de ser sempre renovados, seja na aquisição de escravos, que também vêm de fora e que, em sua maior parte, não se multiplica.³⁷

Os gastos com coisas supérfluas, a ausência do hábito de economizar, a pouca propensão para o trabalho, o crescimento populacional, o sistema agrícola implantado que diminui a produtividade das terras, a aquisição de produtos externos, entre eles os escravos, a falta de meios de transporte eficientes, etc, todos esses são fatores que, na opinião de Saint-Hilaire, não permitiam o desenvolvimento da região.

³⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 177.

Um aspecto que chama a atenção na leitura dos relatos é que os viajantes qualificavam os habitantes locais de indolentes, de preguiçosos, mas não de vadios. Uma das explicações remete ao fato do termo vadio carregar um sentido de marginalidade, de indivíduos criminosos, ladrões, degredados. Era uma denominação utilizada para qualificar pessoas que se recusavam a inserir-se na sociedade. Laura de Mello e Souza, em seu trabalho sobre a mineração no século XVIII, discute como a estrutura econômica desenvolvida na colônia, numa região de mineração, propiciou o surgimento de uma sociedade na qual muitos indivíduos eram jogadas à marginalidade devido à desclassificação social. Eram homens livres, mas pobres. Como não tinham acesso à terra e às lavras, tinham que submeter seu trabalho a outro. Nesse caso teriam que concorrer com o trabalho escravo, sujeitando-se a exercê-lo os trabalhos que não eram executados pelos cativos. Caso esses homens livres tivessem acesso à terra, muitas vezes acabavam perdendo suas lavras e sendo empurrados para a pobreza, devido à cobrança dos impostos e o controle exercido pelo poder metropolitano. O que a autora discute em seu trabalho é que essa marginalidade se constituiu numa situação específica, numa sociedade cuja maior riqueza vinha da mineração e não da agricultura como em outras regiões da colônia. Além disso, era uma área que, por causa da febre do ouro, atraiu muitos indivíduos livres, solteiros ou sozinhos (os casados deixavam suas famílias em sua região de origem, fosse esta a metrópole ou outras áreas da colônia), que iam para as Minas Gerais em busca do enriquecimento rápido. Para a elite local, esses homens livres, despossuídos e marginalizados eram vadios, inúteis, e passaram a ser tratados como se não existissem. Ou melhor, existiam para o aparato policial que os perseguiram e os jogavam nos cárceres coloniais. Eram desclassificados que não eram vistos, a ponto de não serem considerados membros da sociedade e a quem era negado o direito de ser cidadão.³⁸

Devemos salientar que a pobreza nem sempre esteve vinculada à marginalidade. A própria Laura de Mello e Souza desenvolve uma discussão na qual analisa como a pobreza e os pobres eram vistos em diferentes contextos históricos.³⁹ No caso dos habitantes

³⁸ MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990. pp. 215-222.

³⁹ Para aprofundar esta questão ver: MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caím: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. São paulo: Companhia das Letras, 1995; HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de cultura económica, 1988.

do litoral de Santa Catarina, os viajantes davam a entender que a pobreza que grassava entre eles era causada pela indolência e preguiça aos quais os próprios habitantes haviam se entregado. Mas o que era ser rico no Brasil colônia? Nas regiões de mineração, riqueza significava ser proprietário de lavras e de escravos para explorá-las. Na região de criação de gado no Rio Grande do Sul, a riqueza era medida pela quantidade de cabeças de gado. Em várias regiões do Brasil, rico era quem tinha grandes extensões de terra e escravos que a cultivassem.

No litoral de Santa Catarina, a distribuição de terras aos açorianos privilegiou a pequena propriedade. Não por uma questão de política de ocupação, mas porque os próprios colonos optaram por pequenas áreas, para não ficarem afastados de seus vizinhos. Com o passar do tempo e os constantes desmembramentos, algumas propriedades tornaram-se tão pequenas que seus donos não conseguiam mais garantir o sustento da família. A posse de escravos era outro item que demonstrava riqueza. Mas, em Desterro não havia grandes plantéis de escravos, aos moldes do norte do Brasil. Segundo Saint-Hilaire, a maioria das famílias tinha um ou dois escravos. Esse aspecto mostra muito mais a aceitação da escravidão do que a riqueza de seus donos.

A situação econômica na qual estavam inseridos os habitantes locais, as dificuldades enfrentadas para ocupar o território, tendo que enfrentar o pesado trabalho de limpar o terreno para iniciar o plantio de alimentos, a natureza insalubre devido às águas estagnadas que enfraqueciam o corpo, associados à utilização do trabalho escravo foram os fatores que contribuíram, na opinião dos cientistas viajantes, para a indolência dos descendentes de portugueses e açorianos que haviam se estabelecido na região. Para Saint-Hilaire, essa realidade somente se modificaria com o passar do tempo e com a vinda de imigrantes europeus mais laboriosos, os quais acabariam influenciando positivamente as populações locais. A partir da conclusão de Saint-Hilaire, constata-se que já existia um discurso que inferia maior laboriosidade e eficiência no trabalho de algumas etnias européias, quando em comparação aos habitantes da América. Esse discurso, difundido nos relatos dos viajantes, reproduziu-se e foi utilizado para incentivar a imigração de europeus a partir da segunda metade do século XIX.

Mesmo percebendo a pobreza e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelos habitantes da Capitania, os viajantes mantiveram o discurso da natureza provedora, que não necessitava do trabalho humano para gerar riqueza. Enquanto os viajantes viam essa região como tendo sido agraciada “pela natureza em todos os sentidos, uma

terra onde tudo viceja com inexcédível beleza e garbo imagináveis,”⁴⁰ José de Souza Azeredo Pizarro e Araújo,⁴¹ insere outras explicações para a decadência da região. Segundo ele, muitas das dificuldades enfrentadas eram ocasionadas pela política do estado português. A decadência da Capitania foi decorrência dos seguintes fatores:

1º) falta de estradas; 2º) o serviço militar que os membros da Guarda Nacional eram obrigados a prestar e que os obrigava a deixar no abandono suas lavouras e suas famílias; 3º) o costume que tinha o governo de apossar-se das colheitas dos agricultores sem nada lhes pagar.⁴²

No relatório de 1836, o presidente da província, José Mariano de Albuquerque, escreveu que o problema maior era a falta de braços para ocupar a terra, cultivando-a. Sugeriu a importação de trabalhadores da Europa, pois desta forma também resolveriam outro problema: o desenvolvimento das “artes”, neste caso, os instrumentos e máquinas que facilitam o trabalho humano. Através da importação, combinada com a natureza, que “entre os dons de que foi prodiga com este paiz abençoado o favoreceu com hum clima, alem de benigno, próprio para quasi todas as produções de ambos os hemisferios”, seria possível desenvolver a região, substituindo por homens livres os escravos, “esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominavel trafico de carne humana.”⁴³ José Mariano de Albuquerque, como Pizarro e Araújo, era um habitante local. Letrados, membros da elite, vinculados à administração da Província, deixaram registradas outras explicações para as dificuldades enfrentadas para desenvolver a região. Dificuldades que não se vinculavam nem à natureza local e tampouco se referiam às características físicas e morais dos descendentes de açorianos e de africanos. O que constatamos é que, de um modo geral, para todos os viajantes, os habitantes locais eram considerados preguiçosos e indolentes, sem fazer distinção entre escravos, livres, pobres ou abastados.

⁴⁰ LANGSDORFF, Georg Heinrich von. Op. cit., p. 162.

⁴¹ Citado por Auguste de Saint-Hilaire. Escreveu *Memórias Históricas*.

⁴² SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 178.

⁴³ CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial. Desterro, 5 de abril de 1836. In: *Ágora. Transcrição Paleográfica*: Neusa Maria Schmitz. Florianópolis/SC. Ano XV. Nº 32. 2º semestre. 2000. p. 33.

A CRISE DA EMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL E PARA A REGIÃO PLATINA NOS ESCRITOS DE JOHANN JACOB STURZ

Tânia Regina Zimmermann¹

Resumo:

Estudo bibliográfico sobre o personagem Johann Jacob Sturz (1800-1877), destacando sua trajetória de vida no Brasil e na Região do Prata. No trabalho aborda-se seu projeto civilizador, seus ideais humanitários e a invenção de uma Alemanha além-oceano para atender, principalmente, aos interesses expansionistas dos Estados alemães. Sturz produziu uma imensa literatura na qual apresentou críticas à sociedade brasileira e procurou fazer do cargo de Cônsul Geral do Brasil na Prússia, não um refúgio seguro, e sim propor várias reformas, com destaque para a redistribuição de terras, que acreditava atenuar a fronteira entre a civilização e a barbárie.

Palavras-chaves: emigração alemã - Brasil - região platina - civilização.

Abstract:

Bibliographical study about the character Johann Jacob Sturz (1800-1877), highlighting his life trajectory in Brazil and Plata Region. In the work it is approached his civilizing project, his humanitarian ideals and the invention of a Germany beyond-ocean to assist, mainly, the German states expansionist interests. Sturz produced an immense literature in which presented critics about the Brazilian society and he tried to make his positions of General Consul of Brazil in Prussia not a safe refuge but propose several reforms as the agrarian, that believed would attenuate the border between the civilization and the barbarism.

Keywords: german emigration - Brazil - plata region - civilization

Walter

Ei Vater, warum steigen wir den nicht
Geschwind hinabin dieses schönes Land,
Statt daß wir uns hier ängstigen uns plagen?²
Friedrich Schiller.

Nos inícios da década de 1860 aumentava, de modo geral, a desconfiança nos Estados alemães com relação à emigração para o Brasil. Embora essa questão já fosse polêmica na imprensa alemã, a partir de então discutiu-se com mais frequência a idéia de que os alemães deveriam ficar

¹ Professora de História da Universidade Paranaense, Campus de Cascavel e aluna especial do programa de Pós-Graduação de História da UFSC, Santa Catarina. E-mail: <tzimmer@unipar.br>

²Walter: Ei pai porque nós não embarcamos depressa para esta linda terra, ao invés de ficar aqui nos amedrontando e reclamando. Friedrich Schiller (1759- 1805).

longe das terras brasileiras. Informações obtidas através das obras de Thomas Davatz, Robert Avé-Lallemant, Friedrich Gerstäcker e outros personagens que escreveram sobre o Brasil contribuíram para pressionar o governo da Prússia para que o sistema de parceria e a situação dos imigrantes alemães fosse discutida pelo parlamento. A extensa literatura crítica produzida por Sturz é considerada importante para a formação da opinião pública, principalmente na Prússia, e para a retomada de discussões no Parlamento sobre o tema.³ Reinhardt Wagner⁴ aponta para a curiosa peculiaridade de ser um apaixonado pela causa da não-emigração para o Brasil. Por esta causa, ele e ´mpenhou-se quando estava convicto de que as reformas por ele propostas não sairiam do papel. As três obras abordadas neste capítulo tratam desta questão de forma mais detalhada.

Nas obras que seguem: *Die Krisis der Deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer* (A crise da emigração alemã e sua utilização agora e sempre); *Kann und soll ein Neu-Deutschland geschaffen werden und auf welche Weise?* (Pode e deve ser criada uma Nova-Alemanha e de que modo?) e *Neue Beiträge über Brasilien und die La Plata-Länder* (Novas contribuições sobre o Brasil e os países do Prata), Sturz reforçou seus argumentos contra a emigração alemã para o Brasil, as quais foram escritas após sua demissão do Consulado Geral do Brasil na Prússia.

Nestas obras, o autor tinha a intenção de esclarecer a opinião pública, principalmente alemã, da situação política no Brasil, desqualificando o país para a emigração e conseqüentemente para a formação de uma *Nova Alemanha*. Porém, principalmente nas duas últimas obras, Sturz persistiu na sua utopia de uma *Nova Alemanha* além-oceano, através da construção de novos argumentos ao redirecionar o olhar sobre a América do Sul, principalmente para o Uruguai. Na obra *Neue Beiträge über Brasilien und die La Plata-Ländern* (1865) retomou algumas questões abordadas em outras obras, mas com novas fontes.

A crise da emigração alemã

Em sua obra de 1862, *Die Krisis der deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*, Sturz escreveu quais eram na sua opinião as “sombras” do reinado brasileiro: a mistura de raças

³ STRUPP, Christoph. “Von der Alten in die Neue Heimat. Deutsche Auswanderer auf dem Weg nach Lateinamerika”. In: *Matices*. Zeitschrift zu Lateinamerika, Spanien und Portugal. Jg. 4, nr. 15, 1997. p. 25.

⁴ WAGNER, Reinhardt. *Deutsche als Ersatz für Sklaven Arbeitsmigranten aus Deutschland in der brasilianischen Provinz São Paulo 1847-1914*. Frankfurt am Main : Vervuert Verlag, 1995, p. 92.

e os latifundiários egoístas que em sua grande maioria tomavam ilegalmente grandes áreas de terras. Estes, além de explorar os arrendatários (*Pächter*), cultivavam a terra de forma ineficiente. Também criticou a total desproteção do colono, preso nas amarras do sistema de parcerias, cujos maltratos e mortes apareciam publicamente sem maiores preocupações por parte das autoridades brasileiras.⁵

A corrupção e a falta de moral de políticos e funcionários públicos, o perigo do recrutamento obrigatório para o exército brasileiro, o abuso da influência da igreja católica e a queda geral da moral, para a qual a luxúria do clero contribuiu, foram outras questões por ele abordadas nesta obra. Para fundamentar suas críticas, anexou inúmeras fontes como provas. Essas fontes eram na sua grande maioria fatos por ele vivenciados, relatos de outros autores, cartas e comentários.⁶

Um dos fatos mais criticados pelo autor foi o egoísmo dos latifundiários, pois a péssima distribuição de terras seria a primeira causa para não aconselhar a colonização com alemães. Isto ele procurou assim expressar: “*Consideramos, porém, apenas a economia brasileira, assim topamos de imediato com o desconhecimento da mais simples teoria política e com o egoísmo horrível, que desde sempre a oligarquia deixou vir a tona.*”⁷

Conforme Sturz, os latifundiários tinham como objetivo principal acumular terras e quando vendiam faixas de terras para as linhas de trem, estas tinham um preço altíssimo. Tudo isso, dizia ele, estava expresso numa velha canção: “*um inteiro desconhecimento dos mais simples princípios de uma economia política saudável.*”⁸

Com relação à abolição do tráfico de escravos, Sturz afirmou que latifundiários continuavam introduzindo escravos negros e, quando possível, brancos. De acordo com o autor, os brancos, através da emigração, não precisariam ser comprados. Dessa forma, uma das maiores “*despesas*” para os latifundiários estava eliminada, pois os custos baixariam com os imigrantes arrendatários. Ao contrário, os escravos negros eram caros e em caso de morte perdia-se o capital. Segundo Sturz, o branco não custava nada e suportava o trabalho árduo e o clima, e ao morrer era apenas mais um número perdido, sendo substituído com facilidade.⁹

⁵ STRUPP, Christoph. Op. Cit. p. 25.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ STURZ, Johann J. Die Krisis..., p. 81. (Halten wir nur hingegen die Brasilianische Staatwirtschaft, so stosen wir sofort auf die grauenhaftete Verkennung der einfachten Staastlehren und auf den grauenvolsten Egoismus, den sich je eine Oligarchie zu schulden kommen ließ).

⁸ Idem, p. 82. (*Eine ganzliche Verkennung der einfachten Principien einer gesunden Volks- und Staatwirtschaft*).

⁹ Idem, p. 83.

Quanto ao sistema de parceria, ele afirmou que era lucrativo para os latifundiários, mas para os trabalhadores era uma espécie de escravidão. Este sistema fora empregado com chineses e com alemães, sendo estes últimos tratados com indiferença e intolerância pelo governo sob todos os aspectos. Os alemães se sentiam enganados pelos agentes e pelos latifundiários. O conteúdo disso, afirmou Sturz, resultou na América do Norte no romance *Dukel Tom's Hütte* (A cabana de Dukel Tom), e no Brasil conteúdo semelhante resultaria em centenas de romances sem que o autor ou autora precisasse usar muita imaginação para escrevê-lo.¹⁰

Para ele, os latifundiários haviam reconhecido que a persistência em suas críticas poderia significar uma ameaça. Por isso, estes procuraram impedir suas ações, inventando leis e defendendo os interesses dos “criolos” portugueses.¹¹

Uma questão que intrigou intensamente o autor foi o fato de que muitos dos escritos sobre viagens realizadas por geógrafos e cientistas não mencionarem praticamente nada sobre a questão da terra e do direito. Ele afirmou que até mesmo o Dr. Avé-Lallemant, o qual viu dez vezes mais com clareza a situação confessional dos imigrantes do que o conselho da igreja evangélica de Berlim (*Evangelisches Oberkirchenrath*), pouco sobre isto se referiu. A obra de Avé-Lallemant, *Reißen in Südbrasilien*, tinha como objetivo buscar a salvação do Brasil através da emigração alemã. Sturz criticou essa sua posição por não abordar os problemas que os imigrantes encontraram no Brasil, cujo silêncio decepcionou milhares destes no *Novo Mundo*.¹²

O autor viu com pessimismo a preservação da identidade étnica alemã no Brasil. Ele questionou como isto seria possível. Para Sturz, os alemães, ao emigrarem, identificavam-se com o caráter nacional alemão buscando preservar e cultuar suas tradições; porém o empecilho para isto seriam as amarras com suas dívidas que cada vez cresciam mais, necessitando assim trabalhar até a morte em terra estrangeira e sem direito algum.¹³ Além disso, para ele, quase não existiam instituições brasileiras para os imigrantes: “*Igrejas, escolas. Tudo isto inexistente para a maioria dos imigrantes, livros alemães também não. Médicos e farmacêuticos são meramente para brasileiros ricos e quase nunca disponíveis para colonos alemães*”.¹⁴

¹² Idem, p. 84-85.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, p. 85. (*Kirchen, Schulen. Alles das existiert für die Mehrzahl der Emigranten so gut wie gar nicht, deutsche Bücher eben so wenig. Aerzte, Apotheker sind lediglich für reiche Brasilianer und fast nie für deutsche Kolonisten vorhanden*).

Quanto às instituições de ensino, de acordo com o autor, havia institutos com bons profissionais, mas poucos, não se podendo falar de um bom sistema educacional. O problema sanitário no interior e nas cidades também era alvo das preocupações deste personagem.¹⁵ Segundo Giralda Seyferth, no início da ocupação do Sul do Brasil por europeus, os colonos reivindicavam escolas, igrejas, assistência médica, vias de comunicação para o escoamento dos excedentes da produção agrícola, expedição de títulos provisórios ou permanentes de propriedade dos lotes e outros serviços públicos. Estas reivindicações, quase sempre sem atendimento, eram acompanhadas de reclamações sobre a má qualidade da terra, a qual impossibilitava a prática de uma agricultura racional devido aos terrenos acidentados e cobertos por florestas.¹⁶

Com relação aos dados estatísticos da população brasileira, Sturz considerou necessário melhorar as instituições para que houvesse um sentimento de segurança, ou seja, com números era possível ter um indicativo do país enquanto nação em progresso. Um dos exemplos de instituições preocupadas com a ciência era o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), o qual recebia grande atenção do imperador. Porém, Sturz criticou os seus membros por não se dedicarem à questão da distribuição de terras e medições. De acordo com o autor, seus membros não questionavam a questão agrária preferindo se dedicar a coisas abstratas e confortáveis.¹⁷

Com relação aos membros deste instituto, Manuel Luís Salgado Guimarães observou recentemente que entre os mais destacados havia a preocupação *“em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo neutra em relação a disputas de natureza política-partidária”*.¹⁸ Este autor, ao examinar a lista dos 27 fundadores do IHGB, traçou o perfil intelectual destes. A maioria desempenhava funções no aparelho de Estado e parte destes pertencia a uma geração nascida em Portugal, vinda para o Brasil durante a invasão napoleônica à Península Ibérica. *“Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança”*.¹⁹

¹⁵ Idem, p. 96.

¹⁶ SEYFERTH, Giralda. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N. 26, ano 9, out. 1994. ANPOCS, p. 105.

¹⁷ STURZ, Johann J.. *Die Krisis...*, p. 100.

¹⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 9-10.

¹⁹ Idem, p. 09-10.

Na questão do direito no sistema de parceria, Sturz criticou a institucionalização da vontade dos proprietários e não dos trabalhadores imigrantes. Um dos reflexos disto estava no reconhecimento dos casamentos protestantes, ou seja, dependeria da vontade dos proprietários para que se tornassem válidos. Ainda segundo o autor, os filhos dos protestantes eram vistos como bastardos, sem o direito de receber a herança advinda com o suor e o sangue de seus pais.

A *barbárie* era por ele apontada como uma das causas do aumento de doenças como a cólera, a febre amarela, a sarna e a sífilis. Estas doenças tinham se tornado mais freqüentes com a escravidão, cujas maiores vítimas encontravam-se em toda a população, principalmente os pobres.

Outra questão abordada por Sturz foi a moralidade no Brasil, pois de acordo com o autor, esta não existia na vida pública e tampouco na vida privada: “ao contrário em nenhum lugar aumentava mais a falta de vergonha e a imoralidade do que no Brasil.”²⁰ Um dos exemplos por ele mencionado referia-se ao clero. Segundo ele, era conhecido que sacerdotes do Rio de Janeiro mantinham prostitutas em suas residências, e alguns tinham filhos com estas mulheres. Mas, o reverso disso estava no fato destes verem os filhos de união com protestantes como sem honra, tomando destes os bens que seus pais lhes haviam deixado, além de declará-los juridicamente como bastardos.²¹

Na obra *Die Krisis der deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*, Sturz procurou fazer valer um certo conjunto de regras de seu grupo social, cujos códigos morais deveriam valer para todos. Algumas considerações elaboradas por Michel Foucault auxiliam no entendimento dessa postura:

Por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pelo qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado

²⁰ STURZ, J.J. *Die Krisis* (...), p. 98. (... *Im Gegenteil geht's nirgends ungescheuter und unmoralischer zu als in Brasilien.*)

²¹ Idem, *ibidem*.

em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.²²

O que causou grande indignação a Sturz era o fato da instituição religiosa no Brasil não cumprir com sua tarefa de intermediar um conjunto de valores e regras, pois a ação dos padres não correspondia com o código moral cristão. Segundo Foucault, estes códigos são de “*fortíssima codificação*”.²³ Ainda sobre a questão da moral, Sturz julgou o clero como decadente, cuja decadência estaria nos próprios religiosos. De acordo com o autor alemão, o catolicismo como religião oficial tinha mais relação com o clero do que com o povo. Nesse sentido, ele concordava com o viajante W. Heine, que afirmava:

*No Brasil domina uma religião oficial, a católica romana, as demais são apenas toleradas e isto diz tudo. Enquanto o Brasil tem uma religião estatal, mesmo a constituição liberal será apenas um túmulo: por fora mármore e ouro e por dentro morte e podridão. Eu posso dizer isto livremente porque eu mesmo sou um católico.*²⁴

Ainda com relação ao clero, Sturz estava indignado com o fato de que muitos destes também vindos da Alemanha não consideravam casamentos mistos realizados naquele país e o enterro de protestantes em cemitérios católicos era um escândalo. Em vista disto, Sturz comentou que elaborou, em 1858, algumas reformas necessárias nos seminários e no clero, mas não chega a citá-las.²⁵

Em *Die Krisis der deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*, o autor buscou, através de inúmeros exemplos, esclarecer a opinião pública, principalmente na Alemanha, de que a emigração alemã para este país não seria possível devido à falta de “*civilização*”. Suas decepções com relação a várias questões mostravam que não tinha esperanças por mudanças no país. Anteriormente acreditava que no Brasil o modelo de organização que propunha mudaria a administração do governo e de suas instituições. Assim, o país poderia se tornar superior entre as nações sul-americanas.²⁶

²² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II : O Uso dos Prazeres*. Tradução de Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro : Edições Graal, 6.ed. 1984, p. 26.

²³ Veja-se FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*, (...), p. 29.

²⁴ STURZ, Johann J. *Die Krisis (...)*, p. 89. (*Es herrscht in Brasilien eine Staatsreligion, die römisch-katholische, die andern sind nur toleriert und das besagt Alles. So lange Brasilien eine Staatsreligion hat, wird es selbst bei der freisinnigsten Verfassung nur ein Grab sein: außen Marmor und Gold, innen Morder und Verwesung. Ich kann das um so freter sagen, als ich selbst ein Katholiker bin.*)

²⁵ STURZ, Johann J. *Die Deutsche Auswanderung (...)*, p. 15.

²⁶ AN, IR 3/3, Berlim, 3 de agosto de 1858. Extraído do jornal *Ausland: A última Campanha no Rio da Prata em consideração especial das relações entre o Brasil e os Estados do Rio do Prata*.

Deve e pode ser criada uma Nova Alemanha e de que modo?

*Daß sich die deutsche Auswanderung jetzt an einem Wendepunkt befindet, woraus ganz unvermeidlich neue Richtungen folgen müssen.*²⁷

Na obra *Kann und soll ein Neu-Deutschland geschaffen werden und auf welche Weise?* Johann Sturz buscou chamar a atenção para a formação do *Deutsche Zentralverein für Auswanderungsangelegenheiten* (Sociedade Central Alemã para Questões da Emigração) propondo a utilização da emigração num “sentido nacional”. O autor acreditava que com a guerra civil norte-americana, os emigrantes alemães poderiam ser conduzidos para a região do Prata. Com esta guerra, haveria uma crise na emigração alemã e, de acordo com Sturz, muitos emigrantes retornariam para a Alemanha e outros deixariam de se dirigir para os Estados Unidos.

Sendo assim, a corrente migratória que se direcionava em massa para aquele país, seria conduzida para outro lugar. Com isso, o autor pretendia obter um resultado prático, “porque nos abre a oportunidade para dar a pátria-mãe uma direção útil”.²⁸

O fato de os alemães não obterem força política significativa nos Estados Unidos, obscurecia a “satisfação” e o “orgulho” de uma grande nação colonizadora.²⁹ De tal forma que Sturz tinha a impressão de “ver nossa carne e sangue sumir em um elemento estranho”.³⁰ Os alemães, por mais que novas gerações continuassem a falar a língua alemã, não chegariam ao comando do Estado e a força alemã na América do Norte servia apenas para concorrer com a Alemanha no comércio e na indústria. Sturz concluiu então que a emigração alemã para lá traria prejuízos e por isso ela deveria ser conduzida para outros países, tornando-se esta uma questão nacional.³¹

²⁷ STURZ, Johann J. *Kann und Soll (...)*, p. 03. (A emigração alemã se encontra agora em um momento de transição, de onde precisa inevitavelmente seguir novas direções.)

²⁸ Idem, p.5. (...weil sie uns die Möglichkeit eröffnet, der deutschen Auswanderung eine für das Mutterland nützlichere Richtungen zu geben.)

²⁹ Sturz, ao abordar a questão do orgulho nacional, sentia a necessidade de igualar os Estados alemães ou torná-los superiores a outros países como a Inglaterra e a França e isso poderia ocorrer através do direcionamento da emigração alemã. Ele procurou eleger alguns fatos históricos como as migrações para criar novamente o sentimento de orgulho nacional. Segundo Elias, no passado, devido o caráter intermitente do desenvolvimento alemão, havia grande incerteza sobre o valor e o significado de ser um alemão ou uma alemã. Veja-se ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. p. 28-29.

³⁰ Idem, p. 05 (... unsere Fleisch und Blut in einem fremden Elemente verschwinden zu sehen.)

³¹ Idem, p. 06.

Sturz procurou convencer o leitor de que a expansão da Alemanha era também uma questão de honra e poder, de efeitos práticos para uma perspectiva de futuro. Para ele, a emigração era um fenômeno crescente e coletivo e por isso deveria ser assim pensada: “*a emigração é uma função orgânica da nossa vida nacional, assim inteiramente normal para o corpo nacional como para cada pessoa as funções naturais de seu corpo*”.³²

Para ele, a emigração também tinha uma função moral e ética com a *benção* da religião, pois estava escrito na bíblia: “*Sejam férteis, multipliquem-se e habitem a terra*”.³³ Por isso, todas as “*nações fortes*” deveriam colaborar para que as terras pouco povoadas fossem colonizadas. De acordo com a exposição de Sturz, a maior parte da Alemanha já estava suficientemente povoada, tão povoada que não poderia se pensar num maior crescimento populacional. Não era desejável que as matas existentes na Alemanha virassem pequenos bosques, que os pastos e os rebanhos desaparecessem e que todos os campos fossem trabalhados, que não existissem mais animais para o trabalho, que os campos com trigo virassem pequenas hortas de batatas, que o povo se espremesse nas fábricas e que todo o solo tivesse que servir para o ganho material, faltando, dessa forma, parques para as crianças e os cemitérios. Sturz procurou mostrar ao público alemão que a emigração era um mal necessário; se bem direcionada, faria da Alemanha uma grande nação colonizadora.³⁴

Para o autor, cultura e natureza se relacionavam com equilíbrio, pois a emigração era o caminho “*natural*” para diminuir o excesso populacional. Uma de suas justificativas para o expansionismo alemão no momento em que vivia, estava na história, ou seja, considerava a emigração como um impulso natural entre os povos germânicos, cujo movimento emigratório era notável, principalmente a partir da Idade Média. Para ele, essa vontade podia ser sentida em seu momento presente junto aos estudantes que faziam longas caminhadas.³⁵

Porém, para ele esse movimento emigratório teria diminuído no final da Idade Média, e outros povos, tais como os holandeses e os ingleses, começaram a intensificar a emigração, fundando suas colônias. De acordo com o autor, também a Guerra dos Trinta Anos, que teria devastado um terço da população na Alemanha, reteve o fluxo

³² Idem, p. 07. (*Die Auswanderung ist eine organische Function unseres Nationallebens, und für den Nationalkörper ganz eben so normal, als es für den einzelnen Menschen die natürlichen Functionen seines Leibes sind*).

³³ STURZ, Johann J. *Kann und Soll (...)*, p. 8 (*Seit fruchbar und mehret Euch, und füllet die Erde.*)

³⁴ Idem, p. 08.

³⁵ Idem, p. 09.

da emigração. Com isso, teria desaparecido a vontade de emigrar. Esta vontade teria ganho novos estímulos com o desenvolvimento da comunicação entre os povos, trazendo assim informações e imagens de outras terras.³⁶ Sobre este contexto, Norbert Elias considerou que:

No contexto do desenvolvimento alemão, esses trinta anos de guerra representaram uma catástrofe. Deixaram marcas permanentes no habitus alemão. Na memória dos franceses, ingleses e holandeses, o século XVII é descrito como um dos mais brilhantes em relação ao desenvolvimento destes povos, um período de grande criatividade cultural e de crescente pacificação e civilização. Para a Alemanha, entretanto, esse século foi um período de empobrecimento, inclusive de empobrecimento cultural, e de crescente brutalidade entre as pessoas.³⁷

Conforme Sturz, havia na Europa Ocidental um silêncio com relação ao Oriente, e segundo ele, as transformações vieram quase sempre das migrações efetuadas por estes povos. A antiga civilização helênica teria começado com migrações; as migrações militares romanas contribuíram para a romanização de grande parte da Europa, o que podia ser sentido ainda nos dias atuais. Questionou o que seria dos romanos sem as migrações, pois, em sua compreensão, eles não seriam um *Kulturvolk*. Sturz enalteceu o grupo de germanos, os quais teriam formado a Prússia e os grupos que foram para as terras centrais do Donau e para o leste dos Alpes, formando a monarquia austríaca. Para ele, Viena e Berlim não existiriam sem a colonização alemã.³⁸

Através das migrações, o autor procurou despertar um sentimento nacional a partir da cultura ancestral e o sucesso da colonização no passado deveria ser um exemplo para o presente e o futuro do povo alemão. Sturz, ao referir-se à nação, fez uso de um conceito considerado por Eric Hobsbawm “*historicamente muito recente*” e o seu significado mais freqüente na literatura era político, o que pode ser percebido nas obras de Sturz.³⁹ Com relação à política do poder, em nome de uma nação, Norbert Elias observou o seguinte:

Quando a política do poder passou a ser adotada em nome de uma nação, certos aspectos centrais da figuração que os Estados formavam entre si permaneceram inalterados (...). Mas a política de poder, adotada em nome de uma nação e não de um príncipe, não

³⁶ Idem, p. 09-10.

³⁷ ELIAS, Norbert. *Os Alemães (...)*, p. 19.

³⁸ STURZ, Johann J.. *Kann und Soll (...)*, p. 12.

³⁹ HOBBSBAWN, Eric J. Op. cit., p. 30-31.

podia continuar sendo concebida e representada como a política de ou para uma pessoa. Era uma política levada a cabo em nome de uma coletividade tão vasta que a maioria de seus membros não se conheciam nem podiam se conhecer uns aos outros.⁴⁰

Na obra *Kann und Soll...*, Sturz procurou mostrar que, frente a outras nações consideradas poderosas, a Alemanha também teria a capacidade para a colonização. A colonização era também entendida por ele como uma propagação de Estados-nações e a ausência da posse de colônias significava fraqueza. Para ele, os alemães formavam uma potência poderosa; porém triste era o fato de se fixarem em outras terras e o suor de seu trabalho e seus frutos serem usufruídos por estranhos.⁴¹

O descobrimento da América teria aumentado o palco da história do mundo e algumas nações haviam alcançado posição de destaque. Conforme Sturz, a nação alemã perdera poder justamente nesse período de descobertas transatlânticas. Por tal motivo, era importante criar um sentimento nacional com vistas a colonizar outro país: “*Que grande é o sentimento para uma nação, a qual pode estender seus braços sobre o mar, e em distantes costas ver surgir filhas nações, aonde domina a língua materna e costumes e a pátria-mãe se encontra lá rejuvenecida!*”⁴²

Para Sturz faltava este sentimento para o desenvolvimento interno da própria nação. Questionou qual era o “sentimento” dos alemães na divisão das colônias além-oceano, pois em nenhuma delas se falava oficialmente a língua alemã. Observou que mesmo nações pequenas, como Holanda e Portugal, colonizaram impondo suas línguas e, por isso, era preciso tentar outro caminho: a emigração.⁴³

A emigração alemã era, depois da inglesa, a segunda mais importante; porém Sturz criticava o fato dos alemães serem atraídos para o Brasil através de propaganda enganosa. Para ele, alguns lugares do mundo cresciam com o trabalho dos alemães; por isso fez um apelo para que se fizesse algo que unisse esses corpos além-oceano com a pátria-mãe, ou seja, era preciso criar “*vínculos emocionais*” entre estas diferentes regiões do mundo habitadas pelos germânicos.⁴⁴

⁴⁰ ELIAS, Norbert. *Os Alemães...*, p. 138.

⁴¹ STURZ, Johann J. *Kann und Soll (...)*, p. 13.

⁴² Idem, p. 14. (*Welche ein großes Gefühl ist es doch für eine Nation, die ihre Arme über das Meer austrecken kann, und an fernen Gestaden Tochterationen erwachten sieht, wo die heimliche Sprache und Sitte herrscht, und des Mutterland sich selbst verjungt wiederfindet!*).

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Segundo Elias os vínculos emocionais eram, num grau muito superior, de natureza simbólica - vínculos com os símbolos da coletividade. (...) Seja qual fosse a forma adotada, esses símbolos, para uma coletividade e seus vários aspectos, tornaram-se pontos focais para a ligação emocional das pessoas à coletividade(...). In: ELIAS, Norbert. *Os Alemães...*, p. 138.

Ele acreditava que a América do Norte perdera a força de atração para a emigração alemã, e, como esta não havia cessado, a Alemanha tinha como tarefa “*conduzir a emigração alemã tanto quanto possível para uma certa região que promete grandes vantagens tanto para o emigrante como para a pátria-mãe.*”⁴⁵

Ele cita algumas vantagens que esta concentração traria para o comércio e a navegação da Alemanha. A marinha mercante alemã era muito importante, segundo Sturz, e deveria ocupar, após os ingleses e os norte-americanos, o terceiro lugar. Porém, não ocupava esta posição porque muitos navios alemães serviam outros países. O comércio também não era tão expressivo, pois os alemães comerciavam em toda as partes do mundo, mas não havia nenhum lugar onde tivessem o monopólio. Somando-se a isto, a importação e a exportação eram feitas de forma indireta, ou seja, de segunda mão, em muitos portos estrangeiros. Além disso, o comércio e a marinha mercante não eram unidos como em outros países.⁴⁶ Com estes argumentos, Sturz pretendia mostrar que a única solução para o expansionismo seria a concentração de alemães além-mar.

Neste seu propósito, a tarefa principal consistia em procurar uma região para concentrar a emigração alemã. Para isso, ele estabeleceu três condições principais: 1- uma terra onde fosse possível, através do povoamento, ter uma certa influência; 2- onde a população não fosse tão numerosa e a população local *menos capaz* que a alemã; os imigrantes poderiam ali preservar a nacionalidade alemã; 3- uma região que no futuro não fosse concorrente da Alemanha, além de não ser tropical e escravista.⁴⁷

Conforme Sturz, a zona quente não poderia jamais ser povoada e desenvolvida por europeus, mas deveria ficar sempre uma terra para negros e para os mulatos. Para isto, a América espanhola estaria em melhores condições, pois tinha uma certa simpatia para com a cultura alemã. Conforme Sturz, o importante para isso era não se tratar de uma “*cultura rival*”. Para ele, era preciso notar que muitas regiões da América espanhola seriam mais adequadas. Concluiu então que o local ideal para a emigração alemã seria a região do Prata.⁴⁸

⁴⁵ STURZ, Johann J. *Kann und Soll...*, p. 17. (*Die gesammte deutsche Auswanderung so viel als möglich auf ein bestimmtes Gebiet zu lenken und zwar auf ein solches Gebiet, welches sowohl für die Auswanderer, als für das Mutterland, den möglich großen Vortheil verspricht.*)

⁴⁶ Idem, p. 18.

⁴⁷ Idem, p. 21.

⁴⁸ Idem, p. 24-25. Sobre a região do Prata, afirmou: *Ein Land von vorwiegend fluvialer Entwicklung, wie das Plata-Gebiet, scheint also gerade am ehesten geeignet, ein neues Deutschland zu werden, weil Deutschland selbst einen ähnlichen Charakter hat.* (Um país com um grande desenvolvimento fluvial como a região do Prata, parece primeiramente ser mais apropriado para se tornar uma Nova Alemanha, porque a própria Alemanha tem caráter semelhante).

Em seu discurso, Sturz frisava que na América do Sul centenas de alemães iriam divulgar os produtos alemães, contribuindo mais com o fortalecimento da Alemanha do que os milhões que foram para os Estados Unidos. A diferença estava no fato de que em um território pouco habitado, como os países da região do Prata, os alemães, como representantes legítimos de uma “*cultura superior*”, iriam influenciar as demais populações ali existentes.⁴⁹

Com relação às viagens marítimas, estas teriam para Sturz um grande impulso com a emigração. Segundo ele, os navios, ao saírem de portos alemães, levariam consigo mercadorias diversas. Em suas viagens de retorno, certamente os capitães trariam outras mercadorias. A navegação constituiria assim a grande rede de comércio. De acordo com o autor, o desenvolvimento da colonização alemã ocorreria, sobretudo, através do uso da criatividade e do trabalho dos alemães, ao contrário da população crioula indolente (*indolente Kreolen*). Essa criatividade aumentaria a fabricação de produtos de exportação, pois de parte da região do Prata só se tinha produtos da criação de gado.⁵⁰

Para Sturz, o comércio nesta região se encontrava em situação incipiente. Isto somado a população *não culta* de menos de dois milhões não poderia, para ele, ser o ponto de apoio para um grande comércio alemão que forneceria produtos em grande escala, fabricados na Alemanha, em troca de produtos da América do Sul.⁵¹

Todavia, o futuro brilhante que este comércio abriria poderia ser visto num mapa mundial a partir de seus vários caminhos, saindo por exemplo do porto de Hamburgo. Nesse caminho, que traçou para os navios alemães, ele mostrava entrepostos na África e na América e com isso “*keine Kraft und kein Material unbenutzt bleibt*”.⁵²

A emigração, como força viva e impulso pessoal, eram aspectos importantes para Sturz, pois os imigrantes seriam agentes comerciais ou, pelo menos, deveriam sê-lo e ao mesmo tempo os pioneiros da “*civilização em terras não povoadas*”.⁵³ Para Sturz, eram os homens que faziam o comércio e não as mercadorias. Mas era dada pouca atenção à política aduaneira (*Zollvereinspolitik*) na Alemanha. Na união aduaneira (*Zollverein*), a navegação era menosprezada e, para Sturz, isto se explicaria de forma natural porque na sua origem era uma associação de intercâmbio entre vários países. Para ele, o mundo era movimentado pela navegação e maiores mudanças no

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰ Idem, p. 33.

⁵¹ Idem, p. 34.

⁵² Idem, p. 35 (“que não fique nenhuma força e material sem utilização”).

⁵³ Idem, p. 36.

comércio mundial haviam ocorrido através desta. Ele afirma: “*Pensem em Colombo e Gama! e o comércio segue por si a navegação*”.⁵⁴

Com a ocupação do Prata pelos alemães, começaria a troca de mercadorias. De acordo com Sturz, o comércio cresceria através da troca direta, pois a troca indireta diminuía os lucros. Uma troca em massa, como era o mercado mundial, poderia ocorrer onde houvesse um complemento de ambas as partes e isto era por ele idealizado na América do Sul.⁵⁵

No nono capítulo, Sturz afirmou que era necessário observar as coisas sob outro aspecto: “*A importância política que a colonização alemã pode conquistar no Prata*”.⁵⁶ Nessa perspectiva, os alemães deveriam buscar na região do Prata uma hegemonia sobre toda a América do Sul. Para tanto, o ideal seria concentrar os alemães no Sul da região do Prata e estes teriam a vantagem de uma mais alta “*Bildung*”⁵⁷ e assim poderiam dominar as demais regiões da América do Sul, já que “*todas as terras trópicas (...) terão que se curvar frente aos senhores do Prata*”.⁵⁸ Assim, ele pretendia direcionar a emigração alemã para no futuro se tornar um Império, através do qual pudesse dominar o elemento alemão, pois “*isto ocorrerá naturalmente*”.⁵⁹ E por fim considerou que os alemães iriam fazer valer a sua superioridade sobre espanhóis, índios, mestiços e outros povos através de sua *Bildung*.

Sturz esperava com isso preservar a nacionalidade alemã e isto ocorreria com determinada organização inicial: “*Aonde pode ser feito o começo com a colonização alemã?*”.⁶⁰ A região mais adequada seria o Uruguai, cujo clima, localização e solos eram favoráveis, além dos bons portos para grandes navios. Sturz lançou então uma nova questão: “*Como é possível conduzir a emigração alemã para o Uruguai?*”⁶¹

Conforme Sturz, não se poderia obrigar as pessoas a emigrar para lá; mas era preciso instruir e oferecer vantagens através da

⁵⁴ Idem, p. 37. (*Man denke nur an Colombus und Gama! e der Handel folgt der Schifffahrt von selbst*).

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Idem, p. 40. (...*welche politische Wichtigkeit die deutsche Colonisation am Plata gewinnen kann*).

⁵⁷ *Bildung* é utilizado pelo autor no sentido de formação intelectual, sendo parte integrante da própria *Kultur*. Norbert Elias observa que a auto-legitimação da classe média alemã pela virtude e suas realizações (*Bildung*) adquirem maior ênfase no século XVIII. Veja-se ELIAS, Norbert. *Über de Prozeß...*, p. 89-95.

⁵⁸ Idem, ibidem. (...*alle Tropenländer, (...) werden sich vor dem Herrn der Platamündung bügen müssen*).

⁵⁹ Idem, p. 41. (...*es macht sich ganz natürlich*).

⁶⁰ Idem, p. 45. (*Wo ist der Anfang mit der deutsche Colonization zu machen?*).

⁶¹ Idem, p. 47. (*Wie ist es möglich, die deutsche Auswanderung nach Uruguay zu lenken?*).

imprensa, e, por meio indireto, o emigrante iria se decidir pelo Uruguai. Do governo alemão, diz Sturz, não se poderia esperar muito. Sua proposta era então oferecer — tanto para empresários quanto para emigrantes — lucros, vantagens, segurança e prosperidade.⁶²

A colonização, para Sturz, era um negócio complicado e seu êxito dependia de circunstâncias específicas para tornar-se um projeto seguro: deveria se formar uma sociedade que em uma certa região adquirisse terras baratas que seriam vendidas a colonos alemães, com uma margem de lucros para os empreendedores. Esta era a proposta para a ocupação alemã do Uruguai. Para ele, estas terras ocupadas com imigrantes, em poucos anos dobrariam, triplicariam o seu valor e em alguns lugares ficariam dez vezes mais caras. Isso podia ser visto nos Estados Unidos (Califórnia e Wisconsin) e na Austrália. Ao final desta obra, Sturz afirmou que estava aceitando dos leitores, sobretudo dos empresários, sugestões e críticas.⁶³

A obra *Kann und Soll...* foi considerada, em um artigo da *Magazin für Literatur des Auslandes*, de grande repercussão na Alemanha, pois inúmeros jornais expressivos haviam escrito sobre seu projeto de direcionamento da emigração alemã para o Uruguai. Segundo o autor do artigo, no seu projeto, Sturz pretendia obter grandes extensões de terras na região do Prata através de uma sociedade acionária e as terras seriam vendidas em parcelas para os imigrados.⁶⁴

Nesse artigo, o autor elogiou a sugestão de Sturz em fundar uma *Allgemeine Auskunftsbureau für Auswanderungs-Angelegenheiten* (Escritório de informações gerais sobre questões da emigração) em Berlim, pois assim seriam evitados abusos contra imigrantes alemães, além de ser um meio para obter vantagens para a mãe-pátria. Este escritório deveria ser dirigido por Sturz, oferecendo publicações sobre colônias alemãs de todo o mundo.⁶⁵

Em outro artigo, o autor observou que o próprio título da obra era uma questão que Sturz procurou responder, sublinhando a importância de serem esclarecidas algumas informações, tais como a direção da emigração e a disposição de capital para tal. Sturz deixou seus projetos de colonização à disposição dos estadistas e economistas para que estes se manifestassem a respeito.⁶⁶

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ "Deutschland und das Ausland: J.D. Sturz und die deutsche Auswanderung". In: *Magazin für Literatur de Auslandes* n. 61, Leipzig, 1862, p. 119. (Anexo 3).

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁶ Veja-se também em artigo da mesma revista: *Deutschland und das Ausland: Neu-Deutschland am La Plata*, p. 95.

Novas contribuições sobre o Brasil e os países do Prata

Na obra *Neue Beiträge über Brasilien und die La Plata-Länder*, Johann Sturz afirmou que nunca havia se colocado a favor de uma emigração alemã em todo o território brasileiro, mas apenas para a região Sul. Mostrou também sua decepção com a situação no Brasil e por não receber os devidos agradecimentos pela sua atuação como cônsul. Sua demissão era por ele entendida como forma de represália por ter evitado a entrada de “*escravos brancos*”, contrariando os interesses de especuladores e de latifundiários.⁶⁷

Sua luta para que a emigração alemã se direcionasse para o Brasil trouxe decepção ano após ano, estando cada vez mais convicto de que os “*estorvos morais e materiais*” não seriam vencidos. Estes estorvos poderiam ser, para ele, descritos com as seguintes palavras: monopólio de terras, escravidão, intolerância, corrupção das leis e falta de portos marítimos.⁶⁸ O autor entendia que uma Nova Alemanha na região do Prata teria grandes perspectivas. Para isto trabalhava há anos buscando a ajuda do Estado para receber a emigração alemã. Porém, alguns trabalhos publicados, em sua maioria em forma de circulares — enviadas a centenas de pessoas no Uruguai, para a Confederação da Argentina e para o Paraguai — eram raramente utilizados na elaboração de leis.⁶⁹

Os seus contatos com homens influentes nos países do Prata visavam, há mais de dez anos, o consulado geral da Confederação Argentina, cuja aceitação do cargo lhe fora impossibilitada pelo governo brasileiro. Então, esperava concentrar seus esforços no Uruguai. Para ele, no Brasil se temia uma colonização alemã forte no país vizinho e que fosse atrativa para emigrantes.⁷⁰

No exercício do cargo de cônsul, afirmou que não recebeu do governo brasileiro dinheiro para incentivar emigrantes através de anúncios em jornais. Ele também não havia aceitado ser um lucrativo agente para os negócios da emigração, pois havia recebido convites para esta atividade em cinco províncias do reino. Argumentou ainda que não deixou nenhum emigrante alemão ir ao Brasil, a não ser um par de técnicos designados para empregos já determinados, dos quais não tirara nenhum centavo para a passagem, enquanto que outros cônsules endividavam colonos, através da cobrança de 3 ½ Thaler por pessoa enviada para as colônias de parceria.⁷¹

⁶⁷ STURZ, Johann J. *Neue Beiträge über Brasilien und di La Plata-Länder*. Berlin : J.J. Sturz, 1865, p. 1.

⁶⁸ Idem , p. 02.

⁶⁹ Idem , p. 03.

⁷⁰ Idem , p. 03-04.

⁷¹ Idem , p. 07.

Dos vários temas abordados por Sturz, a guerra no Prata parecia ser um grande entrave para seus projetos. Apoiado em um ensaio de Elisée Reclus⁷² no Jornal *Revue des Deux Mondes: Der Krieg in Uruguai und die Republiken von La Plata* (A guerra no Uruguai e as repúblicas do Parata) reforçou as pretensões de iniciar o povoamento alemão naquela região. Elisée Reclus era um escritor francês autônomo. Neste artigo, descreveu a situação da América do Sul e da América do Norte. Para Reclus, o Uruguai estava sendo devastado pela guerra, fato este constante nas repúblicas hispânicas da América do Sul. Ele acreditava que após a queda de Rosas, as Repúblicas do Prata seriam favorecidas através de períodos ininterruptos de paz e de um futuro brilhante baseado no poder e na civilização.⁷³

Reclus contava com o apoio de alguns geógrafos e historiadores para seus projetos, os quais consideravam que o Paraguai, a Argentina e a Banda Oriental eram uma terra só, e, cedo ou tarde, tornar-se-iam a região de uma só nação. Os inimigos internos seriam vencidos.⁷⁴

Ao comparar o Brasil com a região platina, Reclus afirmou que haviam no Prata Estados livres e uma população crescente, riqueza e diferentes classes sociais que se civilizariam mais rapidamente do que os brasileiros. O Brasil deixaria de ter uma “*posição favorável*” na América do Sul porque possuía grandes latifúndios e o sistema escravocrata. Para o autor, a diferença entre as instituições brasileiras e destes países era maior a cada ano e havia o crescimento de um sentimento nacional na América do Sul espanhola que se desenvolvia contra os interesses do Brasil na região do Prata.⁷⁵

Reclus dicotomizou a futura situação no Brasil e nos países do Prata. Enquanto de um lado a escravidão era vista como “*natural*”, de outro, os imigrantes de diferentes procedências eram todos livres, tornando-se assim um só povo. No Brasil, a crise interna, pela qual toda a nação passaria, não atingiria o ponto máximo; enquanto isto

⁷² Reclus era geógrafo francês, anarquista ou comunista libertário, como preferia ser classificado. Militou contra a política oficial de seu país; esteve entre os organizadores da Comuna de Paris e posteriormente preso e exilado. Durante o exílio, escreveu *A Nova Geografia Universal e O Homem e a Terra*. Na elaboração destas obras, um em 19 volumes e o outro em 6, contou com a colaboração de autores diversos, entre eles o Barão do Rio Branco na parte referente ao Brasil. De acordo com Manuel Andrade, o estudo de suas obras são fundamentais para a compreensão do mundo moderno, pois nelas Reclus mostra o mecanismo de dominação colonial, o problema do êxodo rural e o crescimento das cidades, o problema das estruturas agrárias etc. Veja-se ANDRADE, Manuel Correia. *Introdução a Elisée Reclus*. São Paulo : Ática, 1985, p. 7-20 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 49).

⁷³ Idem, p. 51.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ Idem, p. 53.

as repúblicas espanholas haviam saído desta fase. A nação espanhola da América do Sul estava se unindo, enquanto que a população brasileira, através da escravidão e do monopólio das terras, se dissolveria social e politicamente.⁷⁶

De acordo com o crítico francês, o triunfo da liberdade sobre a escravidão nos Estados Unidos dificilmente traria braços escravos para as repúblicas sul-americanas. O Brasil não poderia importunar os países vizinhos com a sua escravidão. Nas repúblicas do Prata, sempre mais o elemento da civilização se desenvolveria para se tornar uma pátria de toda a humanidade e com o tempo iria se associar com outras repúblicas latino-americanas que teriam uma função não menos importante que a “*república germânica*” do norte da América.⁷⁷

Sturz anexou o discurso de autoridade⁷⁸ de Reclus, dando uma maior legitimidade a sua obra por reconhecer que muitas de suas idéias reafirmavam os seus ideais na região do Prata. De acordo com Sturz, ele despertou, entre alemães e ingleses, interesses na compra de terras no Uruguai. Para isto, Sturz elaborou um catálogo no qual destacava grandes extensões de terras à venda. Porém, tudo em vão, afirmou ele. A crise comercial do mês de outubro de 1857 fez com que os maiores interessados, como o senhor Merck e o príncipe Schönburg, desistissem da compra de terras. As pesquisas sobre a qualidade do solo foram feitas por Sturz, lhe restando, após a crise, a decepção, pois os preços das terras haviam aumentado o dobro em dois anos. Para ele, esses preços poderiam ser ainda mais altos se as terras tivessem sido adquiridas por alemães e, como ele planejou, posteriormente serviriam de base para a colonização alemã.⁷⁹

Outra fonte que Sturz fez questão de mencionar foi a tradução de uma palestra sua de 1864 dirigida aos brasileiros. A esta, anexou ainda uma lista de circulares, palestras e relatos de forma resumida. Todo este material foi enviado por ele para pessoas,

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷ Idem, p. 55.

⁷⁸ Segundo Bourdieu, *a especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento (...) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronuciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro (spektron), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos (...) devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996. p. 91.*

⁷⁹ Idem, p. 29.

corporações, institutos, reuniões de elaboração de leis e para redações de jornais, perfazendo um total de 300 exemplares.⁸⁰

Nesta lista, colocou uma parte de suas publicações sobre colonização elaboradas durante os sete dos dezesseis anos nos quais trabalhou como Cônsul Geral do Brasil na Prússia. Sturz sentia-se na obrigação de publicar algumas cartas, mesmo que algumas destas já estivessem na obra *Die Krisis der deutsche Auswanderung...*, não “temendo o preço” das mesmas por considerá-las dignas. Definia estas publicações como espécie de “direito de defesa” contra críticas sobre a sua honra.⁸¹

Porém, Sturz estava surpreso que as críticas direcionadas a ele não estivessem impressas em português e sim em alemão, principalmente nos jornais *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre e no *Rudolstädter Allgemeinen Auswanderungs-Zeitung*. Nestes jornais, era acusado de ter erroneamente aconselhado o governo imperial brasileiro sobre a questão da colonização e as conseqüências disto eram a infelicidade e a insegurança do país. Sturz respondeu afirmando que a infelicidade do país fora provocada pela ilusão criada pelos seus dirigentes. Ele esperava ao menos que estes jornais pedissem desculpas pela indignação que lhe causaram.⁸²

Em suas publicações, retomou o a postura de não faltar com a verdade e para esta tarefa não pediu dinheiro do governo, de latifundiários e de donos de navios. Sobre suas atividades como cônsul, ele afirmou que não trouxe nenhum colono para o Brasil, além de não admitir abusos na questão da emigração alemã.⁸³

Sturz esperava que suas obras *Kann und Soll...* e *Die Krisis...* tivessem um grande significado e êxito porque se referiam a questões futuras. No posfácio da obra *Neue Beiträge...*, Sturz afirmou que a mesma era útil quanto ao interesse pela liberdade dos diferentes povos na região do Prata, assim como pelo trabalho livre e pelo livre comércio no Sul da América.⁸⁴

Sturz observou ainda que suas informações na obra *Neue Beiträge...* seriam muito importantes para a História do Brasil e possuía muitos outros documentos em mãos. Para ele, os governantes do Estado no Brasil eram “criaturas” dos latifundiários e, devido à abolição inevitável da escravidão, apenas planejavam sua substituição pelo proletariado europeu, especialmente ale-

⁸⁰ Idem, p. 43-44.

⁸¹ Idem, p. 44.

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ Idem, p. 45.

⁸⁴ Idem, p. 78.

mães. Estes latifundiários se sentiram com mais poder com a ajuda do governo, de seus diplomatas e agentes na Europa, principalmente na Alemanha e em Portugal.⁸⁵

Suas decepções, principalmente com as instituições públicas brasileiras, levaram-no a direcionar seus projetos para a região platina. Sua insistência com relação à condenação da emigração alemã para o Brasil, após a demissão do consulado, chamou a atenção do público alemão do período e posteriormente de historiadores interessados, em muitos casos, em avaliar a repercussão de suas críticas. Entre eles, Christoph Strupp considera que Sturz foi um dos publicistas que mais contribuiu para a discussão desta questão. Além disso, observa que *“se o seu trabalho de esclarecimento realmente intimidou ‘milhares a dar um passo que inevitavelmente teria levado a uma grande miséria e a falência certa’ (Schramm-Macdonald), é incerto, mas com certeza não ficou sem repercussão”*.⁸⁶

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ STRUPP, Christoph. *Op.Cit.*, p. 25. Ob seine Aufklärungsarbeit tatsächlich Tausende vor einem Schritte zurück(schreckte), der sie unfehlbar dem größten Elende und sicheren Untergange entgegengeführt hätte (Schramm-Macdonald) sei dahingestellt, aber ohne Wirkung blieb sie gewiß nicht.

O DESPERTAR DO MONSTRO: depressão, ciência e divindade em *Frankenstein*

Diogo Albino Benoski¹

Resumo:

Este artigo trabalha o cinema como fonte histórica, analisando a doença mental como um dos componentes da narrativa cinematográfica no filme *Frankenstein* de 1931. Analisam-se o contexto de produção do filme, as motivações dos personagens e a loucura representada na obra.

Abstract:

The objective of this article is to analyze the cinema as a historical source, considering the mental illness a component of the cinematographic narrative in Frankenstein, 1931. The context of the production, the motivation of the characters and the mental illness represented in the work are analyzed.

Palavras-chaves: cinema - história - loucura.

Keywords: cinema - history - mental illness.

A loucura é uma das mais intrigantes deficiências que afligem o ser humano. Ela é a perda da razão e o conseqüente desajuste do indivíduo ao meio social. Hoje, alvo da psiquiatria, a doença mental constitui um amplo campo de estudo e uma definição definitiva ainda não foi encontrada. E a preocupação da psiquiatria não é um conceito de distúrbio mental, mas a etiologia desse distúrbio. Atualmente, as causas da doença mental são geralmente atribuídas a dois principais motivos: o *psicológico*, que considera os distúrbios como resultado de inaceitáveis desejos, temores e impulsos; e o *orgânico*, que explica as doenças por causas fisiológicas. O cinema, no caráter de documento histórico, retratou de diferentes formas a doença mental. Neste sentido, este artigo analisa a doença mental como importante componente na narrativa cinematográfica. Para tal, incorporamos o filme como objeto passível de análise nas duas vertentes propostas por Marc Ferro: a *leitura cinematográfica da história* (o texto da obra) e a *leitura histórica do filme* (o contexto da obra).

O filme analisado é *Frankenstein* (*Frankenstein*, 1931), produzido pelo estúdio da Universal. Para driblar a crise econômica norte-americana de 1929, a Universal especializou-se nos filmes de horror. A empresa passou a lançar filmes como *Drácula* (*Dracula*, 1931), A

¹ Doutorando em História - UFSC. E-mail: <benoski@yahoo.com.br>

múmia (*The mummy*, 1932) e *Assassinatos na Rua Morgue* (*Murders in Rue Morgue*, 1932). E outra obra foi *Frankenstein*, dirigida pelo inglês James Whale. O filme lançou Boris Karloff na figura do Monstro e apresentou a loucura de causas orgânicas, em que a sanidade mental do indivíduo depende apenas da integridade física do cérebro.

Contexto

Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York alterou quase dez anos de prosperidade econômica e crescimento industrial norte-americano. Uma série de quedas consecutivas das ações arruinava investidores, empresários, industriais, e conseqüentemente, empregados, e todo o país foi arrastado pelo turbilhão da depressão econômica.

A 21 de outubro de 1929, no Wall Street, vários milhões de títulos foram propostos sem encontrar comprador. A 23, foram postos em venda 6 milhões de títulos. A 24, a baixa acentuou-se; cerca de 13 milhões de títulos foram lançados no mercado, os quais dificilmente encontrariam tomador. O aparelho que transmitia as cotações, o *ticker*, estava congestionado e funcionava com um atraso de quatro horas. Com uma alternância de altos e baixos, a queda prosseguiu inexoravelmente; a 29, eram mais de 16 milhões de títulos que se abatiam sobre o mercado. Em dez dias, os “dez dias negros”, dezenas de milhões de títulos mudaram de mãos, perdendo de 30 a 40% de seu valor, por vezes até 50%, e o valor global das ações cotadas no Wall Street, estimado em 89 bilhões de dólares em 1º de setembro, tinha caído para 71 bilhões, ou seja, com uma depreciação global de 20% (REMOND, 1989. p. 97-98).

Como a economia americana era ligada ao crédito financeiro, a falta dessa base comprometeu de maneira crítica a estrutura econômica. As empresas, industriais ou comerciais, sofreram bastante com a crise; os bancos, incapazes de satisfazer toda a demanda, quebraram uns após os outros, arrastando para a falência outras empresas. O presidente Hoover teve problemas imediatos e precisou enfrentar desemprego e, promover a manutenção da ordem social, da paz nas indústrias e a prevenção do pânico (WARREN, 1967. p. 115). As indústrias que não fecharam as portas diminuíram sua atividade e demitiram parte do pessoal, o que reduziu o consumo na economia. Esse círculo tornou-se vicioso, pois o estoque se acumulava cada vez mais e o dinheiro demorava a entrar, causando novas falências e mais desemprego. Seis meses mais tarde, o número de desempregados

era de 3 milhões. Ao fim de um ano, 7 milhões. Em outubro de 1932, o índice chegou a 11 milhões, cerca de 10% da população economicamente ativa. “A produção industrial caiu então abaixo da metade de seu nível de 1929” (REMOND, p. 98-99).

A princípio, a situação foi encarada com certo otimismo, afinal era impossível que ela se prolongasse. O presidente Hoover assegurava que “A prosperidade espera-os na esquina da rua”. E esse era o prognóstico de quase todos os especialistas. A crise, contudo, prosseguia, e começou a afetar o estado de espírito da população. “Os americanos perdiam [...] sua confiança no dogma da livre iniciativa, nas virtudes da iniciativa privada e na solidez dos pressupostos liberais” (REMOND, p. 99). A crise continuou implacável, e cerca de vinte anos foram necessários para atenuar o trauma causado pela quebra da bolsa.

O cinema na época

Indiferente à crise econômica, o cinema norte-americano cresceu bastante nas décadas de 1930 e 1940, atingindo o ápice em “1946, quando a frequência aos cinemas alcançou os pontos mais altos de todos os tempos” (SKLAR, 1978. p. 189). Certamente, o cinema foi muito importante para distrair a população norte americana enquanto o caos econômico predominava. Isso se deveu ao preço dos ingressos, que baixou muito, e também pelas sessões serem duplas. Embora houvesse um êxito inicial, a indústria cinematográfica não se demonstrou insensível à crise na conjuntura econômica. Posteriormente, das oito grandes companhias, apenas quatro (Warner Bros, MGM, Columbia e United Artists) suportaram a crise sem alteração significativa. Sklar destaca que

de 1930 a 1934, foi fundamentalmente uma aberração, uma surpresa até para Hollywood. A súbita virada para o realismo social no início da era do som, para ciclos de melodrama de gângsteres, de sexo e até políticos, foi afeiçoada pela mais crassa das conveniências: a busca de todas e quaisquer formas de choque e excitação capazes de atrair espectadores ao cinema, à proporção que as condições econômicas se agravavam e os cinemeiros começavam a desaparecer (SKLAR, p. 207).

Um dos choques promovidos pelo cinema inicialmente veio com o som. O pioneirismo desta inovação é geralmente atribuído ao filme *O cantor de Jazz* (*The Jazz Singer*, 1927). A produção apresentou o

ator Al Jolson no papel do cantor Oland. Durante o filme, ele interpretava diversas músicas, que se apresentavam em perfeita sincronia com as cenas que estavam na tela. As canções eram “*My mammy*”, “*Blue sky*” e “*Toot toot tootsie goodbye*”, entre outras. O filme, no entanto, não é completamente falado. Ele apresenta seqüências em estilo mudo, com as falas aparecendo na tela, e somente as partes das canções eram sonorizadas. A tentativa foi uma das saídas que a Warner utilizou para evitar a falência.

Mas os experimentos de filmes sonorizados são bem anteriores. Já em 1895, os laboratórios de Thomas Alva Edison haviam preparado um sistema de películas com som sincronizado. O problema era exatamente a sincronização entre som e imagem, que nem Edison ou seus ajudantes conseguiram resolver. No ano de 1905, a firma francesa Gaumont gravou vozes de atores norte-americanos, utilizando um sistema de som *Chronofone*, e apresentou uma série de curta-metragens sonorizados. Novamente, o problema foi a desincronização entre som e imagem. E para 1913, Edison anunciou que seu laboratório havia aperfeiçoado um sistema de som superior. Ele havia aumentado a sensibilidade do microfone de gravação, incrementado a capacidade de amplificação e melhorando a conexão entre fonógrafo e protetor. Após duas semanas de projeção, percebeu-se que o problema de sincronização ainda não havia sido resolvido (ALLEN, 1995. P. 155-156).

Através da empresa American Telephone & Telegraph (AT&T) o som se aperfeiçoou. Trabalhando com a subsidiária Western Electric, a AT&T procurava uma maneira de registrar e aumentar a qualidade da transmissão telefônica à longa distância. A Western experimentou um sistema tradicional de som em disco fonográfico e com o som da película, e para 1922, haviam desenvolvido um amplificador, microfone e um motor de toca-discos muito superiores. Com o nome de “som elétrico”, esses inventos produziam volume e tom muito superiores à produção acústica da época. Em 1923, AT & T decidiu potencializar os recursos destes inventos. Um fonógrafo elétrico era uma das possibilidades mais evidentes, mas outra alternativa era a utilização do som no cinema. Este último foi o caminho seguido pela empresa, que posteriormente se uniu à Warner Bros. A Warner só passou a comercializar filmes sonorizados quatro anos depois, quando criou a Vitaphone Corporation. Somente em 1926 o ritmo de produção de filmes com som era satisfatório, e o estúdio abriu a temporada cinematográfica de 1927 com oito filmes, que apresentavam cantores de óperas e concertistas. Após um período de qualificação das salas cinematográficas (elas precisavam se adaptar à nova tecnologia),

em setembro de 1927 a Vithaphone deu início ao primeiro longa metragem, *O cantor de Jazz* (ALLEN, p.158-161). Somente no ano seguinte apareceu o primeiro filme totalmente falado, *Luzes de Nova Iorque* (*Lights of New York*).²

A novidade do som adiou o impacto da crise sobre o cinema. Em 1930, a frequência às salas de projeção foi maior que no ano anterior e, conseqüentemente, o lucro das empresas também. Foi a partir de 1932 que as coisas começaram a declinar para a indústria cinematográfica, quando cerca de um terço de todos os cinemas havia fechado, e o preço dos ingressos caíra em torno de 30% (SKLAR, p. 190).

A história de Frankenstein

Frankenstein foi contado pela primeira vez na segunda década do século XIX. Em 1818, a escritora Mary Wollstonecraft Shelley publicou o livro *Frankenstein ou o moderno Prometeu*.³ Segundo Shelley, a história surgiu de uma aposta feita em 1816, entre ela e Lord Byron. Depois de uma conversa sobre doutrinas filosóficas, sobre a natureza do princípio da vida, a autora vislumbrou uma história realmente assustadora (SHELLEY, 2000. p. 14-18). Imaginado o cerne da história, a escritora logrou criar um livro que foi um dos primeiros sobre ficção científica e explorou os progressos da ciência e os obscuros destinos que ela pode propiciar. Na narrativa, o cientista e médico Victor Frankenstein consegue criar um outro ser vivo, feito à imagem do homem. A experiência não tem sucesso, e o ser criado é uma criatura pavorosa, de feições distorcidas: o Monstro.

A história que o filme conta foi adaptada de uma peça teatral. Desde a época do lançamento do livro, outras peças haviam sido realizadas. A primeira delas data de 1823, apresentada por Richard Peek.⁴ Mas a peça que mais influenciou a produção do filme foi uma versão escrita em 1927, chamada *Frankenstein: an adventure in the macabre* (*Frankenstein: uma aventura ao macabro*) escrita por Peggy Webbing, e realizada em Londres. Nesta peça, a maquiagem do Monstro foi muito efetiva, e o ator Hamilton Deane, que fazia o Monstro incorporou sapatos enormes e desajeitados, para parecer ainda maior - um truque utilizado também na versão fílmica. Na produção

² A problemática da inserção do som no cinema foi explorado cinematograficamente pelo filme *Cantando na Chuva* (*Singing in the rain*, 1952).

³ Pela mitologia, Prometeu era um dos titãs, uma raça gigantesca que habitou a Terra antes do homem. Ele e seu irmão Epímeteu foram incubidos de fazer o homem e assegurar-lhe, e aos outros animais, todas as faculdades necessárias à sua preservação. (BULLFINCH, 2000. p. 22).

⁴ Informação obtida do documentário *Como Hollywood fez um Monstro: arquivos de Frankenstein*. Presente no filme em DVD.

teatral, a cena da criação não utilizava nenhum dos efeitos que posteriormente se tornariam comuns no cinema. A criatura simplesmente estremecia, movia-se e se levantava. O único truque foi uma iluminação bem trabalhada (SCHATZ, 1991. p. 105).

Em 1931, a Universal Studios, que estava sendo administrada por Carl Laemme Jr. começou a investir e posteriormente se especializar nos filmes de horror. Era a receita para a empresa superar a crise. Foi dessa maneira que surgiram os filmes *Drácula* (*Dracula*, 1931), *Frankenstein* (*Frankenstein*, 1931), *A múmia* (*The mummy*, 1932), *Assassinatos na Rua Morgue* (*Murders in Rue Morgue*, 1932) entre outros. Todos esses filmes foram protagonizados pelos atores Boris Karloff ou Bela Lugosi. A primeira produção de horror da Universal foi *Drácula*. A película começou a ser filmada no outono de 1930, e tudo correu tão bem que mesmo antes do lançamento, o administrador Carl Laemmle Jr. fechou negócio com *Frankenstein*. (SCHATZ, p. 104)

Para a direção de *Frankenstein* foi inicialmente escalado Robert Florey. Nascido na França, Florey tinha experiência no cinema europeu e concebeu um filme de estilo francamente expressionista. A inspiração veio de filmes como *O Golem* (*Der Golem*, 1922), e *Gabinete do Doutor Caligari*. Por uma política de estúdio, ele foi substituído logo no início da produção por James Whale. Whale era um diretor com mais experiência no teatro e na sonorização. Ao diretor Robert Florey, enviado para outras obras, coube direcionar seu entusiasmo a outro filme, também de estilo expressionista. Baseado no conto de Allan Poe, surgiu *Assassinatos da Rua Morgue* (*Murders in Rue Morgue*, 1932), onde Bela Lugosi atuou como cientista louco. Florey, no entanto, deixou elementos expressionistas em *Frankenstein*.

James Whale havia trabalhado com um ator inglês chamado Colin Clive em uma peça teatral de sucesso, *A Journey's end* (SCHATZ, p. 105-106). Surgiu assim a base do elenco para o filme. O único empecilho foi criado pelo ator Bela Lugosi. O estúdio não ficou entusiasmado com sua interpretação contida da criatura. Lugosi também não concordou com a idéia de interpretar o Monstro. Whale, à procura de outro ator, esbarrou em Boris Karloff, também inglês, que já havia feito cerca de oitenta filmes.⁵ O que atraiu o diretor foi a expressão ameaçadora e sensível do ator. Entrou então em cena o maquiador da Universal, Jack Pierce, criador da assustadora visão do Monstro.

⁵ Essa informação foi dada pela filha de Boris Karloff no documentário *Como Hollywood fez um Monstro*. De acordo com ela, *Frankenstein* foi 81º. filme do ator, que já estava há dez anos em Hollywood. O ator, a princípio, ficou com o orgulho ferido por ter sido escolhido para o papel, mas depois aceitou bem a missão.

Frankenstein aproveitou bem os recursos sonoros e o choque que o cinema podia proporcionar na época. Buscando atingir diretamente as emoções dos espectadores, o diretor utilizou portas rangendo, sons de terra sobre caixões, uivos misteriosos, trovões, gritos, barulhos de cordas. O filme mostrou cenas escuras, com cadáveres, forcas, práticas médicas e de tortura. O clima de horror foi ainda mais explorado pela cena pós-produção incorporada pelos diretores. Antes de o filme iniciar, o ator Edward Van Sloan (o personagem Dr. Waldman da película) faz um discurso que aumentava ainda mais a expectativa do público: *O Sr. Carl Laemmle acha que seria indelicado apresentar este filme sem uma palavra amiga de advertência. Estamos prestes a expor a história de Frankenstein, um homem da ciência que procurou criar um ser à sua própria imagem, sem prestar contas à Deus. É um dos contos mais estranhos jamais contado. E trata de dois grandes mistérios da criação: vida e morte. Acho que os emocionará. Poderá chocá-los. E até horrorizá-los. Se um de vocês não quiser sujeitar seus nervos a tal tensão, agora é sua chance de... bem, nos avisamos.*⁶ Esse prólogo foi adicionado pelo produtor, por um temor real de que o filme fosse muito forte para o público nervoso por causa da Depressão.

O que marca a produção foi a atuação de Boris Karloff, que se tornou uma das imagens mais reconhecíveis do século XX. É necessário destacar que a maioria do público conhece a história de Frankenstein através do cinema, e confunde o nome das personagens. Frankenstein é associado à criatura e não ao cientista criador. As interpretações de determinados atores atingem a população geralmente criando ícones culturais. Ao se pensar em Frankenstein, imagina-se a figura interpretada por Boris Karloff como Monstro. Bela Lugosi, outro grande ator da época, também se tornou o eterno Drácula, do filme de 1931. Ambos os atores são exemplos da associação entre estrela e personagem, e estrela e gênero. As *personas* cinematográficas ficaram fixadas para sempre, de modo que é inconcebível que outros atores tenham sido Frankenstein ou Drácula (SCHATZ, p. 106).

O filme inicia com seqüências em um cemitério. Escondidos atrás de um túmulo, o Dr. Henry Frankenstein (Colin Clive) e o anão corcunda Fritz (Dwight Frye, o Reinfield da versão de *Drácula*) observam um sepultamento. Ao fim da cerimônia, eles desenterram o falecido e roubam o cadáver. Em seguida, rumam para um patíbulo, onde outro morto jaz enforcado.

⁶ Trecho retirado dos primeiros minutos da película em DVD.

Nenhum dos corpos satisfaz o Dr. Frankenstein, pois lhe faltava o mais importante: um cérebro apropriado. Com as dificuldades para conseguí-lo em boas condições, Fritz é incumbido de uma importante tarefa: roubar um cérebro da Escola de Medicina. No local existem dois: um perfeitamente normal, e outro anormal, com disfunções. O professor Waldmann (Edward Van Sloan) havia explicado a seus alunos as causas da disfunção: a escassez de circunvoluções e degeneração no lóbulo frontal. Problemas que se refletiam na vida brutal do homem a quem o cérebro pertencia: um assassino violento.

Na hora do roubo, Fritz deixa cair o cérebro são, que se despedaça no chão. Impotente diante da cena, ele opta pela única alternativa: pegar o cérebro anormal. Começa aqui a carreira trágica do ser criado por Frankenstein, que prossegue até o final do filme.

Na seqüência seguinte, temos a criação do Monstro. Elizabeth (Mae Clark), a noiva de Henry, o amigo Victor e o Prof. Waldmann, preocupados com o desaparecimento de Frankenstein, vão até o laboratório. O local de trabalho é uma torre isolada. Chegando lá, ele está terminando sua experiência e não deixa ninguém entrar. Elizabeth insiste. Victor acusa o cientista de estar ficando louco. Indignado, Henry Frankenstein proclama: *“Louco? Vocês verão. [...] Um homem louco e três espectadores são!”* Dando continuidade à experiência, ele logra dar vida à criatura, sob o olhar atônito dos assistentes. Aos gritos, brada: *“Vivo, está vivo! [...] Pelo amor de Deus... agora sei como é se sentir um deus!”*.

Com o auxílio da eletricidade gerada por relâmpagos, o Monstro ganha vida. Durante seus primeiros dias de vida, ele é mantido na escuridão completa. Posteriormente, ao conversar com o Dr. Waldmann, Henry explica a sua intenção ao criar o ser: *“Onde estaríamos se ninguém tentasse descobrir o que está mais além? Você nunca quis olhar além das nuvens e estrelas ou saber o que faz as árvores florirem e o que transforma a escuridão em luz? Se falar dessa forma, será considerado louco!”*.

Fritz vive atormentando o Monstro com fogo e chicotadas, até que em um momento, é morto pela criatura. Frankenstein decide então destruir sua criação. Ele e o Prof. Waldmann conseguem dopá-lo com uma injeção. Waldmann decide fazer uma autópsia no Monstro. Enquanto isso, Frankenstein se afasta do laboratório, ao preparar seu casamento com Elizabeth. Mas o Monstro não está morto. Pelo contrário, ele assassina Waldmann antes da autópsia iniciar, escapando em seguida.

Durante a fuga, ele acaba encontrando a menina Maria (Marilyn Harris), que se diverte à beira de um lago. O Monstro está feliz. Ele

brinca com a menina e joga flores no lago. Quando as flores acabam, ele joga Maria no lago, que morre afogada.

Na cidade, Frankenstein está nos últimos preparativos para o casamento, quando recebe a notícia que Waldmann foi assassinado na torre. É quando o Monstro finalmente consegue encontrar seu criador. No dia do casamento de Frankenstein, ele tem a noiva atacada pela criatura, que foge em seguida. Ao mesmo tempo, no centro do vilarejo, o pai de Maria carrega o corpo em seus braços, clamando por justiça ao assassinato da filha.

A cidade toda sai em perseguição ao Monstro, que, acuado, se refugia em um moinho abandonado. Neste local, há uma luta física entre Frankenstein e o Monstro, criador e criado. Henry acaba caindo do sótão do moinho. Os perseguidores ateam fogo ao moinho, e o Monstro morre queimado. A última seqüência mostra Henry Frankenstein em convalescença, ao lado de Elizabeth.

Análise da obra

Do livro original de Frankenstein, pouca coisa permaneceu. Apenas a idéia central de criar um homem novo, e alguns dos nomes das personagens. O Dr. Victor do livro, que no filme se tornou Henry Frankenstein, Elizabeth e o Monstro.

Durante a cena de abertura, um detalhe bastante significativo acontece. Enquanto desenterra um corpo para sua experiência, o Dr. Frankenstein joga uma pá de terra no rosto de uma estátua que representa a morte. Talvez a ação tenha sido proposital ou talvez não - mas reflete exatamente os objetivos da história: a vitória da vida sobre a morte.

Várias das cenas do filme foram censuradas, por serem consideradas assustadoras demais. A mais significativa, porém, é a cena da criação do Monstro, quando Frankenstein grita "*Oh, Deus! Agora sei como é me sentir Deus!*". A Legião da Decência,⁷ um grupo católico pressionou pela retirada da fala de Colin Clive, e há um corte físico no filme nesse trecho. Na época já havia um código de padrões morais (Código de Produção de 1930) que ia tão longe quanto podia no sentido de expressar o ponto de vista dos bispos católicos sem converter os filmes cinematográficos em teologia popular (SKLAR, p. 203). Além desta parte, foram também censuradas as

⁷ A liderança em torno da disputa da censura foi assumida, no início da década de 30, por clérigos católicos que possuíam unidade de ideologia e organização. Em 1933 foi fundada oficialmente a *Legião de Decência*, que buscava coordenar uma campanha destinada a boicotar os filmes que a igreja católica considerasse indecentes.

cenas de tortura do Monstro infligidas pelo corcunda Fritz. Figuram ainda o afogamento de Maria e a cena de aplicação de uma injeção, filmada em *close*.

O Monstro é criado em um laboratório repleto de aparelhos e máquinas mirabolantes. O design futurista do laboratório foi elaborado pelo inventor Kenneth Strickfaden. Esse laboratório influenciou todos os laboratórios posteriormente utilizados em filmes.⁸

A vida ao Monstro é conferida pela eletricidade.⁹ No livro, contudo, a autora Mary Shelley não havia descrito nenhum laboratório, tampouco se aproximado de um local específico cheio de aparelhos. A descrição do momento da “criação” do ser é a seguinte:

Foi numa noite lúgubre de novembro que contemplei a realização de minha obra. Com uma ansiedade que quase chegava à agonia, recolhi os instrumentos a meu redor e preparei-me para o ponto culminante do meu experimento, que seria infundir uma centelha de vida àquela coisa inanimada que jazia diante dos meus olhos. A chuva tamborilava nas vidraças. Então, deu-se o prodígio.

À luz bruxuleante da vela quase extinta, vi abrirem-se os olhos amarelados e baços da criatura. Respirou. Sim, respirou com esforço, e um movimento convulso agitou-lhe os ombros (SHELLEY, p. 59).

Simplemente, não há nenhum laboratório, nem a utilização de raios, relâmpagos ou eletricidade. É uma descrição bastante vaga, que deixa grande valor à imaginação do leitor. Atualmente estamos tão acostumados com o filme da Universal, com todos os aparatos elétricos, que não concebemos algo que seja diferente.¹⁰ No livro, nenhuma explicação é destinada ao momento de “dar vida” à criatura. Talvez ela seja feita através de magia negra, de procedimentos médicos, ou até mesmo de energia elétrica. A própria autora, em seu depoimento, diz que imaginou “um páldio estudioso das artes profanas ajoelhado junto à coisa que ele tinha reunido. Eu via o horrível espectro de um homem estendido, que, sob a ação de alguma máquina poderosa, mostrava sinais de vida e se agitava com um movimento meio vivo, desajeitado”.¹¹

⁸ Informação retirada do documentário *Arquivos Frankenstein: Como Hollywood fez um Monstro (The Frankenstein Files : How Hollywood made a Monster)*. Dirigido por David J. Skall, em 1999, e presente na versão em DVD do filme *Frankenstein*.

⁹ Influências provenientes das experiências realizadas no século XVIII pelo médico italiano Luigi Galvani, acerca da base elétrica dos impulsos nervosos.

¹⁰ Até mesmo a versão mais fiel ao livro, dirigida por Kenneth Branagh em 1994 (*Frankenstein de Mary Shelley - Mary Shelley's Frankenstein*) apresenta um laboratório. Contudo, neste filme a vida não vem do relâmpago, mas da energia de diversas enguias elétricas.

¹¹ Essas asserções foram feitas pela autora em um prefácio de edição em 15 de outubro de 1831. (SHELLEY, p. 17).

A cena da morte da menina Maria é o momento no qual transparece a tragédia do Monstro. Ele não pode ser considerado um criminoso por isso, pois não conhece as regras do mundo. É desajeito e inocente - uma criança em crescimento, abandonada por seu criador. Neste momento, ele pode ser até considerado simpático. Um toque de compaixão se apresenta em relação ao Monstro. Ele é um objeto digno de pena, pois não pediu para ser trazido ao mundo, e é condenado pela sua aparência.

Posteriormente o Monstro virou um dos símbolos da Universal, e o estúdio passou quatro anos planejando um retorno. Esse retorno veio com *A noiva de Frankenstein* (*Bride of Frankenstein*, 1935), com Boris Karloff novamente no papel de Monstro, desta vez falando. Nesta versão o Dr. Henry Frankstein (Colin Clive) constrói um par para o Monstro. O filme ainda traz outros elementos da história de Mary Shelley que não haviam sido explorados na versão de 1931.

Em 1939 aparece *O filho de Frankenstein* (*Son of Frankenstein*, 1939), com Basil Rathbone no papel do Barão Wolf Von Frankenstein. Boris Karloff foi pela última vez o Monstro, contracenando com Bela Lugosi, o corcunda Ygor. Após essas continuações ainda surgiram inúmeras outras, nos anos seguintes: *O fantasma de Frankenstein* (*The ghost of Frankenstein*, 1942), *Frankenstein encontra o Lobisomem* (*Frankenstein meets the Wolf Man*, 1944), *a Casa de Frankenstein* (*The House of Frankenstein*, 1945), como exemplos.

Frankenstein foi um dos filmes de maior bilheteria da década de 30 nos Estados Unidos. Com um custo de 262 mil dólares, faturou acima de 12 milhões (RUIZ, 2002). Boris Karloff tornou-se um mito perene. O filme utilizou vários truques para atrair ainda mais a atenção do público: ambulâncias na frente dos cinemas, enfermeiras no saguão, tônicos para problemas dos nervos.¹² Indiferente a estes artifícios, o filme foi censurado completamente em diversos países, tais como a antiga Tchecoslováquia, Itália, Suécia e Sul da Austrália, entre outros. Ao mesmo tempo, bateu recorde de bilheterias nos Estados Unidos. Figurou como um entre os “Dez Mais” da lista do *New York Times* da época. Frankenstein realmente venceu a morte, e traduziu durante os anos da crise uma idéia importante: as pessoas gostam de ver tragédias quando estão deprimidas.

O diretor do estúdio Carl Laemmle acertou ao não deixar que o diretor James Whale matasse a criatura nem seu criador - um erro que ele já lamentava ter ocorrido com *Drácula*. A cena de encerra-

¹² A utilização desses elementos foi explorada pelo filme *Matinê, uma sessão muito louca* (*Matinee*, 1993), um tributo ao diretor de filmes de horror da década de 1950, William Castle.

mento do filme é a recuperação de Henry Frankenstein, deitado em sua cama, ao lado de Elizabeth. Um final feliz, mensagem para o público da Depressão que tudo também acabaria bem na crise econômica que assolava o país.

A loucura no filme

A loucura que se testemunha no filme é proveniente de uma degeneração fisiológica do cérebro. Ao explicar as diferenças entre o cérebro normal e anormal, o Prof. Waldmann atribui características organicistas aos distúrbios mentais.

A explicação para essa importância do cérebro está relacionada a dois eixos: um que se relaciona à história da psiquiatria, e outro que se relaciona à história do filme. Ambos se interligam e se tornam, de certa forma, coerentes com o enredo do filme. Em primeiro lugar, na década de 1930, o Dr. John Fulton, da Universidade de Yale, fez descobertas importantes sobre o papel dos lobos frontais e temporais do cérebro no controle do comportamento emocional e agressividade. Antes disso, porém, já se sabia que o lóbulo frontal faz parte do córtex cerebral - local do cérebro que arquiva e analisa as informações recebidas. Mais especificamente, o lóbulo frontal está ligado ao funcionamento intelectual superior, armazena memórias e é o órgão essencial do raciocínio abstrato e da fala. De sua integridade, depende a noção de moral e humor do indivíduo. A segunda parte do lóbulo frontal - a porção que fica mais próxima à área do lóbulo parietal é a área motora, onde têm origem os impulsos motores (ALEXANDER, 1968. p. 359).

Em segundo lugar, a escolha do cérebro justifica as atitudes violentas da criatura já logo no início da trama. Além de prejudicar a inocência nata do Monstro, ela possibilita e ratifica uma série de acontecimentos que estão relacionados diretamente à figura interpretada por Karloff. O Monstro é desprovido de fala, sua coordenação motora é ineficiente e ele sofre de ausência moral. A loucura, de causa organicista, justifica todos os atos de um indivíduo. Essa proposta organicista da doença mental foi contrária à tendência psicanalista que vinha crescendo na época, e se voltou para uma psiquiatria que considera as razões da doença puramente fisiológicas. Essa tendência pôde ser sustentada por um retorno à medicina organicista que ocorreu em meados da década de 10 e influenciou a década de 20.

As idéias da importância da fisiologia do cérebro vêm das obras do cientista Prêmio Nobel em 1904 Ivan Petrovich Pavlov. Pavlov buscava teorizar e explicar cientificamente o comportamento humano

integrado às teorias da Neurofisiologia, um trabalho que só foi publicado em 1932, mas de cujas indicações começam em 1901. Foi neste ano que Pavlov iniciou uma análise e busca da explicação da “conduta e do trabalho mental do Homem”. A ele interessava explicar fisiologicamente em que se distingue a função nervosa superior do homem e, para isso, valeu-se de dois recursos: “estudar o comportamento (atividade nervosa superior) dos antropóides e observar comportamentos de seres humanos, com sua função função nervosa superior, decomposta ou desintegrada em elementos mais simples” (PAVLOV, 1979. p. 10-11) O segundo recurso foi fornecido pelos cientistas Timofeev e Golovina, que com outros médicos e auxiliares, cuidavam na cidade de Hudelnaia de um serviço de atendimento a doentes mentais, que Pavlov começou a visitar sistematicamente, em 1917. Daí se originaram as observações que serviram de base a sua contribuição para a teoria e a prática psiquiátrica, inaugurada com uma publicação de 1919. O trabalho, intitulado “A Psiquiatria Auxiliar da Fisiologia dos Grandes Hemisférios” trouxe a idéia de que a utilidade psiquiátrica é um critério de veracidade da teoria fisiológica. (PAVLOV, p. 11).

Além das idéias de Pavlov, outra corrente filosófica se observa no filme. A violência e o crime tiveram suas raízes no próprio Monstro. Por isso, a melhor solução para resolver o problema seria matá-lo. Destas características, pode-se notar que possui traços da Eugenia. A Eugenia surgiu a partir das idéias do cientista Francis Galton, primo de Darwin, empolgado com o trabalho de seu primo e com a recente redescoberta das experiências realizadas pelo monge Gregor Mendel. A Eugenia brotou como uma nova disciplina, baseada na genética mendeliana e na teoria da evolução das espécies de Darwin, ao propor a melhoria genética da raça humana sob a tutela das “autoridades científicas”, acelerando assim o papel da natureza (BLACK, 2003. p. 55-59).

Galton lançou as bases da eugenia após publicar o livro *Hereditary Genius* (Gênios hereditários), no qual defendia que “talento e capacidade são heranças genéticas”. Como prova disto, usava o argumento de que as melhores famílias inglesas produziam os cidadãos mais destacados, e se auto-incluía no próprio exemplo, clamando seu parentesco com Darwin. O que de fato hoje se consideraria como condição privilegiada de certas classes sociais foi visto como aptidão natural por Galton.

O primo de Darwin postulava que a condição genética humana seria fundamental para a melhoria das próximas gerações e inventou uma matemática eugenista, onde tentava classificar as pessoas de acordo com a sua excelência genética. De acordo com Galton, as

pessoas de “sangue ruim”, ou seja, geneticamente inferiores, só eram capazes de piorar as características genéticas de seus descendentes, não importando a qualidade do cônjuge do ponto de vista genético, ou, em termos mais prosaicos, se tivesse o “sangue bom”. Disso inferiu um dos princípios dessa matemática que postula o seguinte:

SANGUE BOM + SANGUE RUIM = SANGUE RUIM
 SANGUE BOM + SANGUE BOM = SANGUE MELHOR
 SANGUE RUIM + SANGUE RUIM = SANGUE PÉSSIMO

Galton então batizou a recém-criada ciência de eugenia (do grego, bem nascer). Ao chegar a estas conclusões, Galton passou a desejar que o Estado controlasse os casamentos, só o permitindo àquelas pessoas consideradas superiores. Eis então a *eugenia positiva*, ou seja, a melhoria da raça através da união de pessoas consideradas geneticamente superiores.

Não obstante Galton dizia: “O que a Natureza faz de forma cega, lenta e impiedosa o homem deve fazer de modo providente, rápido e bondoso” Além disso, o cientista se mostrava claramente contra a reprodução dos “degenerados”: “Nenhum progresso ou intervenção social poderia ajudar o incapacitado” (BLACK, 55-59).

A Eugenia teve forte influência nos Estados Unidos, principalmente na virada do século XX, e até a década de 1930 ela pôde ser observada. Embora não transpareça diretamente no filme, suas implicações no controle da doença do Monstro são bem palpáveis. Por fim, por suas características físicas e mentais, o Monstro acaba morrendo. Pode-se dizer, assim, que a conduta da criatura resultou não de circunstâncias sociais, mas de uma condição biologicamente determinada, ou seja, organicista.¹³

¹³ A eugenia também teve influência no Brasil. Através de uma organização chamada *Liga Brasileira de Higiene Mental*, fundada no Rio de Janeiro em 1923, pelo psiquiatra Gustave Riedel. Mas foi de 1928 a 1934 que os psiquiatras ligados à L.B.M.H. definiram-se como higienistas. As ações do grupo se ligaram à Eugenia e a higiene mental atingiu cientificamente o campo social (COSTA, 1976. p. 31-35).

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, F. G.; SELESNICK, S. T. *História da Psiquiatria*. São Paulo: Ibrasa, 1968.
- ALLEN, R. ;GOMERY, D. *Teoria y práctica de la historia del cine*. Barcelona: Paidós. 1995
- BLACK, E. *A guerra contra os fracos*. Rio de Janeiro: Girafa. 2003.
- BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Documentário. 1976.
- FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PAVLOV, I. P. *Psicologia: textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1979.
- REMOND, R. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- RUIZ, E. A. *História no cinema: ciência e horror na cultura de massas (1910-1935)*. *Anais da XXIII Reunião da SBPH*. Reunião anual da SBPH. Curitiba: 2003.
- SCHATZ, T. *O gênio do sistema: a era dos estúdios em Hollywood*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- SHELLEY, M. *Frankenstein*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- SKLAR, R. *História social do cinema americano*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- WARREN, H. G. *Herbert Hoover and the Great Depression*. New York: The Norton Library, 1967.



NA TELA E NA VIDA: cinema e modernização urbana em Criciúma nos anos 50 e 60

Braulio Moraes Neto¹
João Batista Bitencourt²

Resumo:

O cinema foi um sedutor componente da revolução tecnológica do final do século XIX, nele se encontra a mesma lógica de aplicação do saber científico ao maquinismo vista na produção industrial. O presente artigo busca analisar a implantação e o desenvolvimento do cinema na cidade de Criciúma, sul de Santa Catarina, observando sua instalação enquadrada em um processo de modernização urbana.

Palavras-chaves: cinema - modernidade - urbanização.

Abstract:

Cinema was a seductive component of the technological revolution in the end of the 19th century, the same scientific knowledge logic of application to mechanism used in industrial production can be found in cinema. The present article aims at analysing the introduction and development of the cinema in the city of Criciúma, in the south of Santa Catarina, observing its installation within an urban modernization process.

Keywords: cinema - modern times - urbanization.

Imagens que se movem, imagens do novo

O secular ser das trevas recupera o prazer de observar um amañecer. Depois de mordido por Lestat, Louis, o melancólico imortal do filme de Neil Jordan, *Entrevista com o vampiro*, encontra um acalanto para sua sombria existência nos “magníficos estranhos” criados pela a tecnologia daquela “maré de modernidade”. Um novo mundo se afigurava com incríveis máquinas e, por meio de uma delas, pôde o vampiro admirar novamente o sol nascer. Uma falsa luz de uma maravilha mecânica permitiu a ele, pela primeira vez em duzentos anos, contemplar a alvorada.

Os engenhos fabulosos que, na ficção, encantaram Louis e deram um sopro de vida à sua enfadonha eternidade, são frutos da revolução científico-tecnológica do fim do século XIX e início do século

¹ Acadêmico do Curso de História da Unesc e bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIC-IV).

² Doutor em História e Professor dos cursos de História e Arquitetura e Urbanismo da Unesc. E-mail: <jbbit@pop.com.br>

XX, quando surgiu um enorme leque de novas invenções, como: aeroplano, automóvel, telégrafo, fotografia, cinematógrafo (cinema). Os novos inventos tiveram como aliados propulsores a energia elétrica e o petróleo, que propiciaram o advento da chamada “Segunda Revolução Industrial”. Com as inovações tecnológicas, principalmente nas grandes cidades, o cotidiano das pessoas começou a mudar, comportamentos sociais e percepção de mundo igualmente foram alterados (FABRIS, 1994). O novo, o moderno, causava nas pessoas um clima de euforia, mas ao mesmo tempo, um medo do desconhecido. O registro feito pelo escritor Máximo Gorki de sua impressão ao assistir o filme *A chegada do trem na estação*, em uma das primeiras exibições ocorridas na Europa, retrata bem o pânico que a novidade causava aos olhares não habituados com as imagens em movimento:

De repente há um estalo, tudo se apaga e um trem numa ferrovia aparece na tela. Ele dispara como uma flecha na sua direção - cuidado! A sensação que se tem é como se ele se arremessasse na escuridão até onde você está sentado e fosse reduzi-lo a um saco de pele estropiado... e destruir esse salão e esse prédio... tornando tudo em fragmentos e pó... (Máximo Gorki. Apud: SEVCENKO, 1998. P. 517)

Encantamento e sedução, pavor e insegurança diante do desconhecido. Mas, sobretudo, encontra-se no período um entusiasmo com a potencialidade do engenho humano vista na ciência aplicada ao maquinismo. O rápido processo de industrialização contribuiu para uma enorme concentração de trabalhadores nas grandes cidades, que começaram a se organizar e reivindicar melhores condições de vida, melhores salários e folgas nos fins de semana que, a custo de muitas lutas e greves, conseguiram algumas vitórias. E agora, o que fazer com esse tempo livre e com o pouco dinheiro disponível ao lazer? Naquele momento uma das opções de divertimento às pessoas menos abastadas era o cinema, pois ir a teatro, ópera e salões de belas artes era possível somente para as pessoas com considerável poder aquisitivo (SEVCENKO, 2001. P. 60-93).

O cinema faz parte do mesmo processo científico-tecnológico que gerou o surto da maquinaria e desencadeou uma produtividade jamais vista. Sua invenção deu-se no final do século XIX e a primeira projeção pública com o cinematógrafo foi no dia 28 de dezembro de 1895, em Paris, com os irmãos Lumière. Foi um grande sucesso e, depois daí, não parou de crescer. Alguns empresários viram a chance de investir nesse

novo ramo de negócio, a indústria do entretenimento rendeu uma enorme fortuna. Pois o cinema encaixava-se dentro daquela nova visão de mundo que estava se formando; as grandes metrópoles, o cotidiano agitado, o mundo se movendo cada vez mais rápido. O cinema, com suas imagens em movimento, fantástica fantasmagoria capaz de criar ilusões perfeitas ao olhar e reproduzir em uma sala escura cenas do mundo exterior, proporcionava às pessoas as mesmas vertigens experimentadas na vida moderna. Outro fator importante, que deixava as pessoas deslumbradas quando iam ao cinema é a própria questão tecnológica. Isto é, não era só pelo fato de ver as imagens em movimento, mas para admirarem a nova técnica usada pelos irmãos Lumière em seu novo aparelho, o cinematógrafo, esse mais moderno que o kinetoscópio.³ Entender o cinema como fruto e construtor desse novo mundo, o mundo moderno, pressupõe analisá-lo sob duas perspectivas: a primeira o próprio aparelho, o cinematógrafo, uma invenção moderna com técnica avançada; a segunda, como opção de lazer, as pessoas nas salas de cinema, um ambiente onde em um dado momento diante daquela tela branca surgiu um mundo de fantasias, um mundo de sonhos, representados nos filmes exibidos. As pessoas ali diante aquela novidade, umas maravilhadas, orgulhosas, outras confusas e com medo, sensações essas causadas pelo pavor do desconhecido, do moderno, e ao mesmo tempo com vontade de se entregar a essas novidades.

No Brasil, o cinematógrafo chegou em julho de 1896 no Rio de Janeiro, capital da recente República, e em agosto do mesmo ano ocorreram as primeiras sessões também em São Paulo. As reações com o cinema no Brasil não foram, segundo Flora Sussekind, diferentes das da Europa. Para a autora “é pois, com um misto de cautela e deslumbramento diante da ‘magnífica impressão da vida real’ que se reage inicialmente ao cinematógrafo por aqui. Mais encantamento que cautela.” (SUSSEKIND, 1987. P. 41)

A chegada do cinema ao Brasil, coincide com o período de transformação que a cidade do Rio de Janeiro viria a sofrer nos próximos anos com a modernização urbana. A República ascendeu juntamente com a euforia dos bons resultados que o café alcançava no mercado mundial, alavancando uma elite mais cosmopolita que queria apagar com os resquícios do país imperial e nativista. Nesse processo, o cinema foi de fundamental importância, pois já em 1898, deu-se as primeiras gravações locais, dando início a uma produção cinematográfica brasileira. Em 1911, já se computava várias produções nacio-

³ Aparelho inventado por Edison, em 1894, o qual reproduz o movimento por meio da passagem rápida, em frente à retina, de uma série de fotografias instantâneas, visto somente por uma pessoa.

nais, com diversos filmes de documentário e ficção, dentre eles: *Os estranguladores do Rio* (1908), de Antônio Leal, e *A viúva alegre* (1909), de Eduardo Leite e Américo Colombo. Esse momento inicial ficou conhecido como a *Belle époque* do cinema brasileiro, pois a partir de 1912 o predomínio da produção cinematográfica dos filmes exibidos no Brasil ficou por conta dos norte-americanos. O entusiasmo com a produção brasileira dos primeiros tempos fez crescer o público nos cinemas. Em 1905, no Rio de Janeiro já de cara nova com a inauguração da avenida Central, foram inaugurados vários estabelecimentos dirigidos à exibição de filmes, construções com suas arquiteturas modernas que contribuíam na mudança da paisagem urbana da cidade cartão postal do Brasil (SUSSEKIND, 1987. P. 41).

O contexto em que surge o cinema, sugere então pensar que uma nova ordem estava se estabelecendo no mundo ocidental, a ordem do capitalismo industrial, da aceleração, da modernidade, que implica em grandes transformações urbanas e uma nova percepção de mundo. No Brasil essas transformações começaram pela Capital. O Rio de Janeiro passou por uma remodelação urbana, partes da velha cidade são postas a baixo com o prefeito Pereira Passos, para emergir um novo Rio, uma cidade nos moldes da Paris de Haussmann, não só no aspecto urbano mas também no social e cultural, inclusive. O Brasil estava entrando no “mundo civilizado” e, ser civilizado, moderno, era absolver os costumes europeus, mais precisamente parisienses, e por consequência negar um Brasil colonial, “atrasado”, “selvagem”. Esse período ficou conhecido tanto na Europa como no Brasil como a *Belle époque* (NEEDEL, 1993).

Imagens em movimento na cidade do progresso

Na década de 1940, com o aumento na produção de carvão, Criciúma dava os primeiros passos no sentido adentrar aos sonhos de prosperidade do mundo moderno e, com isso, começavam a aparecer os sinais de alteração na urbanização da cidade. Marshall Berman lembra que a modernidade se traduz num movimento convulsivo de renovação e mudanças, amparado no desejo de progresso, que se estendeu aos mais deferentes pontos do planeta. Resguardadas as proporções, é possível conferir o “turbilhão” de que fala o autor expressar-se na cidade a partir daquele período:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a indus-

rialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades (BERMAN, 1992. P. 16).

Naquela época o mundo estava em guerra e medidas de proteção ao carvão foram implantadas por parte do Governo Federal, também a construção da usina de Volta Redonda da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN elevou o consumo de carvão. Com isso intensificou-se a exploração do minério em Criciúma, levando a construção de novas linhas da estrada de ferro na região para o escoamento do produto e também para o transporte de mercadorias e pessoas. Esses fatores contribuíram para o aumento de emprego no município, atraindo muitas pessoas das cidades vizinhas e gerando um grande impacto na cidade com o aumento da população, que praticamente duplicou da década de 1940 para o decênio seguinte (CAROLA, 2002. P. 15-26).

Criciúma estava crescendo, em torno de todas as atividades que envolviam a economia do carvão e com a mobilidade que a estrada de ferro propiciava ao transporte em geral. Em torno da estação ferroviária central, constituiu-se uma intensa atividade comercial, com a instalação de bares, lojas, relojoarias, hotéis, cinema, entre outros estabelecimentos, destacando-se a Rua João Zanette, que ligava a estação ferroviária com a Praça Nereu Ramos, definindo um traço marcante da formação urbana característica do centro da cidade.

O cinema, que aqui particularmente nos interessa, estava inserido naquele contexto e podemos observá-lo sob dois aspectos. Havia um clima de euforia rondando aquele momento, os números crescentes da produção carbonífera davam asas aos sonhos de prosperidade e modernização, dizia-se que o progresso estava chegando na cidade, que Criciúma precisava e queria ficar moderna. Alguns elementos da modernidade que Criciúma “precisava” eram trazidos dos grandes centros, entre eles o cinema, pois era quase que inexistente algum tipo de entretenimento para a grande massa. No setor econômico a cidade estava indo de vento em poupa, com a indústria do carvão. Porém, faltavam outros elementos de composição da “cidade grande” que se desejava. Assim, algumas pessoas abastadas que viajavam para os grandes centros, tinham contato com o cinema e se deslum-

bravam com as imagens em movimento, quando retornavam contavam aos amigos e, aos poucos, criou-se a “necessidade” de um estabelecimento para projeção de filmes. Os meios de comunicação também traziam informações sobre o cinema, como por exemplo, o rádio. Este é o primeiro aspecto.

O segundo, é o próprio prédio construído sob uma arquitetura moderna. O empresário Abílio Paulo, vendo a possibilidade de aumentar seu capital com esse novo ramo de negócio, construiu na Praça Nereu Ramos, rua João Pessoa, o primeiro prédio específico para projeção de filmes em Criciúma, ajudando assim compor o centro urbano da cidade. A edificação foi arrendada a Werner Koepsal que, em 1941, inaugurou o Cine Rovaris. O Jornal lagunense *O Albor*, em sua edição de 25 de outubro de 1941, salientou o caráter moderno da construção que respondia ao desenvolvimento experimentado no município, especificando se tratar de um “edifício moderno, elegante e construído segundo as necessidades do gênero, [que] veio satisfazer aos reclames de uma cidade florescente e que não dispensa essa espécie de recreio”.

João Abel Benedet, que se mudou para Criciúma em 1950, lembra da importância do Cine Rovaris na composição de um ambiente urbanizado na Praça Nereu Ramos e de como o local tornou-se o ponto de referência para os encontros de jovens e casais de namorados:

Assim que eu cheguei em Criciúma em 1950 existia o Cine Rovaris, aqui na Praça Nereu Ramos. Até um fato que me chama atenção é que naquela época não tinha calçamento, era tudo estrada de barro, era pírta. Só em frente do Cine Rovaris é que tinha calçamento, mais ou menos uns 20 ou 30 metros. [...] A principal atração da cidade era o cinema. A gente ia ao cinema, após o cinema a gente saía; tinha uma pracinha chamada Etelvina Luz, onde depois do cinema a gente vinha namorar. As namoradas passavam naquela calçada e o namorado acompanhava. Essa é uma passagem gostosa da época.⁴

Na segunda metade da década de 1940, o então marceneiro Mário Bebedet resolveu investir em cinema. Porém de uma forma diferente. Comprou em Porto Alegre um “projektor de filmes” e, junto com um sócio, começou a projetar filmes em salas alugadas em Criciúma. No começo o investimento não foi rentável, o projetor era movido à eletricidade e poucos lugares tinham energia elétrica. A saída foi adaptar uma bateria e, com ela, começaram a

⁴ João Abel Benedet. Entrevista concedida a Braulio Moares Neto. Criciúma, 10 de Fevereiro de 2004.

percorrer todos os bairros de Criciúma e municípios vizinhos projetando filmes. Tornou-se um negócio economicamente viável, terminado somente quando Mário Benedet abriu sua loja de eletrônica no início da década de 1950.⁵

Nesse período, a própria produção cinematográfica no Brasil estava dando sinais de sair de uma estagnação que se prolongava desde de 1912, quando ficou quase que totalmente dominada pelos americanos. Na Capital da República, o Rio de Janeiro, foi onde se protagonizou o movimento, primeiro com a Cinédia com seus musicais, depois com a Atlântida que eternizou o gênero “chanchada” (FERREIRA, 2003).

O processo de reformulação que a cidade do Rio de Janeiro passou no início do século é de extrema importância para entendermos a estagnação do cinema nacional nas primeiras décadas do século XX. Os produtores não assumiam uma forma brasileira de fazer cinema, entendiam não ser moderno produzir filmes tecnicamente inferiores. Tudo era copiado dos Estados Unidos e da Europa e, quando produziam, o povo mais humilde que eram a maioria não se identificava com os filmes “americanizados”, pois não faziam parte do seu mundo, do seu cotidiano. Visto que na época a elite carioca havia adotado uma cultura europeizada, natadamente francesa. Tudo mudou quando entrou em cena os musicais e a chanchada, filmes esses retratando bem a cara do Rio de Janeiro e conseqüentemente a do Brasil, mostrando o malandro carioca com seu “jeitinho brasileiro” e também o carnaval. Trazendo, assim, um grande público aos cinemas, um público mais simples que sempre, de uma forma ou de outra, resistia àquilo que não fosse culturalmente nacional e, dando dessa forma, um incremento na indústria cinematográfica brasileira (FERREIRA, 2003).

Enquanto isso Criciúma continuava a crescer, principalmente sua população urbana. Como afirma Dorval do Nascimento, “de fato, todo crescimento populacional do município na década de 1940 confluuiu para um crescimento da população urbana na década de 1950” (NASCIMENTO, 2004. P. 73). No início da década de 1950, já se demonstravam os primeiros indícios de que um só estabelecimento de projeção de filmes em Criciúma era pouco. O próprio Cine Rovaris, anteriormente aclamado como exemplo do crescimento da cidade, estava se tornando ultrapassado, a população sedenta pelo moderno, pelo *chic*, reivindicava algo novo. Acompanhando essa tendência, o empresário Pedro Milanez, em 1951, anunciava a intenção de construir aquele que viria a ser o prédio mais moderno na época em

⁵ Informações obtidas em conversa informal de Bráulio Moares Neto com Mário Benedet. Criciúma, 20 de Março de 2004.

Criciúma, o Cine Milanez. O jornal *Folha do Povo*, na edição de 22 de outubro de 1951, dizia: “dentro em breve será construído um moderníssimo cinema em Criciúma” e continuava:

A nova casa de diversões terá mil e cem poltronas estofadas. As obras terão início dentro em breves dias. Será o maior edifício construído até agora em Criciúma. Seu proprietário, o Sr Pedro Milanez, está trabalhando nos preparativos para o início do grande empreendimento...O seu esforço, em atividades benéficas e úteis à coletividade, somente pode merecer elogios por parte da imprensa local que deseja o progresso desta terra como uma demonstração sincera de que representa o sentir e o pensar da população.

Segundo o jornal, “o sentir e o pensar da população”, era de uma Criciúma moderna, uma cidade do futuro, onde o progresso seria cada vez maior, daí o desejo em ver uma urbanidade renovada com prédios modernos e elegantes que satisfizessem os anseios da população. E, respondendo aos clamores de modernização, lá estava novamente o cinema, juntando arquitetura moderna, em seus prédios para exibição de filmes, com novos costumes e tendências dos grandes centros, mostrando através das projeções um mundo de fantasias, um mundo do vir a ser, de sonhos e oportunidades, como sugere o filme exibido no dia 18 de setembro de 1952 no Cine Rovaris, *O Barco das Ilusões*. O anúncio de propaganda assim se refere: “Barco das Ilusões, singrando o rio Mississipi carregará destinos, sonhos, lágrimas e risos.”⁶

Para termos idéia de como era importante para o povo criciumense possuir uma Criciúma moderna, vista como uma “cidade grande” e lugar de progresso, basta atentarmos para a construção da nova estação ferroviária, erguida também no início da década de 1950. A velha estação não condizia mais com o novo *status* que a cidade havia adquirido em 1948, de capital brasileira do carvão. A nova estação representava a materialização de um novo tempo e de uma nova estética urbana, “era parte de um processo mais amplo de modernização da arquitetura do centro da cidade, que ocorreu na década de 1940 e início dos anos 50, com a demolição das casas baixas e a construção de pequenos sobrados” (NASCIMENTO, 2004. P. 109).

O descontentamento da população em relação ao Cine Rovaris era visível, esse se tornara um cinema com pouca infra-estrutura, pois se tratando do principal entretenimento da cidade, não mais satisfazia os anseios dos criciumenses e nem da cidade que era a

⁶ FOLHA DO POVO, Criciúma, 15 de setembro de 1952. p. 04.

“capital brasileira do carvão”. Assim, reclamou Beverly Godoi Costa, em sua coluna *Lares e Salões* no jornal *Tribuna Criciúmensis* de 26 de setembro de 1955:

[...] devido talvez mesmo aos nossos corações bondosos que tudo por bem recebem e tudo por bem perdoam, somos abusados, insatisfeitos até mesmo pelo nosso único divertimento domingueiro, ou seja o cinema. Já de boa vontade perdoamos, mesmo nos habituamos ao pouco conforto da nossa sala de projeção. À sua absoluta falta de estética, de graça ou mesmo de qualquer aprimoramento de bom gosto, à sua falta de higiene e ao acomodamento grosseiro de suas cadeiras [...]

Aquele que foi dito como moderno no início da década de 1940, na década de 1950 já não servia mais, pois Criciúma entrara nos moldes do capitalismo, na sociedade da aceleração, da “autodestruição inovadora”, na qual se acredita ao futuro um ambiente muito mais desenvolvido e próspero que o existente na contemporaneidade (BERMAN, 1992).

O ano de 1955 foi marcante para Criciúma, pois a construção do novo cinema, o Cine Milanez, estava se concretizando. Como já foi mencionado o “velho” Cine Rovaris estava ultrapassado. Através da imprensa escrita local, nota-se a ansiedade do povo criciúmensis em ver o novo espaço para projeção de filmes pronto. Ézio Lima, em sua coluna *A cidade em revista*, do jornal *Tribuna Criciúmensis* de 02 de maio de 1955, escreveu: “o ano de 1955 nos trará também um moderno, confortável e amplo cinema. Sua realização já deixou de ser uma esperança. Paulatinamente vai se aproximando da realidade”. Finalmente, no dia 09 de dezembro daquele ano, na rua Seis de Janeiro, o empresário Pedro Milanez, inaugurou o Cine Teatro Milanez, o “prédio mais moderno da cidade”. Na ocasião da inauguração encontravam-se inúmeras autoridades locais, como Juiz de Direito da Comarca, presidente do Rotary Club e da Associação Comercial e Industrial, diretor do jornal *Tribuna Criciúmensis*, entre outros. A presença destas personalidades mostra a importância do evento que repercutiu em toda a sociedade criciúmensis, segundo o jornal *Tribuna Criciúmensis*, de 09 de dezembro de 1955, o povo estava orgulhoso de possuir em sua cidade um moderno e luxuoso cinema:

Sim, já possuímos um novo cinema, condizente com o nível de progresso de nossa terra, dotado de instalações moderníssimas, de condições técnicas as mais avançadas. Finalmente, Criciúma conta com uma casa de diversões capaz de representá-la con-

dignamente. Enfim, o criciumense dispõe de um bom cinema, onde possa desfrutar da comodidade desejada, do conforto que o bem merece.

O novo, o moderno, às vezes causa medo e, como não poderia ser diferente, algumas pessoas inseridas naquele “turbilhão” de transformações que a cidade estava passando, não conseguiam assimilar as mudanças no mesmo ritmo dos desejosos por inovação. No que se referente à construção do novo prédio que abrigaria o Cine Milanez, havia alguns comentários do tipo “Criciúma não precisa de um cinema tão grande”. A imprensa falada chamou atenção para tais controvérsias quando de sua inauguração:

Uns achavam majestoso, confortável, digno das aspirações da nossa sociedade; outros eram bairristas ou do contra, diziam que aquilo era desperdício de dinheiro, que bem poderia ser empregado em outros tipos de construções e que Criciúma não precisava de um grande cinema...Veio a inauguração e com ela uma grande onda de satisfação. Tornou-se o assunto do dia. Não tardou contudo que a par com os elogios feitos à Casa e ao seu proprietário viessem também as críticas de visibilidade, acústica, renovação do ar, e outras tantas. Enfim era a conversa que se ouvia nos cafés, no trabalho, e mesmo na sala de espera do cinema, que os mesmos críticos ali estavam para passar algumas horas despreocupadamente assistindo um filme.⁷

Tudo indica que a maioria da população estava certa, Criciúma era digna de ter um cinema nos moldes do Cine Milanez, um prédio moderno, bonito, para embelezar mais ainda o centro da cidade, o próprio aumento da população dava essa condição, havia demanda. O fato é que a novidade impôs mudanças; depois da inauguração do Cine Milanez o Cine Rovaris fechou suas portas. Fechou suas portas sim, mas para ser totalmente reformado e, com muito orgulho, reabrir um ano depois da inauguração do Cine Milanez, mais precisamente no dia 22 de dezembro de 1956, agora com poltronas novas e uma aparelhagem moderna de fabricação iugoslava. O *Tribuna Criciumense* do dia 24 de dezembro de 1956 registrou:

Depois de ter passado por substancial reforma, que o coloca entre os mais bem dotados do Estado, com magnífica aparelhagem

⁷ Alberto Abreu. Apud: MILANEZ, Pedro. *Fundamentos Históricos de Criciúma*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991. P. 274. (Trata-se de uma crônica lida na Rádio Eldorado no dia 15 de dezembro de 1955).

de som e projeção, ventilação abundante e confortáveis poltronas, voltou a funcionar o “Cine Rovaris”... deste modo está nossa cidade dotada de duas boas casas de diversões, o “Cine e Teatro Milanez” e agora, totalmente remodelado, o “Cine Rovaris”. Neste breve registro queremos parabenizar a população criciumentense, por mais este atestado de progresso de nossa comuna, com a reabertura do “Cine Rovaris”.

No início da década de 1960 Criciúma seria presenteada com outro cinema. Esse, acompanhando a tendência de expansão urbana da cidade, foi instalado no bairro Pinheirinho. Toda região oeste da cidade estava crescendo em consequência da extração do carvão, destacando-se o bairro Pinheirinho que se tornou importante pela atividade ferroviária, com a construção de uma estação de passageiros e um pátio de manobras para os trens, o que fez afluir para o local diversas atividades comerciais (NASCIMENTO, 2004. P. 75).

O novo cinema foi construído na Sociedade Criciumentense de Auxílio aos Necessitados-SCAN, entidade fundada pelo Rotary Club em 1949, construída com o objetivo de dar assistência a população carente do município. Em 1954, os Padres Rogacionistas assumiram a administração da entidade que, com uma bela gestão, ampliaram suas instalações que passaram a ser conhecidas como Bairro da Juventude. Além do cinema, os Padres Rogacionistas construíram, entre outros empreendimentos, Igreja, Salão Paroquial e Seminário, transformando a entidade de assistência a menores abandonados em um espaço de socialização de toda a comunidade criciumentense (MIRANDA e SELAU, 2003. P. 63).

O projeto do cinema foi apresentado dia 19 de setembro de 1959 e sua construção teve início em 05 de outubro do mesmo ano, com a solenidade da colocação da pedra fundamental. Inaugurado em 16 de julho de 1960, por ocasião do sexto aniversário do Bairro da Juventude, o cinema recebeu o nome de Cine Teatro Itália. Na solenidade compareceram várias autoridades locais e um grande público geral. A população do bairro Pinheirinho e região ficou muito satisfeita com o novo cinema, pois não precisava mais se deslocar ao centro da cidade para assistir um filme. O Cine Teatro Itália tornou-se o principal atrativo dos finais de semana, juntamente com o campo de futebol do próprio Bairro da Juventude. Osni Marino Zannata, foi seminarista em meados da década de 1960 no Bairro da Juventude e recorda com muita emoção os tempos em que ali estudou e sua relação com o Cine Teatro Itália:

A primeira vez que eu fui ao cinema foi aqui na época de seminarista e, para nós, ir ao cinema aos domingos era a maior alegria de todos os seminaristas. Aqui tinham várias turmas, às vezes iam só

os maiores e os pequenos não. Então como eram menores ficavam chorando. A grande realização nossa de domingo era o cinema. Aqueles tipos de filmes que tinha, dos heróis antigos...⁸

Outra região da cidade que muito cresceu foi o bairro Rio Maina e arredores. A expansão da economia do carvão mudava a paisagem do local, com o aumento da população, as vilas operárias o desenvolvimento da atividade comercial, o crescimento foi tanto que já em 1959 o bairro virou distrito. Na avenida dos Imigrantes, principal logradouro do bairro, em meados dos anos 1950, existia uma casa antiga que abrigava uma sala de cinema, logo a sala ficou pequena, então seu proprietário, Pedro Godoy, construiu no início da década seguinte, na rua Antônio Ronsani, uma nova edificação com quatrocentos lugares para abrigar seu estabelecimento de projeção de filmes, que denominou de Cine Guarani. Em 1961 Pedro Godoy vendeu o cinema para Mário Ronchi, que ali se estabeleceu até o fechamento, em 1975. O Cine Guarani foi inicialmente construído todo em madeira e recebeu uma nova fachada em alvenaria dois anos após sua aquisição pelo segundo proprietário. Segundo Mario Ronchi, pessoas de toda região circunvizinha vinham se divertir no Cine Guarani.

É, de fato muita gente vinha aqui. Muitas vezes de outros municípios. Aqui fica perto de Nova Veneza, Caravaggio,.... Quando era filme religioso descia muita gente. A metropolitana faz parte, Rio Maina, Mina União, Cidade Mineira, vinha muita gente pra cá...⁹

Tudo indica que, diferente dos cinemas do centro da cidade, os cinemas construídos nos bairros Pinheirinho e Rio Maina tinham somente a função de trazer o entretenimento ao público através dos filmes exibidos, não se constituindo como um forte elemento de modernização urbanística. Os cinemas do centro, suas edificações, eram enquadrados dentro de um quadro geral de renovação arquitetônica que moldava o centro de Criciúma, modernizando-o.

Na década de 1960 anunciava-se a construção de outro estabelecimento para projeção de filmes em Criciúma. Esse agora novamente no centro da cidade. Ao que parece o povo cricumense já estava bastante íntimo com o cinema, com as produções cinematográficas. Ou seja, surgia um público mais especializado com uma consciência crítica em relação aos filmes. Pois, além de um novo cinema cogitou-se a criação de um Cine Clube.

⁸ Padre Osni Marino Zanatta. Entrevista concedida a Braulio Moraes Neto. Criciúma, 04 de Fevereiro de 2004.

⁹ Mario Ronchi. Entrevista concedida a Braulio Moraes Neto. Criciúma, 30 de Outubro de 2003.

Há muita gente em nossa cidade que gosta de cinema, que estuda cinema e que quer conhecer tudo o que for possível sobre a sétima arte. Porém os que aqui fazem estão isolados, Criciúma não possui um Cine Clube, não participa do movimento internacional de orientação cinematográfica. Faltam interessados? Não acreditamos. Falta certamente a coragem de iniciativa destes. Talvez alguém tomasse a idéia e capricho, encontraria muito seguidores.¹⁰

As fontes consultadas não permitiram confirmar se o Cine Clube foi realmente criado em Criciúma. Porém, a Cines Reunidos Sul Catarinense LTDA, associação dirigida por Clodoaldo Althoff que já contava com o Cine Rovaris e o Cine Milanez, inaugurou o novo cinema no centro da cidade. O Cine Ópera foi inaugurado em 15 de outubro de 1966, com grande destaque na imprensa:

A partir de hoje nossa cidade passará a contar com a mais moderna e confortável casa de espetáculos do Sul-Catarinense. O novo cinema, que é mais uma importante obra que homens de visão aqui estão implantando, por certo muito contribuíra para demonstrar aqueles que nos visitam que efetivamente Criciúma entrou na trilha do progresso.¹¹

“Na trilha do progresso”, sem dúvida Criciúma estava caminhando e, certamente, o cinema havia bastante contribuído para isso, seja compondo um quadro de renovação urbana, seja atuando na construção de um imaginário moderno por meio das imagens em movimento. Foi um elemento da modernidade local que, com o progresso que Criciúma estava vivenciando, tornou-se importante aos criciumenses contar com esse tipo de entretenimento visto nos grandes centros. Os prédios erguidos para abrigar os cinemas, construídos segundos as estéticas da moda, ajudavam a embelezar a cidade. Cidade essa que os criciumenses gostavam de mostrar aos “forasteiros” como cidade moderna. Também os filmes que eram projetados nas salas de cinema, traziam o que era de ponta nos grandes centros, criando conceitos e padrões, alterando costumes, produzindo uma sensação de estarem todos fazendo parte do mundo moderno.

Vale ressaltar que, no final da década de 1960 a cidade contava com cinco estabelecimentos para projeção de filmes, três no centro, um no bairro Pinheirinho e outro no distrito do Rio Maina. O paradoxal é que, em nome do mesmo progresso que fez os cinemas com prédios específicos surgirem, assistiu-se a sua

¹⁰ TRIBUNA CRICIUMENSE. Criciúma, 26 de Dezembro de 1964. p 07.

¹¹ TRIBUNA CRICIUMENSE. Criciúma, 15 de outubro de 1966. p.01.

desaparição. A televisão, que na década de 1960 já estava entrando nos lares criciumentes, foi um dos fatores que contribuiu para o fechamento dos cinemas, que se seguiu nas décadas posteriores com o surgimento do vídeo cassete e a onda do *shopping center*. Mas isso é uma outra história.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Claudio Aguiar. **O cinema como agitador de almas: Argila, uma cena do Estado Novo**. São Paulo: Annablume, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina - 1937-1964**. Florianópolis: UFSC, 2002.

FABRIS, Mariarosaria. Cinema: da modernidade ao modernismo. In: FABRIS, Annateresa. **Modernidade e Modernismo no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1994.

FERREIRA, Suzana Cristina de Souza. **Cinema Carioca nos anos 30 e 40: os filmes na tela da cidade**. São Paulo: Anablume: Belo Horizonte: PPGU-UFMG, 2003.

GONÇALVES, Gesiel da Silveira e outros. **Aconteceu no século XX: momentos que movimentaram Criciúma**. Criciúma: Ed. do Autor, 2003.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Imagens do moderno: o olhar de Jaques Tati**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

MANNONI, Laurent. **A grande arte da luz e da sombra: arqueologia do cinema**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo: UNESP, 2003.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.

MIRANDA, Antônio Luiz e SELAU, Maurício da Silva. **Bairro da Juventude: 50 anos de história - a filantropia na poeira do carvão**. Criciúma: UNESC, 2003.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina - cidade, modernidade e vida urbana**. Criciúma: UNESC, 2004.

NASPOLINI FILHO, Arquimedes. **Criciúma, orgulho de cidade II: fragmentos da história de seus 120 anos**. Criciúma: Ed. do Autor, 2000.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte e indústria.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

SEVSENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (Org.) **História da vida privada no Brasil: República: Da belle époque à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 513-654.

_____. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **No escurinho do cinema: cenas de um público implícito.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.



DISCURSOS DO PODER: a epidemiologia como controle social

Carla Francielle Kurz¹

Resumo:

O artigo discute, a partir do resultado das Campanhas de vacinação, e da representação do saber médico e do discurso estatal, a Epidemiologia na Saúde Pública como controle social no processo de ocupação demográfica no Oeste do Paraná entre os anos de 1976/1979.

Palavras-chaves: epidemiologia - saúde pública - discurso médico e estatal.

Abstract:

Through the analysis of vaccine campaign, medical knowledge and state discourse, the epidemiology in public health as social control in the process of demographic occupation of the west of Paraná State between 1976-1979.

Keywords: epidemiology - public health - medical and state discourse.

Na perspectiva de um desenvolvimento econômico avançado, não apenas o avanço da economia, mas também a necessidade de um desenvolvimento da saúde paralelo ao econômico, atrelado ao discurso de ocupação dos vazios demográficos, a epidemiologia é um dos aspectos de grande potencial ao que se refere o controle da saúde/doença da cidade de Cascavel entre os anos de 1976/1979.

O controle epidemiológico será estudado sob os aspectos das questões históricas relacionadas à saúde e o desenvolvimento do município de Cascavel, sob uma perspectiva do uso de técnicas para o processo de produção da saúde ou redução da doença.

A incorporação das contribuições do estudo do controle epidemiológico no âmbito acadêmico remete, necessariamente, à crítica ao essencialismo que caracteriza o discurso médico sobre as políticas de saúde. Contudo, a desconstrução do essencialismo médico não se esgota na desnaturalização da categoria “saúde pública”, devendo envolver, também, a categoria “doença pública”.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Graduada pela Unioeste e pós-graduada pela Univale. E-mail: <cpink_23@hotmail.com>

Para evitar um risco epidêmico foi iniciado um trabalho de controle epidemiológico no final da década de 1970, através de números e estatísticas enviadas periodicamente de cada Distrito Sanitário para a Secretaria da Saúde do Estado, cujos dados epidêmicos eram semanalmente publicados no *Boletim Epidemiológico*.

Criou-se uma relação do conhecimento médico e o discurso político como mecanismos de poder, com o objetivo de tornar lucrativo e politicamente útil, ou seja: o discurso epidemiológico tornou-se uma produção ideológica do poder que se exercia sobre uma população dita passível a doenças que degeneravam a imagem do Estado e reduzindo o símbolo do médico como disciplinador com base num poder “recheado” de estratégias de dominação.

Através de determinadas ações de saúde que buscavam insistentemente o controle da realidade, utilizando o conhecimento técnico, da racionalização e do planejamento como ferramentas para resolver os problemas de saúde das comunidades, é que o governo manteve a população “protegida” dos males provenientes do meio urbano e rural.

Cascavel, caracterizada como uma cidade em desenvolvimento, assim como o Brasil, a situação sanitária não acompanhava a conjuntura econômica, houve então a necessidade de uma campanha sistemática de vacinação. Criou-se, em 1973 o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que “*tem o papel de conhecer a situação epidemiológica das doenças imunopreveníveis do país, definir as prioridades em termos de imunização e prover os estados e municípios desses imunobiológicos*”. (MALUFE & FARHAT, C, 2000. p.68)

Mesmo com o PNI, as epidemias continuavam a aparecer no cenário brasileiro. Então, o controle das imunizações começaram a serem feitos através das carteirinhas de vacinações. Em 30 de outubro de 1975 foi decretada a Lei Federal 6259, quando a vacinação se torna obrigatória. Através da portaria 452/RN, de 6 de dezembro de 1976 foi estabelecido pelo Ministério da Saúde a obrigatoriedade das vacinações no primeiro ano de vida, e, em 1 de julho de 1977 as carteiras de vacinas passaram a ser exigidas, para que a imunização fosse comprovada.

Em Cascavel, na reportagem do dia 15 de junho de 1977, que anunciava a obrigatoriedade das carteiras de vacinas, isso é claro: “*O cumprimento da portaria ministerial é obrigatório e todas as crianças que nasceram após o dia 1º de julho deste ano, serão exigidos atestados de vacinações em todos os sistemas previdenciários para efeito de pagamento do salário família. Será exigida anualmente a apresentação dos atestados (...)*” (Jornal O Paraná 15/06/1977). “*É dever de todos e principalmente dos pais e responsáveis em conduzir*

seus filhos as imunizações, as quais são inteiramente gratuitos e representam acima de tudo o melhor seguro médico.”(idem, 19/05/1977). Passaram a fazer parte do programa de imunizações, as vacinas antidiftérica, anti-tetânica, anti-variólica, anti-rábica, anti-sarampo, BCG e Sabin.

Conhecer os agentes que causavam as doenças na população significava que alguns ambientes eram mais propícios para a proliferação de determinadas doenças. Isso possibilitava um maior controle do ambiente e daqueles que o habitavam. O programa de imunizações de Cascavel seguiu o PNI (Programa Nacional de Imunização). É interessante ressaltar que este programa poderia ser alterado conforme o caráter de epidemiológico da doença.

Ao deparar com os noticiários em relação à saúde da população cascavelense do final da década de 1970 nota-se que a maioria dos esforços e a maior parte dos gastos, se concentraram na organização do cuidado médico. Apesar disso, quando se identificavam as causas principais de adoecimento e morte em Cascavel, concluíam-se que a sua origem era decorrente do meio ambiente e o estilo de vida, assim, entram em foco a relação indivíduo-agente, estabelecendo um modelo de relação do ambiente com a população.

Isso se prova com várias manchetes do Jornal O Paraná tais como: *“Loteamentos sem Estrutura”* (op.cit. 11/09/1977), a reportagem diz que: *“Grande parte dos loteamentos de Cascavel não apresenta as mínimas condições de ser habitados, já que não apresenta uma infra-estrutura condizente com as necessidades dos adquirentes de lotes. Muitos são os loteamentos existentes na cidade que não possuem água, asfalto e nem mesmo saneamento e energia elétrica”*

Em contraponto a esse tipo de noticiário, o governo fez propaganda de seu interesse na saúde da população referente ao desenvolvimento aqui existente: *“Interiorização da saúde é mais um fator importante no desenvolvimento paranaense: (...) o atual governo [Jaime Canet] se desperta para uma questão prioritária: O crescimento de recursos técnicos e humanos visando o aprimoramento da Saúde Pública”*(op.cit.15/11/1977).

Vemos que temos um discurso que se contradiz ao ver a situação de Cascavel. Mas é um discurso que elege o governo num símbolo de desenvolvimento e o médico o alicerce para esse desenvolvimento e modernização. Dessa forma, *“a atenção médica se estatiza paulatinamente, reduzindo-se de forma radical a prática da medicina liberal em sua forma clássica, o Estado, enquanto organização de serviços de saúde se privatiza progressivamente”* (LUZ.,1986. p .19)

Antes de a autora fazer tal afirmação, ela diz que as proposta de políticas de saúde do Estado *“responderá de acordo com os interesses sociais que o constituem (...) [as políticas de saúde serão] de forma análoga à que se arma no sistema produtivo”*.(idem, p.19)

Para o pensamento desse governo liberal deve-se investir em qualidade de vida, pois existe uma relação entre saúde e os fatores que a condicionam e que a promovem que levam a “bandeira” de um bom governo, tais como a construção de hospitais, construção de redes de esgoto e saneamento, vacinações e conseqüentemente baixos índices de mortalidade.

É nítido que a saúde é um jogo político assim como o discurso de urbanizar o interior paranaense, mas esse fenômeno de urbanização trouxe um impacto negativo, no caso de Cascavel, transformou uma pequena cidade em um grande centro urbano, sem dar condições para esta cidade se estruturar diante dessa revolução urbana. Isso gerou uma combinação de urbanização e pobreza, pois esse fenômeno de urbanização trouxe consigo novas exigências de infra-estrutura de serviços urbanos, tais como: água potável, sistema de saneamento, escolas, transporte público, atendimento médico. Portanto, a promoção de saúde exige cooperação dos múltiplos setores que não estão diretamente vinculados aos serviços de saúde.

O Estado assumindo o controle social tinha em vista manter determinada organização e vigilância do comportamento humano inserido no discurso da Ordem. Esse tipo de discurso é aquele que profetiza o futuro, isso porque no discurso está a combinação de “ordem e progresso”.

Luz fundamenta que as regras para manter das relações institucionais (Estado/ Políticas de Saúde), são a ordem e a disciplina, caracterizando que *“a ordem, que garante a estrutura, e a disciplina que assegura as relações sociais. Como os dois são aspectos do mesmo jogo, são dependentes um do outro. (...) Sempre é necessário estabelecer a ordem para manter a disciplina e assegurar a disciplina para que não haja quebra da ordem.”* (idem, p.35/37). Tal afirmação está fundamentada no que Foucault denomina como micro-poder e no caso desta pesquisa o micro-poder citado é do discurso médico, *“poder este que intervém materialmente, atingido a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa a nível do próprio corpo social(...)”* (MACHADO, R, 1977, p.XII), dessa forma Foucault afirma que *“o poder penetrou no corpo, [e] encontra-se exposta no próprio corpo.* (FOUCAULT, 1979. p. 146)

Ainda em pauta a discussão da ordem, Foucault escreve sobre a segurança, a população e o governo que resultou um capítulo do seu livro “Microfísica do poder”, onde diz que “*governar um Estado significará, portanto estabelecer a economia ao nível geral do estado, isto é, ter em relação aos habitantes, as riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família*” (idem. p. 281).

Essa relação está concretizada numa sociedade disciplinada pelo discurso do controle social, de uma forma programada para ser urbanizada e modernizada sob a vigilância da ordem governamental e a disciplina do discurso médico.

O interesse econômico do governo na região percebe-se no discurso do governador referindo-se às comemorações dos 25 anos de Cascavel: “*Temos o maior interesse nesta região, disse Canet, porque sentimos que aqui todos os investimentos são garantidos. Isso nos dá tranqüilidade suficiente para governar, porque sabemos que a retaguarda está garantida*” (O Paraná, 15/10/1977.p.03).

Nesse sentido o Estado assumiu a função de investir na saúde da população, pois como se observa no discurso do governador, esse investimento estava garantido, pois desenvolve as forças produtivas, transformando o elo vital de saberes e práticas de saúde direcionada a estratégias políticas e econômicas.

Essa forma do Estado exercer o poder que moldava e integrava através do discurso médico é “*o poder mediado por um poder que se apresenta, mais do que nas outras, como conjunto de regras de conduta, de normas de proceder e de conhecer*”. 2: (FOUCAULT, 1979. p.40). Para Foucault “*governar é governar as coisas*”, (idem. p. 283) portanto ele caracteriza como “*coisas*”, tudo o que refere ao habitante do seu território de governo, tais como:

riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (idem. p. 283)

Controlando dessa forma, o Estado estava garantindo a sua soberania dentro do seu território governamental, é uma forma de garantir a sua presença em todo espaço que lhe é denominado para governar.

Sobre este poder político, Bourdieu classifica como um lugar de eficácia simbólica, através de uma ação que é capaz de produzir

coisas sociais e grupos, e com isso ele assume uma linguagem de abuso de poder, pois como porta-voz passa falar pelo grupo:

o porta voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe, personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir [...] (Bourdieu, 1998.p.158).

Dessa forma o Estado passava a representar a população cascavelense, dando-lhe o direito de decisão sobre quais as condutas que os indivíduos devem ter, impondo a sua soberania através do seu discurso de urbanização e de demarcação de território através da sua ocupação e modernização.

Deve-se levar em conta que a década de 1970, principalmente seus meados se pauta num regime liberal, que segundo Jacobi tem “o início do debate em torno dos direitos humanos, simultaneamente a uma crescente deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos” (JACOBI, 1989.p.15).

Indicadores de imunizações e controle de doenças no final da década de 1970 em Cascavel, fornecidos pela Secretaria da Saúde, mostram o elevado índice de mortalidade por doenças que seriam evitadas, se a população fosse aos centros de vacinas.

Inúmeras razões podem ser apontadas como causas deste quadro as quais, em sua maioria têm sua discussão mais aprofundada situada além dos limites deste artigo. Durante a década de 1970 entendia-se que as condições de saúde de uma população fossem um reflexo de como são estabelecidas as relações entre o Estado e a sociedade, e uma das formas de expressão dessa relação Estado-sociedade são as Políticas de Saúde.

O alto patamar em que se mantiveram as taxas de mortalidade por sarampo no final dos anos 1970 é indicador da precariedade, nesse período, da condição de vida dos brasileiros, da falta de imunizações condizentes a população.

Segundo informações do Departamento Epidemiológico da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, esses números eram decorrência da falta de cuidados com a conservação das próprias vacinas, e da falta de controle rigoroso do número de pessoas vacinadas, sendo que neste período os dados de vacinações e incidência eram fornecidos a Secretaria em fichas preenchidas a mão, não tendo nada

informatizado, dificultando a precisão de dados, sendo que muitos deles foram perdidos.

A deterioração das condições de vida da população só não foi mais acentuada porque o governo fez a opção política de aumentar os gastos sociais através de atividades como o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), a CEME (Central de Medicamentos), projeto esse de assistência farmacêutica que atenderia a população de menor poder aquisitivo, cursos para ampliação de profissionais na área da saúde e da promoção humana; a Vigilância de Medicamentos e correlatos, através da Lei 6360 sancionada em 1976, Programa de Saúde Materno-infantil, no dia 17 de julho de 1975 foi instituído o Sistema Nacional de Saúde através da Lei 6229, também o Sistema de Vigilância Epidemiológica e Imunizações (Lei n. 6.259 de 30/10/75 e decreto n. 78.231 de 30/12/76) institucionalizando o PNI (Programa Nacional de Imunizações).

O incentivo às imunizações foram feitas através de postos de vacinações nas escolas primarias publicas e privadas para facilitar o cumprimento do PNI dos menores de 1 ano de idade, com os antígenos contra sarampo, varíola e poliomielite e pelos anúncios nos jornais:

O Ministro da Saúde pretende manter postos de vacinação nas escolas primárias públicas e particulares, especialmente no interior do país, para facilitar o implemento do PNI dos menores de 1 ano de idade, com os antígenos contra sarampo, varíola, tuberculose, coqueluche, tétano, difteria e poliomielite. O não cumprimento desta exigência impedirá o pagamento do salário família dessas crianças a partir de 1978. A informação foi dada ontem, pelo Secretário Nacional de Ações básicas de Saúde, Edmundo Juarez, após esclarecer que o Ministério da Saúde não vai impor a criação de postos nas escolas, mas tentar convencer seus dirigentes desta necessidade para que o PNI consiga imunizar até julho de 1978, 80% dos menores de 1 ano. (O Paraná. 24 de novembro de 1977.p 01)

Através destas reportagens percebe-se o poder de coação do discurso político aliado ao discurso médico, em relação a base da política médica atrelado as discussões das epidemias, Foucault fala que:

[...] no final das contas, quando se trata das figuras terciárias [a população], que devem distribuir a doença, a experiência medica e o controle médico nas estruturas sociais, a patologia das epidemias e a das espécies se encontram diante das mesmas exigências: a definição de um estatuto político da medicina e a constituição, ao nível de um estado, de uma consciência medica, encarre-

gada de uma tarefa constante de informação, controle, e coação. (FOUCAULT, 1994. p. 28)

Vacinas e estatísticas

Para Jacobi,

As estatísticas de serviços de saúde tem ganhado interesse e importância nos últimos tempos, como intimadores de nível de saúde da população, da política médica assistencial e pelas faculdades de coleta da informação e aplicação direta do planejamento e administração dos serviços das suas contribuições mais imediatas. A saúde/doença, fenômeno coletivo, social e histórico, encontra a sua determinação em cada sociedade no modo de produção de vida econômica, no tipo de relações sociais existentes, na estrutura jurídico-política vigente, e se expressa em um padrão de morbidade definida. (JACOBI, 1989. p. 58)

Com a implementação do PNI, se objetiva um controle maior do número de imunizados. Através da publicação desses números no Boletim Epidemiológico se faz possível um controle estatístico da incidência de doenças na população e do número de vacinados.

Para Tinoco a informação estatística serve de base para o administrador sanitário trabalhar “a saúde da comunidade sob sua jurisdição” e complementa que a “vinculação do planejamento de saúde à problemática do desenvolvimento, é pela preocupação em trazer para o campo da saúde a problemática da economia” (TINOCO, 1980. p. 249)

E não somente isso, mas a vacina tem sua importância num altíssimo valor social, pois através dela é possível à prevenção e erradicação de doenças. Por isso os economistas consideravam que a vacinação é um dos programas de saúde que tem o maior custo-benefício, tanto que na década de 1970 o presidente Ernesto Geisel, fortaleceu o Instituto Oswaldo Cruz nas pesquisas e produção de imunológicos.

Com o tempo, os níveis de mortalidade em Cascavel e no Paraná, segundo alguns indicadores, foram decrescendo, devido à organização do Serviço Sanitário e Epidemiológico que foram melhorando. Mas no período estudado, o Boletim Epidemiológico ainda declara a fragilidade do sistema de notificações no registro de óbito “pela confusão comum entre a causa básica do óbito e a afecção terminal, a qual o médico que emite a Declaração menciona freqüentemente

como causa direta da morte” (Boletim Epidemiológico, Vol (ano) X nº 10 semanas 19 e 20-1978).

Se em termos de Paraná o controle de vacinações era difícil, Cascavel ainda era pior, devido a falta de recursos para ter um melhor controle, e também na qualidade de conservação das vacinas, tanto que não foram encontradas as fichas de controle epidemiológico da 10º Distrito Sanitário, que Cascavel pertencia do ano de 1976, e de algumas doenças.

As vacinações foram feitas em formas de Campanhas em todo o Estado do Paraná, mas o esquema de desenvolvimento da campanha era feito por cada município em seus postos fixos e itinerantes. O Estado orientava que a escolha destes postos itinerantes deveriam ser feitos por alguém que conheça geograficamente o município levando em conta o acesso à população, sendo que os mesmos deveriam ser amplamente divulgados, e também ressaltar a necessidade da carteira de vacinação como comprovante para o recebimento do salário família.

Após o término da campanha, o Distrito Sanitário deveria informar via telefônica o número de doses aplicadas; depois de 1 semana passar a informação parcial via telefônica novamente, e o total ser anotado no relatório mensal que era mandado por malote.

Devido o controle ser estatal e não municipal, os dados das campanhas ficavam na Secretaria da Saúde do Paraná. Ao fim das campanhas os dados eram somados com todos os distritos sanitários do Paraná, dificultando a pesquisa no que se refere a números de vacinações específicas do município de Cascavel.

O governo, para incentivar a população a ir até os postos de vacinações se utiliza da propaganda jornalística, enfatizando a prevenção como melhor alternativa de ter saúde, traz elementos de cada doença do PNI, como a sua característica, os sintomas e os locais de vacinas.

Para cada doença se tinha princípios de vigilância, fontes de notificações de casos e conduta frente ao caso notificado. Foucault explica que um controle estatístico da saúde e doença facilita a implantação da consciência de alerta de cada indivíduo frente à doença, o que deverá ser feito e quais os cuidados necessários, e isso difunde ainda mais a medicina, pois é ela quem dita todos os cuidados que serão necessários para o controle da população. (FOUCAULT. 1994. p.34)

A assistência à saúde através das imunizações do modelo PNI, o município de Cascavel se caracteriza por um crescente número de vacinados, principalmente após o ano de 1979, através de maiores divulgações das campanhas e maior conscientização da população.

Como o caso da vacina anti-sarampo, que em 1978 foram imunizados 10260 crianças menores de 1 ano, já em 1979 foram 14296 e em 1980 o índice dispara, somando 24825 vacinações. Nas doses de vacinas tríplices aplicadas em crianças de 1 a 4 anos em 1979 foram 7313 e em 1980 somam-se 9198. Esses indicadores nos mostram o aumento gradativo das imunizações após a exigência das carteirinhas e as campanhas de vacinações.

A imunização da população consiste em uma das formas de exercer o poder sobre os corpos, é um meio em que o Estado usa o saber médico para disciplinar e controlar a população. Isso porque a sociedade imunizada significa uma sociedade higienizada, pronta para o processo de urbanização. E o controle das vacinações através das carteiras de vacinas se constitui num documento de vigilância contínua, regulamentação dos corpos. Esse controle do corpo, da vida, dos nascimentos, mortes, doenças, etc, se torna um instrumento fiscal e estatístico para garantir a soberania do Estado.

Essas disciplinas corporais tornam-se um complexo do exercício do poder sobre todos os poros do corpo social. Mas para atingir o seu objetivo, era necessário uma argumentação que prove o sentido da obrigação de comparecer aos postos de saúde para receber os antígenos que o governo juntamente com o conhecimento médico julgam ser necessários para manter a sociedade “saudável”. Isso se prova pelo noticiário do Jornal O Paraná do dia 14 de novembro de 1976: “*A prevenção é hoje a grande alternativa para o futuro das doenças epidêmicas que poderão chegar até a erradicação(...)*”

Diante de tantas campanhas, formou-se um pensamento normalizado diante do PNI, tanto que hoje sabemos que as crianças nascem e devem seguir rigorosamente a carteira de vacinação, hoje não se vê isso como uma obrigação, devido à conscientização da sociedade frente a isso. Habermas analisando o discurso foucaultiano explica o fato como um “*poder disciplinar, cujo caráter local, constante, produtivo, penetrante e capilar reiteradamente descreve, fixa-se antes nos corpos que nas cabeças. Tem a forma de um biopoder que se apropria antes dos corpos do que dos espíritos, submetendo-os a uma pressão normalizadora rigorosa(...)*”. (HABERMAS, 2000, p.396).

Através disso se constrói uma forma de relação do indivíduo com a sociedade, pois se ele não está vacinado, apresenta um “perigo” para a saúde social, pois com isso esse indivíduo não pode mais representar uma sociedade urbanizada, higienizada e modernizada. Para Luz, “*a contenção da doença, se não o expandir-se da saúde tomada abstratamente como “bem-estar, é também uma das exigências das classes no poder junto ao Estado que as repre-*

sentas: as epidemias mais do que um entrave ao desenvolvimento econômico, constituem uma ameaça física a ser afastada” (LUZ. 1986. p. 53)

Observa-se que o final da década de 1970 é o período que se tem o maior índice de mortalidade no que se refere a todas as doenças combatidas pelo PNI, uma explicação pra isso é o fator que no final dessa década procurou-se manter um maior controle sobre a mortalidade, sendo que nos anos anteriores não havia controle sistemático de incidência e letalidade das doenças. Outro fator importante é a tentativa de mostrar através dos números a mudança conquistada com o PNI depois de década de 80, e o valor que isso tem como influência da higienização iniciados na década de 1970.

Entende-se a chamada transição epidemiológica como um processo de mudança na incidência ou na prevalência de doenças decorrentes a mudanças realizadas através do desenvolvimento de Cascavel, caracterizando a urbanização e higienização da cidade.

O então secretário da Saúde e do Bem-Estar-Social diz a uma reportagem jornalística que *“com a obrigatoriedade das vacinas, para efeito de pagamento do salário família, o números de casos de doenças contagiosas devem automaticamente diminuir(...)”*(O Paraná, 07/05/1978.p.5), com essa enunciação percebe-se o discurso higienizador mantido pelo governo.

Nas pesquisas jornalísticas e do Boletim Epidemiológico não foi visto o aparecimento de pandemias. Observaram-se picos de mortalidade e de incidência de determinadas doenças que caíram progressivamente, e a magnitude desse declínio era maior, na medida em que a cobertura vacinal aumenta.

A esperança de vida ao nascer passa a aumentar, devido à exigência de imunização logo após o nascimento. O crescimento populacional se mantém contínuo e exponencial ao longo do período, e a longevidade aumenta gradualmente, e passa a ser a mais importante das variáveis que regulam o nível de saúde concomitantemente ao crescimento populacional.

Para o Estado do Paraná, coeficientes fornecidos pelo Setor de Doenças Imunopreviníveis das vacinações completas em crianças menores de 1 ano para os anos de 1976 e 1979 oferecem uma indicação do aumento de imunizações, como o caso da vacina anti-sarampo, antipólio. Os valores calculados pelo Setor de Doenças Imunopreviníveis (1992) mostram, para 1976, uma taxa de imunizações 40% para anti-sarampo e 35% para antipólio, e para 1979, 70% e 60%, respectivamente para sarampo e pólio. (ISEPR/CEPI/DVIP. Secretaria da Saúde do Paraná. 1992).

Isso remete a idéia da racionalidade tecnológica, desenvolvimentista de novos produtos, enfim, que o saber médico é um micro-poder em desenvolvimento e que o baixo índice de mortalidade dá a certeza de maiores e melhores investimentos na área.

Com o tempo, os níveis de incidência das doenças combatidas pelo PNI, no Estado do Paraná, segundo alguns indicadores, foram decrescendo, assim como a organização das Políticas de Saúde foram melhorando.

Deve-se pensar neste contexto não apenas nos números indicadores de casos, óbitos e números de vacinados, mas também quais as transformações culturais que o PNI trouxe para essa população. Jurandir Freire Costa, observa que *“a norma familiar produzida pelo médico solicita de uma forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização”* (COSTA, 1989, p.15). O autor nota que não houve uma troca recíproca entre o Estado e a medicina, mas sim um reconhecimento da necessidade das ações médicas, principalmente no que se refere a epidemias, infecções e administração da saúde da população, e foi justamente a técnica de higienização que deu aos médicos um trunfo de superioridade.

O governo inseriu no pensamento da população o incentivo pela vida, como mostra a reportagem seguinte:

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar-Social está alertando a população do Estado para a importância da vacinação que representa a cada dia mais, o melhor seguro médico do ser humano. Técnicos da SESB afirmam que uma simples imunização pode afastar para sempre a ameaça de alguns males como, por exemplo, a poliomielite, tuberculose, difteria, varíola, o sarampo e outros. (O Paraná, 11/12/1977.p. 02)

Costa considera esse tipo de discurso uma forma de *“mostrar os ganhos e benefício que podiam ser extraídos da prática da sujeição”* (COSTA.1989. p. 31)

Não estou desmerecendo as vantagens visíveis para a população das imunizações e nem do processo de higienização, a questão não é negar ou desvalorizar o discurso da importância de comparecer aos postos de vacinações. Mas o que se analisa é que a ação médica está aliada a uma política de estruturação econômica e transformação dos indivíduos diante dos interesses do Estado. Assim como Chalhoub, Jurandir deixa claro os efeitos positivos da higienização nas cidades em relação a sua organização, e em termos de Brasil, a higienização progrediu em decorrência ao desenvolvimento urbano.

Esse tipo de mudança reforça e estabiliza o poder médico, que vê a população como objeto e sujeito do seu conhecimento. Foucault considera este poder como aquele que *“intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social (...), penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder”*. (MACHADO 1979, p. XII)

Dessa forma entende-se que esse poder exercido tanto pelo discurso médico quanto pelo Estado, é algo que realmente funcionou no plano de higienização e urbanização da cidade de Cascavel, não somente nos indicadores de saúde, mas também nos costumes desta população, que ainda Roberto Machado na interpretação de Foucault, diz que *“o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não pra suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”*. (idem. p. XVI)

Além disso, Lubenow lembra algo importantíssimo no que se refere a normatização dos corpos não apenas em Cascavel, mas em toda região: *“as práticas relacionadas ao corpo na colonização oestina passam, pois, pela articulação de alguns saberes que legitimam poderes. Estes saberes têm em vista, manter corpos sadios, incrementar relações econômicas e organizar os costumes da população tanto no âmbito público como na vida privada dos sujeitos”* (LUBENOW, 2003.p.35)

Enfim, a epidemiologia é uma prática de legitimação de poderes exercido nas disciplinas corporais que garantem a verdade do discurso médico e a soberania do Estado frente ao plano de urbanização e higienização das cidades.

Referências

Fonte

Departamento de Epidemiologia e Controle de Doenças/ Grupo de Planejamento Setorial (Sesb) Paraná.

Jornal O Paraná - periódicos de 1976/1979.

Bibliografia

ALVES, Rubem. *Religião e enfermidade*. In: *Construção social da enfermidade*. (org.) MORAES, João, F. R. de. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

AYRES, J. R. C. M. *Epidemiologia e emancipação*. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec,

Abrasco, 1994.

BARROS, E. **Política de Saúde no Brasil: a universalização tardia como possibilidade de construção do novo.** *Ciência e Saúde Coletiva*, v.1, n.1, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, J. C., PAULA, A. G. **Saúde e previdência: estudos de política social.** São Paulo: Cebes/Hucitec, 1981.

CARVALHO, M. A. R. de e Lima, N. V. T. O argumento histórico nas análises de saúde coletiva. In: FLEURY, S. **Saúde coletiva? Questionando a onipotência do social.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro. 3. ed. Edições Graal, 1989.

CYNAMON, Szachna, E. Saneamento - Subsídios para um instrumental e análise. In: **Revista da Fundação SESP**, nº 2. Rio de Janeiro, 1977.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FILHO, David.C. **Da Saúde e das Cidades.** São Paulo: Hucitec, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. **A ordem do Discurso.** São Paulo, Loyola, 1996.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva. (org.) COSTA, Nilson do Rosário, RAMO, Célia Leitão, MINAYO, Maria C.S., STOTZ, Eduardo N. In: **Demandas populares, políticas públicas e saúde.** Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

JACOBI, Pedro R. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** São Paulo: Cortez, 1989.

LAURENTI, R. **Transição demográfica e transição epidemiológica.** Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 1990. Campinas: Abrasco, 1990.

LUBENOW, Deisi. **Das Graças R. De memórias e imagens: a polissemia do corpo.** Marechal Cândido Rondon. 2003. 169 p. Monografia. Departamento de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

LUZ, Mandel. T. **As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

MALUF, Eliane. M. C. P & FARHAT, Calil. K. *Imunizações: fundamentos e prática*. 4. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2000.

MACHADO, Roberto. *A genealogia do poder*. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.org*. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SIGOLO, Renata. *A saúde em frascos. Concepções de saúde, doença e cura. Curitiba, 1930/1945. Aos Quatro ventos*, 1998.

SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992.

TINOCO, Aldo da Fonseca. *Problemas que dificultam a implementação do planejamento da saúde*. Revista. *Saúde Pública.*, São Paulo, 1980.

URBACH, Sully. *Medicina e patologia*. In: *Construção social da enfermidade*. MORAES, João, F. R. de. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.



PROJETO HISTÓRICO E FORMAÇÃO DOCENTE NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Jéferson Dantas¹

Resumo:

Este artigo procura discutir como o currículo escolar constitui-se efetivamente como um Projeto Histórico na formação continuada de profissionais da Educação Básica, objetivando a eliminação das fronteiras disciplinares e uma intervenção pedagógica sistemática oferecida ao público escolar inserido nos morros e encostas de Florianópolis.

Abstract:

This article looks for to argue as the pertaining to school resume consists effectively as a Historical Project in the continued formation of professionals of the Basic Education, objectifying the elimination of the borders to discipline and a systematic pedagogical intervention offered to the inserted pertaining to school public in the mounts and hillsides of Florianópolis.

Palavras-chaves: projeto histórico - Fórum do Maciço do Morro da Cruz - formação docente - políticas públicas.

Keywords: historical project - Fórum do Maciço do Morro da Cruz - teaching formation - public policies.

Nos últimos dez anos as políticas públicas voltadas ao campo educacional, tanto nas esferas federal, estadual e municipal, têm realizado interferências sistemáticas no que concerne ao processo de universalização do ensino fundamental, à redução do analfabetismo, ao currículo escolar e à pretensa valorização social do magistério. Entretanto, as políticas educacionais no Brasil, inseridas numa nova correlação de forças, tendo como marco temporal significativo a Conferência Internacional de Educação para Todos em Jomtiem, Tailândia, no ano de 1990² não tem assegurado de maneira satisfatória o acesso à educação básica para todos, muito menos a permanência de crianças e jovens em idade escolar até o término do ensino médio.³

Poder-se-ia afirmar que o momento político inaugurado com o governo Fernando Collor de Mello em 1990 e sacramentado com a era

¹ Professor Substituto no Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (CED/UFSC). E-mail: <clioinsone@gmail.com>

² DANTAS, Jéferson Silveira. *Competências e Habilidades na Formação dos Professores das séries iniciais de nível médio em Santa Catarina: uma análise no interior das Leis 5.692/71 e 9.394/96*. Florianópolis, 2002, 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina.

³ FERRARO, Alceu Ravanello. *Diagnóstico da Escolarização no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 12, p. 22-47, set. /dez., 1999.

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 14, pp. 123-135 (maio 2006)

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), assim como o modelo econômico neoliberal associado aos mesmos, agudizou a dicotomia política econômica/política social, fazendo com que a educação - um bem social comum e de direito - ficasse cada vez mais atrelada ao capital financeiro, tornando o Estado um repassador de bens públicos à iniciativa privada. Desta maneira, a área social torna-se refém do desempenho econômico do país e os indicativos pífios de financiamento da educação básica pública refletem o próprio caráter contraditório do sistema capitalista, ou seja, de que a

‘política social’ é uma expressão típica da sociedade capitalista, que a produz como um antídoto para compensar o caráter anti-social da economia própria dessa sociedade. Entretanto, a *determinação econômica* [grifos meus] projeta sobre a ‘política social’ o seu caráter anti-social, limitando-a e circunscrevendo o seu papel às ações típicas que concorram para a preservação da ordem existente.⁴

É justamente contra este determinismo econômico que se impõe à sociedade civil e aos movimentos sociais de base um silenciamento e a desqualificação de suas práticas sociais, que este artigo pretende compreender a construção de uma alternativa pedagógica nas escolas de educação básica pertencentes ao *Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz*, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

O Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz (FMCMC) passou a se organizar há pelo menos 5 (cinco) anos, tendo em vista as crescentes demandas estruturais das comunidades dos morros e encostas atendidas por determinadas escolas públicas estaduais de Florianópolis. O termo *maciço* corresponde ao recorte geomorfológico irregular onde se concentra uma população plural em todos os sentidos, isto é, repleto de signos culturais, sociais e geográficos, encravada numa sucessão de comunidades com identidades próprias. Não raramente, as escolas de educação básica localizadas nas proximidades dos morros recebem um público multifacetado, resultado de práticas migratórias inter e intra-regionais. Logo, as unidades de ensino⁵ que atuam mais

⁴ SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

⁵ Atualmente, as escolas públicas estaduais que atendem diretamente as comunidades pertencentes ao Fórum do Maciço são as seguintes: Lúcia Mayvorne (Mont Serrat), Jurema Cavallazzi (Morro da Queimada), Celso Ramos (Morro do Mocotó), Lauro Müller (bairros centrais e morros adjacentes), Henrique Stodieck (bairros centrais e adjacências), Hilda Teodoro Vieira (Morro da Penitenciária), Silveira de Souza (bairros centrais e morros adjacentes), Antonieta de Barros (bairros centrais e morros adjacentes) e Padre Anchieta (Morro do Horácio). Há ainda três CEIs (Centros de Educação Infantil) mantidos pelo poder público estadual, que compõem a Comissão de Educação do Fórum do Maciço.

diretamente com estes sujeitos, passaram a buscar soluções de ordem prática para a inclusão social e a diminuição das taxas de evasão/repetência escolares, tendo à frente uma das lideranças mais combativas da comunidade Mont Serrat, o Pe. Vilson Groh.

Neste sentido, estabelecer critérios avaliativos no *corpus* social das unidades de ensino referenciadas e um currículo integrado, requer a compreensão mais ampla desta realidade social. Uma realidade de praticamente 30 mil pessoas que se acotovelam nas encostas e que convivem diariamente com o medo, a insegurança e a violência do narcotráfico. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), utilizado como parâmetro pelos programas sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), encontra-se bastante maquiado na capital catarinense, já que o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) não considera em suas estatísticas e muito menos em seu plano piloto, as condições materiais de existência dos que habitam os morros da capital. A distorção ocorre em pleno perímetro urbano, já que para efeitos estatísticos, a população residente nos morros apresenta o mesmo nível de atendimento básico⁶ de um morador dos bairros centrais de Florianópolis.

Dessa forma, discutir um currículo escolar integrado para estas comunidades é ir além de suas formatações de grade. É, acima de tudo, discutir um projeto histórico, repleto de intencionalidades políticas e ideológicas, marcadamente construído no âmago de um *locus* social marginal, onde o poder público é ineficiente.

Nenhum currículo será discutido, desenvolvido e internalizado pelos educadores que atendem estas comunidades, se não houver a compreensão de que o tempo e o espaço escolares precisam ser redimensionados. Afirmar isso é compreender também que as unidades de ensino são incapazes de interferirem qualitativamente nestas comunidades apenas com o esforço e a boa vontade da equipe pedagógica. Logo, torna-se fundamental desconstruir a falácia discursiva do poder público, que tem depositado um encargo social de extrema responsabilidade ao educador, conforme análise de Dermeval Saviani:

[...], tornou-se freqüente, ganhando mesmo o status de *slogan*, a afirmação de que a saída está na educação, sendo ela a solução para os diversos problemas que afligem a humanidade, desde a violência, passando pelo desemprego, a miséria, a exclusão social, até as agressões ao meio ambiente. Parece ressurgir assim, a visão ingênua que inverte os termos do problema, tomando o

⁶ Entende-se aqui como atendimento básico a água encanada, oferecimento de energia elétrica, sistema de esgoto, recolhimento do lixo doméstico e áreas de lazer.

determinante pelo determinado e vice-versa. Com isso, a educação, de elemento socialmente determinado, passa a ser veiculada como determinante das relações sociais sendo capaz, em consequência, de modificá-las pela força de seu intrínseco poder.⁷

A diminuição do Estado, a adaptabilidade funcional e flexível do trabalhador em educação, a prática do voluntariado, sacudiram sobremaneira os alicerces das principais reivindicações educacionais no Brasil pós-ditadura militar (1964-1985). Assim, o projeto histórico de um currículo escolar necessita estar alinhado a um debate agudo sobre o que é *macro* e sobre o que é *microestrutural*. Os encaminhamentos pedagógicos, - que em essência são acima de tudo práticas sociais - devem estar voltados a uma investigação permanente de como se opera a exclusão social e quais mecanismos são necessários nas escolas para se evitar o reforço desta exclusão.

Neste sentido, pensar numa construção curricular mobilizadora de intencionalidades coletivas e que atendam minimamente as especificidades sociais de uma comunidade, requer uma forma diferente de se educar. O currículo escolar teria de romper suas fronteiras ou áreas disciplinares,

baseada na interpretação da realidade, orientada para o estabelecimento de relações entre a vida dos alunos e professores e o conhecimento disciplinar e transdisciplinar (que não costumam coincidir com o das matérias escolares) vão elaborando. Tudo isso para favorecer o desenvolvimento de estratégias de indagação, interpretação e apresentação do processo seguido ao estudar um tema ou um problema que, por sua complexidade, favorece o melhor conhecimento dos alunos e dos docentes de si mesmos e do mundo em que vivem [...]⁸

Entretanto, afirmar isso ou construir o currículo pelo currículo, ainda não denota avanço no processo pedagógico. Hernández nos alerta de que a dimensão do currículo transdisciplinar não é uma tarefa pragmática, com um ponto final. Antes, porém, estabelece novas e crescentes problematizações, que vão desde as mudanças pontuais na organização espaço-temporal da escola, o currículo por disciplinas, as expectativas das famílias, atitudes profissionais dos estudantes, até a sensibilidade do poder público e dos meios de comunicação.

⁷ Op. Cit., p. 2.

⁸ HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Trad. Por: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 39.

Quando os eixos temáticos⁹ foram elencados e debatidos na Comissão de Educação¹⁰ e nos encontros de formação docente do FCMCM, tentava-se ali estruturar, ainda que de forma incipiente, uma possibilidade de currículo, alicerçado nos problemas mais imediatos das comunidades atendidas pelas escolas públicas estaduais. *A priori*, pensar numa construção curricular partilhada entre as comunidades escolar e local exige muito mais do que temas transversais - ainda que legítimos - mas, sobretudo um enfoque em que as próprias comunidades possam se identificar e localizar suas potencialidades.

Levando isso em conta, as implicações que um currículo escolar tem a partir da interdependência entre as comunidades escolar e local passa, necessariamente, pela compreensão do que são políticas públicas hegemônicas e contra-hegemônicas e também de como se estabelecem os vínculos identitários de comunidades situadas nas encostas/morros de Florianópolis.¹¹ Para Vilson Groh, morador da comunidade Mont Serrat e coordenador do FCMCM, são as *experiências* comunitárias que formam o sujeito coletivo, onde “gestos, palavras, corpo, alma se colocam em sintonia”.¹²

Logo, a análise de toda esta problemática, que é multidimensional, tem maiores possibilidades de ser desvendada se partirmos para um enfoque etnográfico, já que muitos fatores relacionados à evasão/repetência escolares estão diretamente associadas à não compreensão por parte de certos segmentos da comunidade escolar, de que crianças e jovens vivem em situações alarmantes de miséria social, implicando na desqualificação sistemática de suas histórias de vida, assim como a história de vida de seus progenitores. Neste sentido, torna-se essencial imprimir um olhar sobre as comunidades do FCMCM tendo como limites metodológicos as categorias

⁹ Os eixos temáticos são os seguintes: 1) Violência; 2) Sabor e Saber (merenda sem agrotóxico); 3) Sexualidade; 4) Meio Ambiente; 5) Comunicação; 6) Violência; 7) Arte-Educação; 8) Informática; 9) Biblioteca. Estes temas estariam transversalizando as comunidades atendidas pelas escolas do FCMCM, objetivando encaminhamentos comuns e, sobretudo, problematizações consistentes relacionadas ao entorno social dos educandos.

¹⁰ A Comissão de Educação, responsável pela articulação, organização e proposição dos encaminhamentos das demandas locais na construção de políticas públicas, representa um dos braços do FCMCM, tendo à frente os diretores das escolas de educação básica e também dos centros de educação infantil, assim como outros representantes da equipe pedagógica destas unidades de ensino. Em sua organização mais ampla, o FCMCM é legitimado na organização das entidades e/ou associações dos morros, contando com comissões específicas nas áreas de lazer, meio ambiente, segurança, comunicação e trabalho e renda.

¹¹ Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Por: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹² GROH, Vilson. *As Comunidades: planejamento e formação da consciência coletiva. Movimento, práticas do cotidiano escolar*, São José, n. 2, p. 8-10, mar. 2003, p. 8.

analíticas próprias do conhecimento histórico, que lidam amiúde com *o espaço, tempo, memória e identidade*.¹³

Desta forma, um outro aspecto que se precisa problematizar é a interação existente entre as comunidades escolar¹⁴ e local no que tangia às expectativas familiares mais visíveis sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas de educação básica pertencentes ao FMCMC. Pesquisas sistemáticas de campo e um olhar diferenciado dos cientistas sociais que quisessem lidar com este objeto, teriam de assimilar as contradições, incongruências e os juízos de valores que as comunidades escolar e local fazem umas das outras. A ausência de um projeto curricular, ainda persiste como um “vácuo”, pois as decisões de caráter coletivo numa unidade de ensino necessitam constantemente do diálogo e do embate entre diferentes concepções de aprendizagem. O poder público conservador opera justamente aí, ou seja, na desmobilização das comunidades escolar e local, impondo suas grades curriculares, suas capacitações¹⁵ continuadas desconectadas do entorno social dos educadores, e com um matiz teórico que até hoje não foi totalmente internalizado por estes trabalhadores em educação.¹⁶

Importante salientar ainda, que o recorte temporal que originou este artigo corresponde aos últimos 10 (dez) anos, tendo em vista que a organização do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz se deu, exatamente, em findos da década de 1990, vindo a se constituir numa perspectiva mais complexa nos primeiros anos do século XXI. Neste sentido, o FMCMC teve sua base embrionária durante a gestão da Frente Popular¹⁷ no município de Florianópolis (1993-1996),

¹³ DANTAS, Jéferson Silveira. A construção curricular transdisciplinar nas escolas pertencentes ao Fórum do Maciço. *Movimento, práticas do cotidiano escolar*, São José, n. 4, p. 18-25, set. 2003.

¹⁴ Sempre que me referir à comunidade escolar, estarei tratando dos sujeitos mais diretamente relacionados a ela, ou seja, estudantes, professores, pais e funcionários. A participação dos pais nas escolas que atendem as comunidades do FMCMC não representa, necessariamente, o mesmo conjunto comunitário encaixado nos bairros periféricos da capital, por isso, esta distinção.

¹⁵ É interessante perceber as denominações dadas pelo poder público estadual à formação continuada dos educadores (capacitação/reciclagem), denotando a precariedade da formação inicial deste sujeito e, ao mesmo tempo, desqualificando-o com termos no mínimo pejorativos.

¹⁶ A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) ainda representa uma “caixa preta” para muitos educadores, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Daí virem os seguintes questionamentos: que práticas pedagógicas se desenvolvem na maioria das escolas públicas estaduais? Até que ponto os pressupostos filosóficos e metodológicos aparecem nestas práticas pedagógicas? (DANTAS, 2002).

¹⁷ A Frente Popular era formada pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Social (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). No que tangia à forma de governar em Florianópolis, estas organizações partidárias implementaram uma marca administrativa até então inédita, que passou a ser uma referência em várias capitais e cidades capitaneada pela Frente Popular: o orçamento participativo.

onde pela primeira vez se invertia na capital catarinense os níveis de prioridade da cidade, ou seja, as periferias começaram a ter uma visibilidade até então negada pelo poder público municipal, quase sempre associado a velhas práticas clientelistas e de desqualificação dos menos favorecidos.

Nas palavras do próprio coordenador do FMCMC, Pe. Vilson Groh, o espaço pedagógico não se concentra tão-somente no território escolar, mas está encravado nas comunidades periféricas atendidas por estas escolas num processo de redes e parcerias, “onde [sic] os territórios vão sendo desguetizados [sic] e ampliam suas relações na construção das políticas públicas, através do fortalecimento dos movimentos comunitários”.¹⁸ Entretanto, não é sem tensões e conflitos que estes diferentes espaços de convívio se legitimam e buscam suas próprias identidades. Há uma trama institucional no território escolar que pode ao mesmo tempo promover uma formação emancipatória do sujeito, como desqualificar suas histórias de vida, naturalizando as desigualdades sociais e ampliando os já tenebrosos índices de evasão e repetência escolares nos primeiros anos de vida escolar. As unidades de ensino por serem espaços historicamente institucionalizados, ainda carregam consigo uma marca política e ideológica arraigada ao favoritismo e ao clientelismo, resultado de impasses históricos que ainda forjam determinadas hierarquizações internas, sem conseguir desburocratizar as determinações verticalizadas dos sistemas de ensino.¹⁹

Sendo assim, os últimos anos da década de 1990 no campo educacional se tornam emblemáticos, um momento histórico onde o pragmatismo ideológico se alojou com tamanha fúria, que mesmo os movimentos sociais mais combativos de décadas anteriores perderam sua força de atuação e, principalmente, de intervenção. Este arrefecimento social abriu espaços consideráveis para a sanha dos reclamos neoliberais, situação desencadeada/formalizada na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de dezembro de 1996, de cunho nitidamente privatista, ambígua e lacunar.²⁰ Além disso, passou a se consolidar a idéia do voluntariado na educação básica, a adaptação funcional dos trabalhadores em educação (polivalência) e o já precário financiamento público em todos os níveis de ensino.

¹⁸ Op. Cit., p. 9.

¹⁹ Cf. VALLE, Ione Ribeiro. *Burocratização da Educação: um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 1996.

²⁰Cf. SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

Todo este contexto se agudiza com a eleição de Esperidião Amin²¹ para o governo do Estado (1999-2002) e de sua cônjuge, Ângela Amin, para a cidade de Florianópolis (1997-2000/2001-2004), denotando velhas práticas clientelistas e gestões que governam de costas para as comunidades periféricas.

No que concerne ao espaço de discussão/territorialização do objeto em questão, é importante destacar alguns aspectos históricos que levaram à atual organização populacional periférica de Florianópolis, fundamentalmente a ocupação desordenada dos morros e encostas. A capital catarinense teve toda sua ocupação urbana realizada de maneira disforme. Nos primeiros sessenta anos do século XX, Florianópolis conservava o seu ar provincial e a especulação imobiliária estava longe dos patamares que alcançou principalmente nos anos 1970. Foi, justamente, na gestão do governo Celso Ramos (1961-1965), que foi criado o 1º. PLAMEG (Plano de Metas do Governo), que entre outras medidas, apontava para a ampliação de quadros técnicos especializados e toda uma reformulação do aparato logístico que possibilitasse a instituição de Bancos, universidades, grupos empresariais, etc., em Santa Catarina. Os governos subseqüentes mantiveram a lógica do *Desenvolvimento com Segurança*, tendo em vista o período da Ditadura Militar, e Florianópolis passou a ter uma robustez administrativa no setor público até então inimaginável.²² Entretanto, é importante que se considere que mesmo antes da ascensão dos generais-presidentes ao Poder Executivo, Florianópolis já havia sofrido sensíveis reformulações urbanas durante os primeiros anos republicanos. Cortiços, casas simples de pedreiros, marceneiros e de lava-deiras foram demolidas para darem lugar a praças e prédios públicos, como convém a uma capital. A sanitização e o embelezamento da cidade seguia o modelo da capital brasileira, Rio de Janeiro, onde o prefeito-engenheiro, Pereira Passos, empreendeu uma verdadeira guerra contra os desvalidos que *contaminavam* a cidade.²³ Em Florianópolis, as elites políticas, famílias tradicionais, tinham o claro intento de afastar a leva de homens e mulheres pobres dos passeios públicos, além de recolhimento de crianças órfãs, evitando assim a proliferação da prostituição. As elites políticas florianopolitanas, des-

²¹ Esperidião Amin foi governador de Santa Catarina em outra oportunidade (1982- 1986). Aliado das tradicionais cepas oligárquicas que governam o Estado, Amin se constituiu atualmente como uma das principais lideranças políticas do Partido Progressista (PP), ligado à antiga legenda partidária da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) durante o período ditatorial militar (1964-1985).

²² DANTAS, Jéferson Silveira, Op. Cit., p. 19 e ss.

²³ O acontecimento histórico aqui relatado se refere à Revolta da Vacina (1904), denotando a ausência de políticas públicas para os setores excluídos da sociedade civil, além de revelar a face perversa do regime republicano recém-inaugurado no país.

ta forma, permitiram que este contingente excluído passasse a ocupar o Morro do Antão - mais conhecido atualmente como Morro da Cruz - elevando os patamares de miséria e condições adversas de convívio social.²⁴

Vale destacar ainda as intensas práticas migratórias para Florianópolis, que se agudizaram justamente durante o regime militar. O setor econômico primário foi incrementado com a chamada agroindústria e também com a intensa abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, através da transferência tecnológica dos países centrais para os países periféricos. Logo, com os investimentos maciços no setor agroindustrial catarinense, iniciou-se um processo crescente de êxodo rural, já que os pequenos agricultores e suas práticas agrícolas consideradas ultrapassadas, tinham dificuldades em obter créditos agrícolas, além de terem de competir com o grande capitalista na área rural. Os dados estatísticos não deixam dúvidas: durante a década de 1960, praticamente 70% da população produtiva catarinense estava concentrada no setor rural; já na década de 1980 este índice cai para 40%.²⁵ Não é sem razão que os conflitos no campo e o embate contra a concentração de terras (latifúndio), vão gerar alguns anos mais tarde a organização do movimento dos trabalhadores rural sem-terra (MST).

As práticas migratórias, neste sentido, passam a ser uma opção para as famílias empobrecidas do meio rural catarinense, principalmente aquelas provenientes do meio-oeste. A busca por melhores condições de vida vai se realizar naquele espaço social onde, teoricamente, há mais oportunidades de trabalho, neste caso, a capital do Estado. Quando estas famílias chegam à Florianópolis se deparam com um lugar que não lhes pertence e toda a adaptação às condições de vida daquele *locus* de convívio tem de ser absorvida rapidamente, sem qualquer transição menos traumática. Isto significa que o migrante não tem tempo hábil para elaborar conceitualmente suas perdas, que não são apenas materiais, mas fundamentalmente afetivas e sociais:

[...], a migração em si é indicadora não só da sociedade e das relações de força entre regiões, mas também é, fundamentalmente, reveladora dos dilemas e conflitos subjetivos a que está afeito todo aquele que se desloca. O migrante sai de um universo cultural

²⁴ KUPKA *apud* NASCIMENTO, Carta D' Lourdes do. "Sagrado dever é servir à Pátria" - a educação cívico-patriótica na Série Fontes. Florianópolis, 2003, 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁵ Cf. GIESE, Bárbara. 1964 através da imprensa catarinense: a modernização da agricultura de Santa Catarina enquanto reflexo do ideário do Estado autoritário. In: DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

recebido por herança ao nascer em direção a outro em que é confrontado com o que lhe foi dado *a priori*. Entre o sair e o chegar, ocorre um processo duplo que vai falar das ilusões dos emigrantes ao sofrimento do imigrante que atravessa a fronteira do estabelecido e do desconhecido.²⁶

Se não tivermos esta percepção, de que os que habitam os morros e encostas de Florianópolis se sentem “estrangeiros” em seu próprio Estado, não teremos um quadro real das subjetividades destas comunidades periféricas. O marginalizado, o excluído social, já carrega consigo toda uma carga pejorativa que lhe dificulta ainda mais a sua trajetória por busca de trabalho e uma renda satisfatória. Os mais afetados são os jovens, que ao terem como referências afetivas famílias desestruturadas ou mergulhadas no trabalho informal, além do narcotráfico, passam a ter um autoconceito extremamente depreciativo, que poderá se agravar durante a sua trajetória escolar com o reforço desta exclusão ou a naturalização das desigualdades sociais. Daí, a importância estratégica em se compreender como as escolas de educação básica de Florianópolis assistem estas comunidades periféricas e se o nível relacional se dá a partir de práticas dialógicas horizontais ou verticais.

Faz-se necessário compreender como a *cultura da violência* opera nestas comunidades periféricas, no que diz respeito aos fatores mais concretos - como estes sujeitos produzem a sua vida material - e aos fatores subjetivos. A grande maioria dos jovens matriculada nas escolas de educação básica pertencentes ao FMCMC apresenta em suas histórias de vida particularidades comuns, ou seja, traumas ou

experiências constantes de dor, tristeza, humilhação, abandono e desamparo [levando-os] à negação do sentimento vivido em função dessas experiências. Crianças que são humilhadas, maltratadas, abusadas por adultos, desrespeitadas em sua integridade física e moral acionam um mecanismo de defesa que é a negação do sentimento. Passam a investir todas as suas energias em si próprias para se defenderem, e assumem uma atitude agressiva frente à sociedade, em resposta ao que receberam. Revidam à humilhação ou agressão sofrida tentando negar o que sentem com relação ao outro.²⁷

²⁶ CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo A. (Org.). *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 148.

²⁷ VASCONCELOS, Ruth. O narcisismo e a violência na atualidade. In: BURITY, Joanildo A. (Org.). *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 171.

Em maior ou menor graus, estes jovens começam a ter um comportamento social intolerável para os mecanismos legais vigentes,²⁸ representando um perigo real para a sociedade capitalista. As aspirações de consumo destas comunidades excluídas revelam as contradições do *modus operandi* do modelo liberal, ou seja, elas desejam o que as classes sociais mais abastadas têm e, para isso, utilizam seus próprios instrumentos de poder. A partir do que Vasconcelos propõe, os sujeitos que sofrem de perdas afetivas desde a infância podem cedo ou tarde desenvolver determinadas características de personalidade que afetam a capacidade de julgar. Isto significa que a vida perde qualquer valor e todo e qualquer sentimento fica praticamente anestesiado no íntimo deste sujeito.²⁹ Isto em hipótese alguma deve ser descartado na análise dos sujeitos que compõem estas comunidades, embora tenhamos a plena convicção de que no plano mais concreto, a concentração de renda e a desigualdade social são uma construção histórica e de que particularidades degenerativas da personalidade humana não podem ser associadas de maneira leviana aos pobres e miseráveis.

Desta maneira, como pensar num currículo escolar que atenda as subjetividades destas comunidades?

Uma das maiores falhas estratégicas que talvez a Comissão de Educação do FMCMC tenha cometido neste sentido foi a tentativa de estabelecer *a priori* um currículo integrado a partir de uma perspectiva transdisciplinar, sem dialogar de maneira mais ampla com as comunidades atendidas pelas escolas de educação básica do Fórum. Além disso, é fundamental compreender que a burocracia estatal educacional não abre mão de suas interferências no campo curricular, o que já é esperado em qualquer sistema de ensino da federação.³⁰ Necessariamente, há um embate entre o currículo oficial e o *currículo do devir*, ou se quisermos generalizar, um embate entre o dito currículo oficial e um currículo alternativo. Porém, isto se torna mais

²⁸ Entende-se aqui por mecanismos legais vigentes a Constituição Federal, o Código Civil e o Código Penal.

²⁹ A autora tenta articular na sua explanação as interfaces teóricas e metodológicas entre a Sociologia e a Psicanálise, chegando a algumas definições bastante profícuas.

³⁰ Quando lidamos mais diretamente com práticas discursivas no ambiente escolar não é possível minimizar aquilo que os sistemas de ensino compreendem ser o que deve ser seguido, aquilo que é mais doutrinário ou pragmático, com todas as relações de força e saberes que carregam consigo. Nas palavras de Michel Foucault: "O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?" V. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10 ed. Trad. Por: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Editora Loyola, 2004, p. 44-45.

intrincado nos dias de hoje, tendo em vista que os currículos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais e a Proposta Curricular de Santa Catarina, por exemplo) carregam consigo elementos conceituais, teóricos e metodológicos bastante semelhantes aos construídos pelos movimentos sociais do magistério na década de 1980, principalmente. Nas palavras de Corazza, corre-se o risco de hibridismo curricular, e o que era alternativo passa a ser um amálgama difícil de discernir, teoricamente.³¹

Além disso, deve-se enfatizar que os projetos políticos pedagógicos (PPP's) das escolas de educação básica do FMCMC têm como alicerce curricular exatamente a Proposta Curricular de Santa Catarina (PC/SC), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Embora os mentores da PC/SC considerem seus pressupostos teóricos completamente diferentes dos PCN's, o que se vê aí é um falso dilema ou quando muito, diferenças conceituais bastante tênues ou questionáveis.³² Não vamos entrar neste mérito por ora, mas não podemos esquecer que ao pensarmos numa construção curricular corremos o sério risco de estarmos legitimando práticas discursivas pré-existentes, o que fatalmente incorrerá em hibridismo. Estabelecer, porém, um currículo *a priori* é o mesmo que saber a resposta antes da pesquisa propriamente dita, o que esfacelaria qualquer possibilidade de estruturação metodológica.

Por fim, os elementos imateriais presentes nestas comunidades específicas (linguagens, brincadeiras, violência) terão de dialogar, necessariamente, com elementos tangíveis presentes no universo escolar. Estes elementos tangíveis são todos aqueles que produzem/reproduzem conhecimento e que interferem diretamente na prática social dos educadores. Logo, os PPP's, os manuais didáticos, recursos midiáticos, atas de conselhos de classe, relatórios individuais de estudantes, fichas individuais de avaliação, paradas pedagógicas, modelos de formação continuada de educadores, estrutura ergonômica dos prédios escolares, acervo da biblioteca da escola, espaço para recreação e práticas desportivas, exercícios dirigidos, etc., precisam ser elevados à condição de fontes primárias para se compreender como o sujeito aprende dentro de uma estrutura curricular já existente e como fazer para superá-la. A História Social já tem nos ensinado a algum tempo, de que somente a *experiência coletiva* é capaz de estabelecer critérios formacionais dife-

³¹ Cf. CORAZZA, Sandra. O que quer um currículo? - pesquisas pós-críticas em educação. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

³² DANTAS, 2002, Op. Cit., p. 52-55.

renciados nas unidades de ensino, o mesmo ocorrendo com as comunidades periféricas, que passam a ter uma marca identitária mais densa e significativa diante de um contexto atual acentuadamente polarizador e excludente.³³

³³ Cf. REIS, Carlos Eduardo dos. *História Social e Ensino*. Chapecó, SC: Argos, 2001.

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

Resenhas

OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência.* Campinas: Alínea, 2005. 159p.

Uma análise crítica do turismo

Aldonei Machado

Uma obra instigante, extremamente atual e que leva o leitor à reflexão. Estas são algumas características do livro de Helton Ricardo Ouriques, Doutor em Geografia e Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar de não analisar o turismo em um local específico, a obra de Ouriques é indispensável para que historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos e turismólogos possam entender, refletir e criticar o fenômeno do turismo no Brasil, sobretudo na cidade de Florianópolis. Nos últimos 20 anos é possível perceber com mais ênfase a construção de uma série de discursos, imagens e representações, veiculadas pelos meios de comunicação, pelas agências de viagem e pelos poderes público e privado, tentando projetar e vender Florianópolis como a cidade das 42 ou 100 praias, que possui um povo acolhedor, exuberantes belezas naturais e um rico patrimônio histórico, artístico e cultural. De acordo com os idealizadores do turismo local,

Florianópolis possui uma “vocalização natural” para o turismo, o qual precisa somente ser planejado, desenvolvido e profissionalizado para gerar receitas, criar empregos, distribuir renda e preservar a história, a cultura e a natureza da capital dos catarinenses. E é justamente este um dos discursos que o livro de Ouriques tenta analisar, pois é fácil perceber que em muitas regiões e/ou cidades do Brasil, a vinda de turistas está cada vez mais se tornando “objeto de desejo” de governantes e empresários, os quais apregoam a crença de que o turismo, ao funcionar como uma “indústria sem chaminés”, é ou será a salvação e o motor do desenvolvimento econômico e ecologicamente correto destas localidades.

Para tecer seu texto, suas análises e suas críticas, Helton Ouriques utiliza com muita desenvoltura uma vasta bibliografia, sendo seu referencial teórico embasado primeiramente em Karl Marx, bem como em reflexões de Walter Benjamin, Eric Hobsbawm, Edgar Morin, Robert Kurz, Edward Thompson, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Caio Parado Jr., entre outros pensadores não menos importantes, além de todo um conjunto de obras resultantes de pesquisas sobre o turismo, obras estas que não fogem ao seu olhar crítico.

Em termos de contextualização histórica, o autor coloca em linhas gerais a diferença existente entre turismo e viagem, diferença esta que muitas pessoas, inclusive alunos, professores e profissionais de turismo, não conseguem estabelecer. Viagens existiram em outros contextos históricos, impulsionadas por vários e diversos motivos. O turismo, enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural é uma “criação, uma possibilidade,

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 14, pp. 137-142. (maio 2006)

um produto do desenvolvimento da modernidade capitalista”. O turismo atingiu uma maior expansão na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade do Século XX e a partir do pós-guerra, em função do acelerado crescimento econômico capitalista, mas também por causa dos maiores salários, das férias remuneradas, da redução da jornada de trabalho e de um maior tempo livre das pessoas, principalmente dos trabalhadores. O crescimento e a internacionalização das práticas turísticas também estão associadas com a melhoria dos meios de comunicação de massa e dos transportes aéreos, ferroviários, marítimos e rodoviários, trazendo a expansão de outras atividades, ou seja, mais hotéis, aeroportos, restaurantes, parques temáticos e agências de viagem, além da implementação e da consolidação de uma “indústria do lazer”.

O turismo é associado geralmente com o tempo livre, com o tempo do não-trabalho, com o ócio, sendo que esta relação está presente na maioria das obras que tratam sobre o tema. Neste sentido, Ouriques analisa as falas de alguns pesquisadores, os quais divulgam que o turismo é uma atividade que possibilita ao ser humano refazer as energias do trabalho estafante, relaxar o corpo e a mente, viver diferentes e novas experiências, conhecer melhor o mundo e até mesmo ser mais livre e feliz. Em uma outra perspectiva, o autor nos faz refletir que o indivíduo ao “se desligar do trabalho”, descansar e praticar turismo está também se preparando enquanto “força de trabalho” para o capital. O turismo é, portanto, uma “máquina de reconstituição capitalista”. É um fenômeno do capitalismo contemporâneo, uma “atividade que se desenvolve no

contexto da transformação do tempo do não-trabalho” - atividades de lazer, férias, finais de semana e feriados prolongados - em um “tempo do capital”, tempo este em que o ser humano “que consome o turismo não deixa de reproduzir a lógica do capital”. Sendo assim, o ócio, caracterizado como “não fazer coisa alguma”, passa a ser desqualificado, já que o tempo livre, do lazer, do não-trabalho dos indivíduos, sobretudo dos trabalhadores, são apropriados e controlados, necessitando se tornar, de acordo com o capitalismo, um tempo economicamente produtivo, útil, racional e lucrativo. Além disso, a prática do turismo, enquanto atividade econômica, possui sua base de sustentação também no trabalho, pois toda a infra-estrutura para receber o turista - meios de hospedagem, restaurantes, agências, transportes, guias, equipamentos de lazer, entre outros elementos - está fundamentada no trabalho de milhares de pessoas e na capacidade de consumo dos turistas.

Aliás, consumo é um termo chave para se entender a relação entre o turismo e o capitalismo. Helton Ouriques utiliza a expressão “mercadoria-paisagem” para explicar que aquilo que o turista vê é construído socialmente como “matéria-prima” do turismo. Neste sentido, as paisagens, a natureza, o patrimônio histórico e artístico, as manifestações folclóricas, a gastronomia, as práticas culturais, as ruas, as praças, os monumentos e até mesmo as pessoas de uma cidade ou região são vendidas enquanto mercadorias, tornando-se “objetos de consumo, como se isso fosse uma característica inerente” destes elementos.

A “mercadoria-paisagem” está intimamente relacionada com o conceito de “fetichismo da mercadoria”. O

turismo também pode ser caracterizado como uma “forma de fetichismo”, visto que cria e multiplica necessidades, criando também nos turistas a idéia de “desejos de posse de objetos”. Com o turismo o “fetichismo da mercadoria é potencializado”, pois as paisagens naturais, a história e a cultura, por exemplo, são “coisificadas”, transformadas “naturalmente” em mercadorias turísticas, que podem ser consumidas através do olhar, da visita, do cartão-postal, do *souvenir*, da fotografia e da filmagem, contrariando, portanto, o discurso da “vocaçã natural” das cidades, das regiões e das localidades em lugares turísticos. Indo mais além, o turismo e o turista também estão inseridos numa “sociedade do espetáculo”. O que predomina na indústria do turismo são as imagens sedutoras, a estética, aquilo que é tornado diferente e exótico, enfim, “o seu apelo visual”, fazendo “com que a sociedade ofereça-se a si mesmo como espetáculo”. Neste sentido, a vida, a natureza, a história, as manifestações culturais, a religiosidade e até mesmo a miséria social, as guerras e o sofrimento alheio, como é caso do turismo em favelas cariocas e em campos de refugiados na África, podem, através do turismo, transformar-se em espetáculos para serem vistos, vendidos e consumidos.

O autor abre um capítulo para identificar as principais correntes acadêmicas que tentam pensar a indústria do turismo no Brasil. Uma delas é intitulada de “corrente liberal”, a qual, em linhas gerais, defende a ação e a função do Estado na indústria do turismo através da criação de políticas públicas. Tal corrente considera também que o poder estatal deve funcionar como “regulador”, estabelecer um

“bom clima para os negócios”, prover ou indicar responsabilidades para a montagem da infra-estrutura turística e fazer cumprir a lei quando ocorrerem atitudes que possam comprometer ou prejudicar o turismo, tais como vendedores ambulantes e ocupações habitacionais consideradas ilegais aos olhos dos empresários do setor. Ouriques nos faz pensar que este pensamento não difere daquele que cobra a mesma atuação do Estado em outros setores da economia, como é o caso da atividade industrial. Em outras palavras, cabe ao Estado também investir para garantir o retorno do capital investido pelo empresários da indústria do turismo.

Uma outra corrente é a do “planejamento estatal”, que parte do pressuposto que o turismo só irá se desenvolver com harmonia social, com qualidade e como atividade econômica sustentável quando pesquisado, planejado e controlado pelo Estado. Tal concepção tem como principal argumento acreditar no Estado como “provedor em um duplo sentido”: “como condutor”, pelo planejamento e controle das atividades turísticas, mas sem deixar de ser o principal “financiador”, isto é, o “suporte financeiro para a expansão do setor”.

A terceira corrente, que o autor intitula de “pós-moderna”, é caracterizada por não possuir uma “unidade teórica”, sendo marcada também pela contradição, pois apesar de defender a “sustentabilidade” da natureza, enxerga “a paisagem como recurso turístico”; mesmo demonstrando preocupação social com as cidades, regiões e localidades receptoras de turistas, culpa seus moradores pela “degradação do patrimônio ambiental e cultural”; ao mesmo tempo que nega o

“turismo de massa”, apregoa “as virtudes do turismo brando”, como se este último realmente pudesse existir e fosse o remédio para os males da sociedade.

A quarta e última corrente é a “crítica”, que está preocupada em analisar e principalmente questionar o discurso que apregoa o “caráter intrinsecamente benéfico” do turismo para a sociedade. Além disso, seus pensadores discutem os desdobramentos do turismo na “vida das comunidades receptoras” e “as condições de trabalho nas atividades turísticas”. Os pensadores desta corrente, ao contrário das anteriores, buscam compreender o fenômeno do turístico em toda a sua complexidade, colocando-o no interior da sociedade capitalista, a qual é capaz de “mercantilizar tudo, inclusive a paisagem”.

Em um outro momento da sua obra, Helton Ouriques aborda o que chama de “ilusão do desenvolvimento, de dependência e de reedição do colonialismo”. O próprio autor alerta o leitor que pode parecer um tanto quanto problemático relacionar o colonialismo com o turismo, visto que já ocorreu o processo de descolonização em âmbito mundial. No entanto, Ouriques argumenta que passada a situação colonial, os países periféricos do capitalismo entram numa situação de dependência, de subordinação em relação aos países ditos desenvolvidos. Para Ouriques existe “a persistência de traços colonialistas no turismo”, o qual pode ser caracterizado como um “agente colonizador e de reforço da dependência”. O turismo nos países periféricos é uma forma de domínio capitalista por parte das “classes dominantes ou das frações de classe” dos países centrais, especialmente os europeus e os Estados Unidos,

associadas com as elites dominantes dos países receptores. Sendo assim, com o turismo ainda permanecem estruturas econômicas coloniais, pois a periferia continua fornecendo “matéria prima” (paisagens, natureza, culturas, patrimônios e força de trabalho), além de aprofundar as diferenças referentes ao bem estar econômico e social entre os países centrais e periféricos.

Ao longo do Século XX, a atividade industrial foi idealizada, caracterizada como o setor produtivo que iria trazer a abundância, o desenvolvimento e a modernidade para os países considerados “subdesenvolvidos” ou em “vias de desenvolvimento”. Nas últimas décadas, empresários, governantes e pesquisadores não se cansam de proparar que o turismo é atualmente “a segunda ou terceira fonte de renda”, “o grande empregador do mundo”, o “passaporte” não para uma viagem, mas para o desenvolvimento econômico. Para o autor este desenvolvimento não passa de um mito, de uma ilusão, na medida que a introdução do turismo nos países não centrais do capitalismo formou apenas “ilhas de prosperidade”, com alto índice de consumo e produção, só que restritas a poucos indivíduos. Por outro lado, milhões de pessoas das comunidades receptoras que viviam de profissões tradicionais, pescadores, por exemplo, viraram mão-de-obra extremamente barata, direta ou indiretamente relacionada com o fluxo turístico, tais como garçons, guias, cozinheiros, faxineiros, motoristas, trabalhadores em hotéis, pousadas, entre outros. Este novo colonialismo ou este falso desenvolvimento traz à tona outros sérios problemas, tais como o turismo sexual de homens e de mu-

heres, adultos ou não, tão presente em muitos países receptores, os quais são considerados verdadeiros “jardins das delícias” para muitos turistas. Além disso, o autor coloca que a atividade turística nos “países pobres” transformou muitos dos seus residentes em mercadorias, em força de trabalho, transformando também suas festas tradicionais, suas identidades, suas profissões, suas manifestações culturais e seus hábitos cotidianos em “coisas exóticas” e “pitorescas” para o consumo e o deleite dos turistas. Neste sentido, a cultura das pessoas locais é vista e tratada de “maneira semelhante à natureza: como um grande espetáculo”.

Helton Ouriques dá ao último capítulo de sua obra o sugestivo título de “*Brasil: de colônia de exploração à colônia de férias*”. Tal título é justificado pelo autor na medida que, apesar de “terminar” o sistema colonial imposto ao Brasil pela Coroa Portuguesa, sistema este em que nossa função era destinar para fora produtos e mercadorias, tais como açúcar, ouro, pau-brasil, algodão, café, entre outros, ainda continuamos uma colônia, só que agora explorados pela atividade econômica da “moda”, pelo turismo, ou melhor, pelos turistas e pelos empresários do setor. Neste sentido, continuamos projetando e lançando para o exterior um outro produto, agora turístico, ou seja, nossa natureza, nossas práticas culturais, nossa história e nossos patrimônios.

As paisagens naturais brasileiras, só para ficar num exemplo, são apropriadas e exploradas pela indústria do turismo, projetando o Brasil como um “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”. O Brasil seria e é visto como um “grande jar-

dim”, o “Eldorado”, o “paraíso”, praticamente sem as “catástrofes naturais que assolam outras partes do mundo”, enfim, um “cartão-postal natural”, o que no âmbito da concorrência capitalista é caracterizada como a grande “vantagem competitiva” que o Brasil tem em relação aos outros países para adentrar no circuito turístico mundial.

Esta relação de exploração também pode ser vislumbrada nas condições de trabalho da indústria do turismo no Brasil. Demonstrando estatísticas oficiais e citando trabalhos de outros pesquisadores, o autor contraria os discursos que apregoam que o turismo é o maior gerador de emprego e de renda na atualidade. Para Ouriques, o trabalho no setor turístico brasileiro, além de ser pago com salários inferiores à média nacional, é também marcado pela informalidade, pela sazonalidade e pelas extensas jornadas de trabalho, possui vínculos empregatícios precários e à margem da legislação trabalhista, bem como utiliza frequentemente mão-de-obra infantil. Para concluir, Ouriques afirma que a indústria do turismo acaba por reproduzir nossa dependência em relação aos países capitalistas desenvolvidos. O Brasil transforma-se em uma verdadeira e imensa “colônia de férias”, ou seja, nossos trabalhadores passam a ser considerados “serviçais”, possuidores de paisagens e culturas ímpares e exóticas, as quais são vistas como espetáculo e consumidas como mercadorias.

Alguns leitores podem considerar “radicais” as reflexões e as críticas apresentadas por Ouriques. E realmente são, pois o autor tenta ir “nas raízes da questão”. Além disso, tal obra é corajosa e provocadora, pois “colo-

ca o dedo na ferida” e contrapõe os discursos, o senso comum e as análises superficiais e até mesmo ingênuas que são feitas sobre a indústria do turismo no Brasil e na cidade de Florianópolis.

¹ Mestre em História (UFSC). Professor do curso de Turismo das Faculdades Integradas da Associação de Ensino de Santa Catarina (Fassesc) e da Prefeitura Municipal de Florianópolis. E-mail: <aldoneimachado@yahoo.com.br>

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Ed. da Univali/Ed. da UFSC, 2004. 533p.

**A Segunda Guerra Mundial
vívda e sentida em Santa
Catarina**

Onice Sansonowicz¹

Até data recente, na historiografia sobre Santa Catarina, raramente a Segunda Guerra Mundial era tema de discussões, e quando dela se tratava, girava em torno de memórias de ex-combatentes e da vitória contra ao Eixo, nada mais. Incomodada com esta ausência, a historiadora Marlene de Fáveri foi à caça de fontes, principalmente amparada nas memórias das pessoas que viveram na época (1939 a 1945), buscando compreender como a população civil experimentou este tempo de tensões, e, nesta busca, encontrou outras fontes

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 14, pp. 142-145. (maio 2006)

inéditas que deram fôlego para uma obra que reabriu o debate e ampliou decisivamente o olhar historiográfico sobre o tema, apontando para um cotidiano adverso até então silenciado.

Compulsando ricas fontes, como os processos crime abertos à época pelo Tribunal de Segurança Nacional, correspondências da população civil, fontes policiais e da imprensa, fontes eclesiais e, com o vigor de narrativas, as fontes da memória, as quais fizeram por revirar esta “outra” guerra com os sentidos dos narradores. Mágoas, feridas que reabriram, medos, revanchismos, resistências, prisões, torturas, levaram a uma pergunta inevitável: como uma guerra cujo campo de batalha foi no além-mar, provocou tantas fissuras no cotidiano, a ponto de ficarem escondidas por mais de 50 anos?

O livro da historiadora propõe que houve no Estado catarinense uma “outra” guerra, vívida como preferiu chamar, nas franjas do cotidiano, onde os enfrentamentos entre nacionais e estrangeiros/descendentes foram vividos na contingência das políticas governamentais que fizeram por construir imaginários sociais permeados de medo, provocando uma caça a possíveis espíões no contraponto do patriotismo exacerbado, imaginários esses que vem ressignificados nas lembranças, mas que também foram fartamente produzidos oficialmente com intuito de fomentar o “perigo alemão”. O Estado Novo, por sua vez, fez o tempo de fomentar políticas educacionais e repressoras que permitiam uma guerra interna, de denúncias.

Dessa forma e com muita perspicácia, Marlene tece a narrativa recuperando sentidos, cruzando e entremecendo fontes, onde aparecem as dores, medos, lágrimas, risos, solidariedades,

sofrimentos. Não descuida da nacionalização forçada da língua, que incidiu com força na escolarização, motivo de ressentimentos ainda doloridos para homens e mulheres que tiveram que calar na língua de origem de ora para outra. Cabe destacar o capítulo relativo à criminalização da língua que, de elemento de pertencimento, meio de transmissão da cultura, torna-se motivo para represálias, identificando os falantes a “inimigos da pátria”. Como silenciar na educação dos filhos, nas necessidades cotidianas, na vida comunitária, na igreja, na escola? Lugar de adquirir capital simbólico, a escola torna-se centro de embates e jogos de poder: abrazeirar pela língua era imperativo, mas, como ensinar em português, quando os alunos só compreendiam a língua de origem? As mulheres professoras falam desta experiência; os alunos rememoram os enfrentamentos... Uma saudação em alemão ou italiano, e a prisão estava decretada. A polícia, o espião, o delator, sempre à espreita!

Também não omite casos de demissões, exonerações, apreensões, exonerações, tornadas oficiais no calor do momento. No capítulo sobre as prisões, as fontes falam muito: inéditos até então, os processos crime mostram que a interpretação desafia a historiadora, que, entremeando fontes oficiais com memórias de torturas, como a de beber óleo, lida à contrapelo, e deixa as finte falarem, não arriscando verdades, estas que não existem e sim possíveis olhares interpretativos. Ao falarmos de campos de concentração, as representações imediatamente nos reportam aos campos nazistas de Auschwitz. O percurso apontado pela autora mostra que havia também campos de concentração no Estado (na Trindade, em Florianópolis, e em Joinville),

que, se menos violento, não menos traumático. A violência física, os maus tratos, o beber óleo cru, a humilhação, a desonra, o sentir-se roubado. Esses foram alguns dos tratamentos para eliminar os inimigos da nação e garantir o estabelecimento do nacionalismo.

O clero católico e protestante não escapou às normatizações, cabendo-lhes o dever de obediência ao Estado, muito embora os dois poderes ladeassem o patriotismo, disputavam o tempo todo. A Igreja não escapou às sanções, fazendo com que a religiosidade fosse afetada, pelo menos no referente às reuniões dominicais - na intimidade dos lares, só muito escondido era possível rezar...

Permeando praticamente toda a narrativa, o medo é sentido presente em todos os depoimentos. Tempo de guerra, é tempo de medo. Medo a que está submetida a grande maioria da população que de uma hora para outra se vê obrigada a se tornar patriota/brasileira, para não ser vista como “outro”. “Outro” entendido aqui como inimigo do Estado nacional, e que necessitava ser identificado: o “quinta - coluna”, o traidor, o nazi-fascista, enfim, aquele que pudesse oferecer qualquer “risco” à segurança do país. Num Estado com grande contingente populacional imigrante, as tensões foram flagrantes. A autora nos mostra como o aparato ideológico do Estado Novo não mediu esforços no sentido de oferecer elementos para a efetivação do nacionalismo, mesmo que às custas de um “abrazeiramento” forçado. A vulnerabilidade tornava as relações tensas, produzia silêncios, medos. Ser delatado poderia levar à prisão. E o delator, poderia estar a serviço da pátria ou apenas estar aproveitando a situação para se promover ou se vingar.

E foi no cotidiano a batalha

mais árdua... E é aqui o espaço dos dribles e das resistências, como mostra o capítulo que fecha o livro. Era de responsabilidade das mulheres a educação das crianças, os dribles quando do racionamento dos alimentos, o costurar no escuro. A elas também estavam reservadas as negociações, no caso de prisão dos companheiros, a escrita das cartas para as autoridades reivindicando a soltura dos mesmos, o enfrentamento com a justiça. De sofrer com a destruição das lápides nos cemitérios, no roubo das fotografias familiares, dos livros.

A autora nos mostra como as elites, após a guerra, trataram de contar uma história menos trágica e que pudesse dar conta de eliminar diferenças e amainar as desavenças enfrentadas durante o tempo de conflito - oficializou-se uma história onde prevaleceram os nomes e os relatos dos ex-combatentes, os monumentos. Uma história que se sobrepôs às magoas e ressentimentos daqueles que pouco contavam para a história oficial. Até que alguém resolveu dar-lhes a voz...

Marlene de Fáveri, portanto, vem com esta narrativa emocionante contribuir não apenas pelo ineditismo. Ganham os que participaram com suas memórias, pois que foram ouvidos, e ganha a historiografia catarinense. Nesse momento quando guerra é moda corrente, quando os ideários nazistas se reapresentam como reatualizados, quando os preconceitos se acirram torna-se essa obra um grito de protesto contra a intolerância, os fundamentalismos e a estupidez que provocam.

A leitura do livro permite conhecer como essa “outra” guerra foi produzida, vivida e sentida nas redes de sociabilidade, nas relações cotidianas

e de poder, como os papéis sociais de homens e mulheres foram estabelecidos. De posse de rigorosa metodologia, é capaz de evocar um passado e escrever uma história que se torna leitura obrigatória para aqueles que desejam conhecer a história a partir da vida cotidiana sem esbarrar em heroísmos construídos em gabinetes.

¹ Pós Graduanda em História Social no Ensino pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org.).
O ciclo de vida Kaingâng.
Florianópolis: Imprensa da UFSC,
2004.

Vida Kaingâng:
natureza e tradição

Delta Maria de Souza Maia¹

A publicação de trabalhos como este, possibilita visualizar a história dos povos indígenas através de outros prismas, e como consequência, pode despertar novas abordagens sobre a história dos indígenas, especialmente no Estado de Santa Catarina. A pesquisa pautou-se em fontes orais (entrevistas) e bibliografias específicas e teóricas relacionadas, tendo como público alvo professores e alunos da rede pública do Estado.

Esta publicação, é o resultado de um dedicado trabalho de pesquisa, rea-

FRONTEIRAS: Revista Catarinense de
História. Florianópolis, n. 14, pp. 145-148.
(maio 2006)

lizado em conjunto, pelos integrantes do Laboratório de História Indígena - Labhin, sob a coordenação da autora, Professora Dr^a. Ana Lúcia Vulfe Nötzold, e com a colaboração dos professores da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, localizada na sede da Terra Indígena Xapecó (oeste de Santa Catarina) e também com a participação de alguns membros da comunidade Kaingáng, que através dos relatos orais deram valiosas colaborações.

O ciclo de vida Kaingáng é abordado numa linguagem clara, de modo que o leitor possa acompanhar o processo de re-elaboração sócio-cultural pelo qual o grupo passou e vem passando, mostrando igualmente, as veredas forjadas para a presente permanência do povo.

Destaca a compreensão que o povo Kaingáng possui de si mesmo, de sua origem e sua relação intrínseca com a natureza. As metades Kairú e Kamé que nasceram da terra para formar o povo Kaingáng; que certos traços de sua cultura, como por exemplo, a dança tradicional, cuja raiz, pode ser encontrada nos primórdios relacionamentos entre as mulheres Kaingáng, as tamanduás e as macacas, animais estes transmitiram a arte de dançar às mulheres. E no pleno conviver com a natureza, os Kaingáng compreendem que os animais falavam e cantavam na língua Kaingáng, além do que, possuíam poderes específicos.

Nesta amalgama convivência, a espera de um novo membro para o grupo foi sempre cercada de cuidados especiais, no intuito de assegurar saúde à mãe e à criança e para isso, cumpriam-se os rituais sagrados antes e pós-parto.

Porém, o intensificar dos contactos, o ritual de nascimento in-

corpora outros credos, entre os quais, no instante após o término do parto, o pai do recém nascido, com uma espingarda atirava para o alto, como que um ato de saudação a Nossa Senhora do Bom Parto, ou a Nossa Senhora Aparecida. Este gesto demonstra com nitidez novas concepções de valores entrelaçados aos tradicionais.

O casamento é destacado como um meio de realização social e política. Por volta do século XIX, a sociedade Kaingáng praticava a poligamia, e no citado registro de Mabilde, este informa que somente o principal cacique usufruía de prestígio social suficiente, para obter várias mulheres.

O casamento, que outrora foi realizado no estilo tradicional indígena pelo Kuiê - autoridade religiosa Kaingáng - no século XIX, passa a ser realizado pelo chefe dos aldeamentos. No presente, as celebrações matrimoniais acontecem em diferentes formas, nas igrejas ou não, de acordo com a religião da qual participa.

Diferentemente da época em que certas normas deveriam ser respeitadas, pois uma união só poderia concretizar-se mediante as duas metades, Kairú e Kamé, período em que as moças se casavam ainda muito jovens, e que o ser feminino igualava-se à peça social, como troca, conforme os acordos e tratados dos Kaingáng de sexo oposto.

O homem e mulher na sociedade Kaingáng, sempre obtiveram papéis bem definidos, como enfatiza a autora, não fazendo parte da cultura Kaingáng, o homem executar uma tarefa considerada feminina, característica esta, que permanece viva entre o grupo.

Porém, no incessante contacto com a sociedade do entorno, o casa-

mento incorporou outros valores, desencadeando e estabelecendo costumes religiosos, a monogamia, a cerimônia em igreja e festa de casamento; uma clara demonstração que os novos costumes estão se transformando em hábitos, levando a cultura Kaingáng a uma constante re-estruturação.

Chama-se a atenção para os textos produzidos pelos alunos, os quais se reportam a um tempo pretérito, dando a entender que procuram reconstruir a história do grupo, os costumes e hábitos de um período onde o Kujá realizava o casamento, passando pela decisão dos pais do futuro casal, onde a exogamia das metades Kairú e Kamé era uma regra estabelecida e praticada.

A partir das lembranças, o modo de vida da aldeia de um período já distante, emerge como auxílio aos membros do presente, e mais uma vez nesta outra fase da vida, os Kaingáng sinalizam sua estreita relação com a natureza, ao informar que o Kujá possui os poderes da cura, seu conhecimento dos remédios para as diferentes enfermidades e que estes poderes vêm através da sinergia de animais e da floresta.

O Kujá é apresentado como tendo um importante papel dentro da comunidade, pois dele depende a manutenção dos conhecimentos tradicionais relacionados às curas. Citando Baldus, a autora descreve que o ser Kaingáng, está relacionado à concepção de mundo, na valorização de sua identidade cultural, passando pela importância de se preservar a língua materna, culto aos mortos, respeito aos idosos pela sabedoria acumulada, visto que cabia aos idosos o comando do andamento do grupo, tanto no aspecto material, quanto do espiritual.

Ao destacar a cerimônia do ritual funeral, informa que a antiga tradi-

ção sofreu uma forte descaracterização, se comparada às lembranças dos deponentes, cujas recordações levam a entender que os ritos funerários foram cercados de valores místicos, quando se tomavam todos os cuidados para que o espírito daquele que morreu, seguisse em paz para a outra vida, objetivo pelo qual o ritual do Kiki se realizava ou obviamente incorporado de novos valores, ainda se realiza.

Então durante o velório, o grupo Kamé se posicionava ao lado direito do corpo, enquanto que o grupo Kairú ao lado esquerdo; o canto e reza só eram possíveis com a presença das duas metades. Após o velório, se o defunto fosse Kamé, pintava-se a casa com carvão de pinheiro, caso fosse Kairú, a casa era pintada com o carvão de sete sangrias, pinturas estas que o tempo se encarregava de apagar. Mais informam os depoentes, que “antigamente no velório todos se pintavam, pois era perigoso os espíritos podiam se aproximar e fazer mal às pessoas. Para os cânticos finais e despedida, adultos e crianças tinham que estar acordados, a dança e o chocalho faziam parte da cerimônia”.

Pouco a poucos os narradores informam que, “o cacique escolhia oito homens para abrir a sepultura e no cortejo ente a casa e o cemitério, seguindo o costume, caso houvesse um descanso, em tal local acendia-se uma vela e plantava-se uma cruz de madeira, para a visagem não aparecer”.

No quinto e último capítulo, o ritual do Kiki é destacado como a maior celebração do cultura do povo Kaingáng. Tradicionalmente o ritual do Kiki era realizado por iniciativa de algum membro da família do falecido. Na fase do milho verde e no início do amadurecimento do pinhão.

Da celebração toda a comunidade participava, pedindo em suas preces que o espírito do falecido seguisse em paz o seu destino, sem fazer maldades aos que ficassem. Com esse sentido, orações, danças, chocalho, ramos da pinheira e das sete sangrias, faziam parte do ritual; a garapa feita de água e mel completava o cenário, contagiando de alegria todos os participantes.

De forma intrínseca, do nascimento ao culto aos mortos, o ciclo de vida do povo Kaingáng está relacionado com a natureza de um modo amplo, e em seu último ato, o de conduzir a passagem do espírito do falecido à outra vida. Como seus ancestrais, suas pinturas são inspiradas nos animais, pois imitam, as cores e a marca da onça e em suas danças o movimento do tamanduá, por entender que foi este o animal que os ensinou a dançar.

O fogo, era outro elemento importante no ritual e conforme o número de participantes aumentava-se as fogueiras, onde se aqueciam e assavam o milho e o pinhão. Para o ritual era necessário a presença de no mínimo três representantes rezadores das duas metades, Kamé e Kairu.

O ritual do Kiki era realizado após um ano de morte, tendo como maior objetivo, romper os laços entre os vivos e os mortos, conduzindo-os através do ritual à paz e eterna morada.

O rito tem a função de manter a identidade do povo. O ritual do Kiki do presente, como bem destaca a autora, é na realidade um reencontro com o passado e tudo o que ele invoca. Este ritual que sofreu uma interrupção entre os anos 50 e 70, hoje retoma com a sua função original.

A obra rica em sua descrição mostra a trajetória de vida do povo

Kaingáng, e a tentativa dos professores, com o auxílio da memória do próprio povo, em resgatar antigos valores e transmitir aos mais novos os valores da antiga tradição e consequentemente firmar-se enquanto povo, que em sua essência está entrelaçada aos seres da natureza, ou seja, a identidade do povo Kaingáng.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: <deltawapixana@yahoo.com.br>

NESTE NÚMERO:

Editorial - Histórias plurais e função propedêutica dos estudos históricos

Jó Klanovicz

**História demográfica, História da cultura material e Geo-História:
um panorama teórico e crítico**

José D'Assunção Barros

Nativismo ou nativismos?

Ricardo Luiz de Souza

Trabalho e indolência: os cientistas viajantes em contato com outra cultura

Luciana Rossato

**A crise da emigração alemã para o Brasil e para a
região platina nos escritos de Johann Jacob Sturz**

Tânia Regina Zimmermann

O despertar do monstro: depressão, ciência e divindade em Frankenstein

Diogo Albino Benoski

**Na tela e na vida: cinema e modernização urbana em Criciúma
nos anos 50 e 60**

Braulio Moraes Neto e João Batista Bitencourt

Discursos do Poder: a epidemiologia como controle social

Carla Francielle Kurz

Projeto histórico e formação docente no Maciço do Morro da Cruz

Jéferson Dantas

Uma análise crítica do turismo

Aldonei Machado

A Segunda Guerra Mundial vivida e sentida em Santa Catarina

Onice Sansonowicz

Vida Kaingáng: natureza e tradição

Delta Maria de Souza Maia

APOIO:



UFSC
PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO

UDESC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA